



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maristela Aparecida da Silva Truppel

A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM
SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO SUPERVISOR DE CAMPO

Florianópolis

2023

MARISTELA APARECIDA DA SILVA TRUPPEL

A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO SUPERVISOR DE CAMPO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social

Orientador(a): Prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento

Florianópolis

2023

da Silva Truppel, Maristela Aparecida

A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO SUPERVISOR DE CAMPO / Maristela Aparecida da Silva Truppel ; orientador, Dr Helder Boska de Moraes Sarmiento, 2023.

120 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Supervisão de Campo em Serviço Social. I. Sarmiento, Dr Helder Boska de Moraes . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Maristela Aparecida da Silva Truppel

A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO SUPERVISOR DE CAMPO

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 30 de novembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Vania Maria Manfroi, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.(a) Yolanda Guerra, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof^a Liliane Moser, Dr^a
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Hélder Boska de Moraes Sarmiento, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023

Dedico estas reflexões aos profissionais de Serviço Social dos quais tive a honra de trilhar a mesma jornada e a todos que terão a coragem de começar e continuar a caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradecer haveria de ser um ato comum na vida humana, mas não é, por isso não abrirei mão deste item e, acredite foram inúmeros os obstáculos para construir esta pesquisa e dissertação, principalmente, de uma pandemia mundial que nos tirou a liberdade, modificando nossa realidade e nos transformando em seres mais embrutecidos e isolados a desafios no cotidiano profissional e familiar.

Então, agradecer é uma tarefa necessária, pois antes de eu acreditar que era possível, houveram outros que acreditaram e deram aquele empurrãozinho, os quais faço questão de nomear: Natália de Faria, Amanda Campos, Camilla Boa Sorte, Vanessa Cristhiana Grando, Rodrigo Luiz Alves, Ledia Martins, Sérgio Murilo Pereira, Lucas Schweitzer, Carla Azevedo, Cleideliz Comin, Claudia Amorim e Sandra Rezende, espero um dia retribuir as reflexões e o incentivo.

Aos professores da pós-graduação do Mestrado em Serviço Social, especialmente os Professores: Jaime Hillesheim, Roberta Sperandio Traspadini, Keli Regina Dal Prá, Ricardo Lara e Tânia Regina Kruger, que mundo novo ressurgiu com as aulas que, mesmo on-line me tiraram da zona de conforto, me renovaram.

Aos professores Mariana Pfeifer que inicialmente assumiu a minha orientação e, posteriormente, o professor Helder Boska, que ele não sabe, mas tem o poder de nos acalmar. Dentro de nossas possibilidades demos o nosso melhor, espero não tê-los decepcionado.

Um agradecimento às duas bancas: a que aprovou a minha entrada no Mestrado em Serviço Social, composta pelos professores: Jaime Hillesheim, Michelly Laurita Wiese e Maria Del Carmo Cortizo e de qualificação do Mestrado composta pelos Professores Helder Boska, Vania Manfroi e Yolanda Guerra, foram os dois dias mais tensos até o presente momento da minha vida de formação em Serviço Social, mas foram divisores de águas. A alma se enche de luz ouvindo e compartilhando com profissionais desta magnitude.

Sempre somos mais fortes quando erguemos nossa cabeça e observamos que o leme não está nas nossas mãos, mas muitas mãos o seguram: assim foi com o pessoal da Secretaria do PPGSS na pessoa da Gabriela Martins Brasil e do Salézio Schmitz Júnior, uma informação precisa sempre chegava. Ao grupo especial dos meus sobrinhos, sobrinhas, afilhados e irmão, irmãs, cunhados e cunhadas, muito

obrigada pelas vezes que compreenderam minha ausência ou que não cobraram a presença e seguiram sendo inspiração.

Sem mais delongas, agradeço aos que me inspiram viver, acordar todos os dias e, mesmo quando me sinto fraca, desorientada basta um olhar, um sorriso e até uma rusga para continuar andando, a estes não tenho gratidão, tenho uma dívida, pois não foram poucas as vezes que os deixei à deriva: Carlos, Kauani, Jean Truppel, Mãe (D. Verinha) , estou voltando em breve!

EU, ETIQUETA

Carlos Drummond de Andrade

Em minha calça está grudado um nome
que não é meu de batismo ou de cartório,
um nome... estranho.

Meu blusão traz lembrete de bebida
que jamais pus na boca, nesta vida.
Em minha camiseta, a marca de cigarro
que não fumo, até hoje não fumei.
Minhas meias falam de produto
que nunca experimentei
mas são comunicados a meus pés.
Meu tênis é proclama colorido
de alguma coisa não provada
por este provador de longa idade.
Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
minha gravata e cinto e escova e pente,
meu copo, minha xícara,
minha toalha de banho e sabonete,
meu isso, meu aquilo,
desde a cabeça ao bico dos sapatos,
são mensagens,
letras falantes,
gritos visuais,
ordens de uso, abuso, reincidência,
costume, hábito, premência,
indispensabilidade,
e fazem de mim homem-anúncio
itinerante,
escravo da matéria anunciada.
Estou, estou na moda.
É duro andar na moda, ainda que a moda
seja negar minha identidade,
trocá-la por mil, açambarcando
todas as marcas registradas,
todos os logotipos do mercado.
Com que inocência demito-me de ser
eu que antes era e me sabia

tão diverso de outros, tão mim mesmo,
ser pensante, sentinte e solidário
com outros seres diversos e conscientes
de sua humana, invencível condição.
Agora sou anúncio,
ora vulgar ora bizarro,
em língua nacional ou em qualquer
língua
(qualquer, principalmente).
E nisto me comparo, tiro glória
de minha anulação.
Não sou - vê lá - anúncio contratado.
Eu é que mimosamente pago
para anunciar, para vender
em bares festas praias pégulas
piscinas,
e bem à vista exibo esta etiqueta
global no corpo que desiste
de ser veste e sandália de uma essência
tão viva, independente, que moda ou
suborno algum a compromete.
Onde terei jogado fora
meu gosto e capacidade de escolher,
minhas idiosincrasias tão pessoais,
tão minhas que no rosto se espelhavam
e cada gesto, cada olhar
cada vinco da roupa
sou gravado de forma universal,
saio da estamperia, não de casa,
da vitrine me tiram, recolocam,
objeto pulsante mas objeto
que se oferece como signo de outros
objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
de ser não eu, mas artigo industrial,
Peço que retifiquem meu nome.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é coisa.
Eu sou a coisa, coisamente.

RESUMO

Reconhecendo a relevância do tema sobre a Supervisão de Campo do estágio obrigatório em Serviço Social, e considerando o atravessamento desta pela precarização do trabalho e a mercantilização da educação, visto que a mediação do conhecimento e construção da identidade do futuro assistente social perpassam a formação e exercício profissional, este estudo tem como objetivo geral compreender a concepção de ação pedagógica na perspectiva dos supervisores de campo das instituições de ensino à distância. Para realização desta pesquisa foi tomada como referência o método crítico e dialético, organizada por meio de pesquisa qualitativa, sendo os procedimentos amparados na pesquisa bibliográfica e levantamento de dados empíricos. Concentrado na análise qualitativa e descritiva, tendo como instrumento de coleta de dados o grupo focal com assistentes sociais da Mesorregião da Grande Florianópolis. Este estudo nos indicou a conclusão de que a ação pedagógica na Supervisão de Campo, configura-se um desafio para o assistente social e, cada vez mais, estão restritos os campos de estágio, especialmente com a expansão do ensino na modalidade à distância, a qual demonstra contradições entre avanços, oportunidades e retrocessos na educação superior brasileira.

Palavras-chave: Serviço Social; ação pedagógica; supervisão de campo.

ABSTRACT

Recognizing the relevance of the theme of Field Supervision of compulsory internships in Social Work, and considering that it is crossed by the precariousness of work and the commercialization of education, since the mediation of knowledge and the construction of the identity of the future social worker permeate professional training and exercise, this study has the general objective of understanding the conception of pedagogical action from the perspective of field supervisors at distance learning institutions. To carry out this research, the critical and dialectical method was taken as a reference, organized through qualitative research, with procedures based on bibliographical research and empirical data collection. It focused on qualitative and descriptive analysis, using a focus group with social workers from the Greater Florianópolis Mesoregion as the data collection instrument. This study led us to the conclusion that pedagogical action in Field Supervision is a challenge for social workers and that internship fields are increasingly restricted, especially with the expansion of distance learning, which demonstrates contradictions between advances, opportunities and setbacks in Brazilian higher education.

Keywords: Social work; pedagogical action; field supervision.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro demonstrativo do percurso metodológico da pesquisa e dissertação.....	36
Figura 2 – Modalidade de Graduação por região - dados coletados de 2017 a 2019	60
Figura 3 – Demonstrativo gráfico do fluxo relacional do estágio obrigatório em Serviço Social.....	71
Figura 4 – Gráfico demonstrativo dos pressupostos e premissas que orientam as reflexões na concepção crítica.....	87
Figura 5 - Representação gráfica dos elementos intrínseco à ação pedagógica da supervisão em serviço social no estágio obrigatório	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de registro de estagiários(as) por instituições de ensino.....	52
Tabela 2 – Cor/etnia por estagiários(as) respondentes dos questionários	59
Tabela 3 – Sexo autodeclarado por estagiários(a) respodndentes do questionário e participantes dos grupos focais	59
Tabela 4 - Graduação por tipo de Instituição de Ensino	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

CES - Câmara de Educação Superior

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COFI - Comissão de Orientação e Fiscalização

COVID 19 - Doença por coronavírus 2019

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

EaD - Educação à Distância

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

IES - Instituição de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

NUCRESS - Núcleos Regionais de Serviço Social

PNE - Política Nacional de Estágio em Serviço Social

SC - Supervisor de Campo

SC - Santa Catarina

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TIC's - Tecnologias da Informação e da Comunicação

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci

UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CAMINHOS PERCORRIDOS: IDENTIFICANDO AS CONTRADIÇÕES	19
2.1 CAMINHOS DE INSPIRAÇÃO: RECONHECENDO POSIÇÕES	27
2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS:DEFININDO PRESSUPOSTOS DA INTERPRETAÇÃO	31
2.2.1 Público alvo e de delimitação do espaço territorial da pesquisa	37
2.2.2 Instrumentos da Pesquisa	38
3 A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: A TRÍADE DA FORMAÇÃO	43
3.1 ASPECTOS POLÍTICOS, LEGAIS E NORMATIVOS	43
3.2 OS SUJEITOS DA TRÍADE DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	55
3.3 O ESTUDANTE EM ESTÁGIO	57
3.4 A SUPERVISÃO ACADÊMICA	61
3.5 A SUPERVISÃO DE CAMPO	64
4.1 AS CONCEPÇÕES DOS SUPERVISORES DE CAMPO	93
4.1.1 A visão sobre a supervisão de estágio	96
4.1.2 A supervisão de estágio e as dimensões da profissão	101
4.1.3 A ação pedagógica da supervisão	107
5 PASSOS NO CAMINHAR	114
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A	131
APÊNDICE B	133

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa insere-se na linha Serviço Social, ética e formação profissional do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Apresenta como tema a Supervisão de Campo em estágio obrigatório, desde a legislação e orientações pertinentes ao estágio como disciplina curricular da graduação em Serviço social, a própria supervisão como uma atribuição privativa do assistente social e o contexto na/da formação e exercício profissional marcadas pela mercantilização da educação e a precarização do trabalho. São todos estes fatores que perpassam a supervisão do estágio obrigatório no Serviço Social.

Assim, estabelece-se como objetivo geral: Compreender a concepção pedagógica de estágio obrigatório na perspectiva dos supervisores de campo das instituições de ensino à distância. Sendo os objetivos específicos: a) Construir referencial teórico e conceitual sobre estágio e supervisão; b) Levantar os aspectos legais acerca da supervisão de estágio em Serviço Social; c) Compreender os fatores éticos, políticos, técnicos e teóricos que fazem parte da escolha do profissional de Serviço Social ser supervisor de campo e; d) Conhecer os aspectos institucionais e laborais que condicionam a escolha do profissional para a supervisão de estágio obrigatório. A metodologia estabelecida busca retratar os caminhos que foram necessários e norteadores desta trajetória, onde encontra no método dialético as bases para as reflexões e análises. Quanto a natureza da pesquisa classifica-se como aplicada e de abordagem qualitativa, relativo aos procedimentos metodológicos ampara-se na pesquisa bibliográfica e levantamento de dados empíricos a partir de grupo focal, tendo como sujeitos participantes assistentes sociais/supervisoras da Mesorregião da Grande Florianópolis.

A presente dissertação divide-se em quatro seções e as considerações finais. A primeira seção trata-se desta introdução, indicativa da temática e organização da dissertação.

A seção dois: “Caminhos Percorridos: Identificando As Contradições”, aborda os caminhos que inspiraram e motivaram essa pesquisa, visto que buscar a formação está para além de uma capacitação, faz parte do “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da

competência profissional” (CFESS, 1993). Isto pressupõe a busca constante da qualificação. Apresenta também os caminhos metodológicos adotados para atender a demanda da pesquisa, compreendendo que saber pesquisar é um conhecimento que se exercita, bem como a escolha de informações que, a partir delas, e de experiências profissionais, irão levantar conhecimentos que subsidiarão a prática.

A seção três: “A Supervisão De Estágio Obrigatório em Serviço Social: A Tríade Da Formação” vai se dedicar ao aprofundamento sobre a tríade que forma a coletividade da supervisão de estágio obrigatório em Serviço Social: Supervisão de Campo, Supervisão Acadêmica e Estudante, trazendo a reflexão a respeito do envolvimento dos demais sujeitos que estão inseridos neste contexto que são: Instituições de Ensino Superior e Espaços Sócio Ocupacionais.

Na seção quatro: “A Ação Pedagógica Como Função Mediadora Na Supervisão De Estágio Obrigatório Em Serviço Social” são apresentados os resultados do grupo focal como elemento central da análise, com destaque para a posição tomada pelos supervisores de campo. A interlocução do tema e a realidade é um elemento fundante desta análise, visto que é a partir da experiência no campo de estágio que acontece a vivência a aproximação do estudante com as contradições e desafios da profissão.

Por fim, as considerações finais: “Passos no Caminhar” apresenta-se uma síntese com indicativos necessários à compreensão da Supervisão de Campo no estágio obrigatório a partir dos próprios sujeitos deste processo.

Transversalmente e, como pano de fundo de toda exposição consta a precarização do trabalho, a mercantilização da educação e a expansão do ensino superior à distância como elementos que impactam, interferem e modificam a formação e o exercício profissional; provocando reflexões importantes no que diz respeito às dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, assim como no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Duas pesquisas foram importantes nos estudos aqui estabelecidos e que as menciono como referência e indicação: Projeto de Pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais - 2017 a 2021” – UFSC/CNPq tendo como Coordenadora a Professora Vânia Manfroi e, a que foi realizada pelo CFESS e publicada em 2022, intitulada: “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional”. Duas pesquisas de relevância que expõem dados e reflexões

fundamentais para o Serviço Social como categoria profissional e para os assistentes sociais como classe de trabalhadores e trabalhadoras.

Ouso, aqui, fazer considerações que possam reforçar a relevância da pesquisa para o campo de atuação do Serviço Social, apresentando possibilidades que possam oferecer subsídios à prática profissional e fortalecer a supervisão de estágio obrigatório como uma oportunidade de troca, de maturação e inclusão, dentro do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Com este estudo, portanto, busca-se contribuir com a ampliação das discussões sobre a ação pedagógica na/da supervisão de campo na formação e exercício profissional, enquanto profissionais inseridos na divisão sócio técnica do trabalho e no processo de (re) produção social do modo de produção capitalista, dentro de um cenário da expansão da Educação a Distância e mercantilização da Educação.

1. 2 CAMINHOS PERCORRIDOS: IDENTIFICANDO AS CONTRADIÇÕES

A escolha de fazer um mestrado sempre surge em um momento da vida profissional em que se busca aperfeiçoamento e, sobretudo, ampliação da visão e entendimento de um determinado problema que, cotidianamente, está presente nas atividades profissionais ou que de alguma forma trazem um desconforto, um não conformismo com a realidade vivida/apresentada.

Este caminho teve início em 1994 quando entrei na Universidade para cursar Serviço Social, especialmente no período do estágio obrigatório e de todas as implicações que esta disciplina traria para o processo de aprendizagem até a elaboração do TCC, culminando na graduação.

Me sirvo das palavras de Martinelli (2005, p.10) para expressar o que significa ser assistente social para mim:

Como sou assistente social há várias décadas, é com esta profissão que venho atravessando a vida e construindo a minha história. Com ela realmente me construí, pois é uma profissão que traz muitos desafios, mas traz também muito retorno. Assim como os ferroviários ingleses responderam ao historiador Edward Thompson (1948, p. 36), quando perguntados sobre a árdua tarefa de construir ferrovias: “nós construímos a ferrovia, mas ela também nos construiu”, posso, com convicção, afirmar que contribuí muito para a construção do Serviço Social, mas ele também me construiu. Profissionalmente, como assistentes sociais, somos colocados muito próximos daquilo que é essencial na nossa vida, que é a possibilidade da construção coletiva e da intervenção no próprio tecido social

Isto se torna importante visto que um sonho adolescente da década de 90 para entrar no ensino superior e público, era uma tarefa árdua e de muitas concessões, aprendendo a dividir o tempo entre trabalho, família e sobrevivência, que depois, as correrias para acertar os horários de ônibus eram os menores dos problemas diante das demandas e escolhas que se fizeram necessárias quando o estágio iniciou.

Há cerca de duas décadas da formação e, hoje como supervisora acadêmica, que já passou pela função de supervisora de campo, não há como negar que a história avançou e que os processos se aprimoraram, no entanto os dilemas e as lutas permanecem muito similares; quando há vinte anos atrás foi necessário um verdadeiro garimpo para conseguir um campo de estágio que pudesse atender as demandas sociais, laborais e econômicas do estudante, assim como sensibilizar a profissional em receber uma estagiária, tornou-se uma tarefa solitária e incerta. Atualmente

observo acadêmicos e acadêmicas de Serviço Social fazendo a mesma trajetória e, encontrando resistências que ultrapassam o tempo e o contexto.

Estes desafios de aproximação com campos de estágio e profissionais com possibilidade de exercer a supervisão de estágio obrigatório, estão presentes nos nove anos como tutora de um curso de Serviço Social de uma instituição de ensino superior privado, que por muitas vezes me remeteram a vivenciar as mesmas situações de quando tive que trilhar o caminho em busca de um campo de estágio.

Estes caminhos referem-se à condição de estudante e também trabalhadora, de precisar conciliar a sobrevivência, vontade de estudar e o desejo da graduação na profissão escolhida. Assim, como a busca de um campo e supervisor, o qual transformou-se em um desafio, porque a primeira profissional não pode dar continuidade, sendo necessário uma segunda assistente social assumir. As inseguranças que são inerentes ao período de estágio obrigatório de outrora, ainda estão muito presentes na atualidade e, nas relações estabelecidas onde exerço a Supervisão Acadêmica.

As primeiras turmas funcionaram em modalidade semipresencial, com os acadêmicos com aulas presenciais uma vez por semana, tendo como núcleo de referência a coordenação do curso que tem Sede em outra cidade do estado de Santa Catarina. Neste ponto a pandemia do COVID-19 (2020-2021) modificou o cenário, transformando os cursos semipresenciais em totalmente flex, ou seja, antes atendíamos alunos da região e de forma presencial, agora atendemos alunos do estado de SC inteiro e de forma on line, duas vezes por semana quando ingressam no estágio obrigatório em Serviço Social. Quando chegamos nessa realidade, me esquivei de assumir a supervisão acadêmica, acreditando não ser capaz de compreender a demanda de um estágio tão complexo, à distância.

No entanto, acabou sendo inevitável, visto que o tutor acompanha a turma em todos seu período de formação na graduação e, após dois anos com os mesmos acadêmicos, chegamos ao período de estágio obrigatório.

Diante desta realidade e agrupando acadêmicos e acadêmicas do estado de Santa Catarina como um todo, observa-se os desafios de um curso que tem como prerrogativa uma ação que intervém na realidade e que, necessariamente precisa fortalecer a interação e interlocução entre os agentes operacionalizadores do estágio: supervisores acadêmicos/pedagógicos, de campo e estudantes, assim como entre as instituições campo de estágio e a as unidades de ensino superior.

O que dizer destas duas experiências? São distintas e proporcionam inúmeras reflexões, onde se busca compreender o movimento dentro de um contexto social e econômico global. Dissociar este movimento da própria concepção de educação na lógica capitalista é limitador para compreensão da realidade, mas também abster-se de incluir reflexões sobre as possibilidades que o ensino à distância abre para àqueles que não tem a oportunidade de chegar à universidade pública, seja pela distância ou pela situação de vida de cada um, ou mesmo pelo histórico de acesso à educação formal, nos leva a pensar em fatalismos e nos coloca em uma situação de conformação.

Neste sentido destacamos a preocupação do CFESS-CRESS, ENESSO e ABEPSS em relação a expansão dos cursos de serviço social na modalidade EaD e, também com os cursos presenciais que apresentam precárias condições de trabalho e, neste contexto “apontam para a formação de profissionais fragilizados/as em sua dimensão interventiva, o que, por sua vez, desqualifica o atendimento na rede de serviços sociais públicos e privados do país”(CFESS, 2014, p.14).

São momentos distintos que vão se desenhando e um dos maiores desafios é a distância territorial, visto que o contato, o diálogo pode ser estabelecido por diversos instrumentos tecnológicos e, por mais que se digam que as distâncias encurtaram por conta de tais possibilidade, existem fatores que não são supridos pela tecnologia, tais como: a visita aos campos de estágios, as reuniões presenciais onde o contato supera a troca de informações, a apropriação da realidade vivenciada pelo estagiário em estágio obrigatório e pelo supervisor de campo.

Neste contexto a Resolução n. 15/2002 que dispõe sobre as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social explica que:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (BRASIL,2002)

Eis o desafios, tanto para o supervisor acadêmico como para o supervisor de campo, pois trata-se de uma ação articulada e sistematizada, que precisa atingir a um objetivo que é formar o futuro assistente social para além de saber manusear os instrumentos técnicos, mas que venha fortalecer, também, o projeto profissional do

Serviço Social e, que neste processo da formação acadêmica a implicação não esteja somente ao encargo dos profissionais assistentes sociais, mas que, as organizações e instituições, identificadas como campo de estágio e de ensino estejam, envolvidas e comprometidas.

As diretrizes curriculares trazem na nomenclatura “organizações que oferecem estágio”, algo que causa estranheza na realidade, pois são raros os espaços sócio-ocupacionais - organizações e instituições - que se habilitam espontaneamente para receber estagiários em estágio obrigatório.

E, quando se trata do Ensino EaD, como é o caso da minha experiência como tutora, há de considerar que os desafios tornam-se amplificados, especialmente porque vem de encontro à concepção popular de que nesta modalidade de ensino se “compra certificado”. No entanto, estamos falando de uma modalidade de ensino que é reconhecida por lei, uma modalidade que não é nova no contexto mundial, embora, nos últimos dez anos expandiu-se, especialmente com a pandemia sanitária de 2020, o COVID-19, que obrigou as instituições de ensino superior a criar estratégias para dar continuidade a execução de seus cronogramas, avançando para o uso de tecnologias e do ensino remoto.

E, aqui vou me abster de prosseguir com a reflexão sobre os limites institucionais e humanos frente esta demanda, com a finalidade de dar foco a compreensão do que é a experiência de um estágio obrigatório em Serviço Social no EaD, tendo a clareza de que há muitos marcos limitadores, que por vezes expressam o sucateamento do ensino público brasileiro e configuram-se em declínio de muitos direitos sociais que foram forjados sob a luta e resistência dos movimentos sociais e do próprio Serviço Social como categoria profissional, pois não podemos perder de vista que:

A educação reproduz a estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil.[...] No reino do capital a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos, talvez nada exemplifica melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende”, “tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação (Sader in Meszáros, 2008, p. 16)

Neste cenário há de considerar-se que no século XXI, temos uma escola que atende ao modelo de ensino-aprendizagem cartesiano¹, onde a competência, o conceito e o mérito são sinônimos de apreensão do conhecimento e de sucesso na vida estudantil. No entanto, a própria pandemia do COVID-19 vem confrontar este modelo, desafiando o sistema educacional, políticos, gestores, professores e alunos a repensar seus lugares de sujeitos mediadores, legisladores, facilitadores e construtores do conhecimento.

Não se trata de defender uma modalidade de ensino em detrimento de outra, mas de confrontarmos uma realidade que está posta e da qual precisamos olhar de frente e “por dentro”, compreender, problematizar e sobretudo entender que a formação do Serviço Social perpassa por estes lugares, requerendo que os debates sejam intensificados no sentido de buscar colocar a formação e o projeto profissional como eixos centrais das discussões, visto que não há exclusividade de formação por uma modalidade ou outra, mas que há um convívio conflitante e silencioso dentro do próprio exercício profissional que muitas vezes é usado para justificar posturas profissionais que sempre antecede a pergunta: “você é assistente social formada EaD?”, como se fosse um pré-requisito para abrir qualquer diálogo ou mediação.

O CFESS (2014) no segundo volume da publicação “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social”, ressalta a importância de que estas discussões sejam de cunho coletivo e refletindo sobre os motivos pelos quais a profissão se opõe a esta mercantilização do ensino superior em Serviço Social, especialmente na modalidade EaD.

Nosso/a leitor/a provavelmente é da área do serviço social, favorável ou não ao uso do EaD na formação de graduação de assistentes sociais, sendo um futuro estudante de EaD, um estudante do ensino presencial que convive com estudantes e/ou profissionais formados/as nessa modalidade de ensino, um/a docente do ensino presencial público ou privado, um/a tutor/a do EaD. O texto em tela não objetiva apresentar a discussão de um ponto de vista maniqueísta, isto é, ensino presencial versus ensino à distância, como se no primeiro não houvesse problemas e, no segundo, encontrássemos todos os problemas. O objetivo, como buscamos fazer até aqui, é apresentar inicialmente a lógica que atravessa o ensino superior brasileiro: uma expansão marcada pelo setor privado mercantil, que encara a educação como um negócio lucrativo e não um direito social (CFESS,2014)

¹ O termo cartesiano refere-se ao sistema de ensino que segue coordenadas e que foi desenvolvido pelo francês René Descartes, para o ensino de matemática e da filosofia no século XVII e, aqui citado como forma de exemplificar como está organizado o sistema de ensino brasileiro.

Em linhas gerais há um distanciamento entre a própria categoria que dicotomiza-se e enfraquece-se diante da sua condição de classe trabalhadora quando começa a classificar-se, e centra os problemas da formação no indivíduo, contrariando as lutas dos diversos espaços de construção coletiva do Serviço Social. E também, quando o eixo do olhar poderia estar centrado na realidade brasileira e para as contradições que se expressam historicamente na trajetória da formação do serviço social. De acordo com o CFESS (2022) , a expansão do ensino EaD modifica e impacta o exercício profissional, a crescente demanda em relação aos espaços sócio-ocupacionais e apresenta mudança no perfil dos estudantes.

A expansão dos cursos, presenciais e à distância, vem provocando um processo de renovação dos quadros profissionais, majoritariamente formados em cursos de instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos em modalidade presencial, conforme revelam as respostas de 44.212 assistentes sociais participantes, que correspondem a 25% do total de inscritas/os ativas/os nos CRESS em dezembro de 2019 (CFESS, 2022)

Sendo assim, a reflexão não vem descontextualizada das tendências globalizadas e desenhadas pelos sujeito coletivos do capital que tem na educação um fator de produção, de acordo com Gonçalves e Silva (2020):

O Brasil, a partir da década de 1990, apresentou uma intensa mercantilização do ensino superior, por meio da abertura de muitas vagas em cursos de instituições de ensino de caráter não universitário, além do incentivo ao ensino a distância. O que atingiu também o curso de Serviço Social.

O processo de contrarreforma da educação vem para atender aos ideais das classes dominantes nacionais e internacionais, como os incentivados pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, denominados por lamamoto (2015, p. 110) como a “santíssima trindade do capital em geral”. Estes ideais acabam sendo legitimados nas legislações que validam o processo de mercantilização da educação e ao mesmo tempo enfraquecem as lutas dos trabalhadores.

O Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho não está imune a todo este contexto e ao deparar-se com esta realidade, inevitavelmente, precisa apropriar-se deste movimento que não é somente uma expressão histórica, mas que traz consequências para configuração da formação e da

práxis² profissional que, por sua vez, interfere diretamente na vida da sociedade e dos cidadãos que são atendidos nos mais diversos espaços sócio ocupacionais onde estão os assistentes sociais.

Considerando assim o que lamamoto (2015, p.230) reforça quando aborda a questão da análise da profissão e o seu efetivo exercício o qual “supõe articular projeto de profissão e trabalho assalariado; ou o exercício da profissão nas condições sociais concretas de sua realização mediada pelo estatuto assalariado e por projeções coletivas profissionais [...]. Deste modo o assistente social que assume a docência e a Supervisão Acadêmica não é só um professor, é um profissional de Serviço Social que forma outros profissionais e quando se expande essa função para o estágio obrigatório, o supervisor de campo também assume essa atribuição, de formar outros trabalhadores na sua própria categoria.

Portanto a preocupação com as estratégias utilizadas pelas camadas dominantes e organismos nacionais e internacionais para a expansão do ensino superior é legítimo e deve ser pauta constante dos diversos espaços de construção coletiva da categoria profissional de Serviço Social, o qual precisa ter um olhar exógeno e de inclusão, considerando que as novas modalidades de formação em Serviço Social, segundo lamamoto (2015, p. 443) “não acompanharam historicamente o processo coletivo de elaboração e implementação das diretrizes curriculares, sob a direção da ABEPSS”, mas nestes contextos estão profissionais de Serviço Social que acompanharam este movimento.

O que não invalida a execução e realização da formação semipresencial e a distância dos futuros assistentes sociais e, diante desta trajetória de nove anos observo que o reconhecimento desta resistência, no cotidiano, não vem pautada em reflexões e articulações, mas apresenta-se constantemente de forma discriminatória³

² Práxis profissional no Serviço Social pode ser compreendida a partir de lamamoto(1992) que, parte do pressuposto do processo de trabalho e o Serviço Social faz parte deste elemento. Assim, o Serviço Social é trabalho e a práxis é a atividade em si, a qual gera um produto material não objetivo. Para Lessa (2012), o qual diverge de lamamoto, na sua explicação sobre a práxis , o qual tem como pressuposto que o trabalho só acontece na interrelação direta com a natureza e na transformação desta. Para ele o Serviço Social não é trabalho. “O acordo das ideias entre os autores está na práxis, mas ele diferencia, pois vai ter a práxis do operário, porque transforma a matéria e a práxis do Assistente Social que transforma as relações sociais diferentes da matéria natural. No produto ele fala que não tem, e faz uma crítica à noção de objetividade social, pois o produto que se fala não é material” (Cabarcas, 2018, p.10). No entanto, cabe deixar claro que o conceito de práxis que direciona as reflexões deste trabalho estão ancorados na concepção de lamamoto.

³ De acordo com o Dicionário on line de Português, Discriminatória refere-se a: “Discriminativo; em que há ou estabelece algum tipo de discriminação; em que há segregação ou tratamento injusto e desigual.

e preconceituosa⁴ frente ao EaD e, sobretudo ao estudante, muitas vezes personalizado no próprio processo de formação. De acordo com Santos (2012, p.2)

Por ser algo relativamente novo no sistema educacional brasileiro, especialmente no nível superior, a Educação a distância ainda é alvo de preconceitos, esse preconceito pode se dar talvez pelo fato da existência de experiências passadas que não tiveram tanto êxito e que por isso vieram prejudicar a imagem da educação não presencial.

Há de considerar-se, também, as condições objetivas da própria oferta dos cursos de graduação e sua distribuição dentro do território brasileiro, a concentração em determinados espaços territoriais que limita o acesso ao ensino público superior por uma grande parte da população, que de um modo geral também vem fortalecer a restrição do acesso a este ensino público. Visto que a dimensão territorial, a desigualdade social e as respostas das políticas educacionais por parte do governo no que diz respeito ao investimento no ensino público como um direito, são entre outros, fatores que interferem no alcance da educação para todos, especialmente no ensino superior e, neste sentido o EaD tem uma função, aqui, de transpor as barreiras físicas.

O foco destas argumentações busca demonstrar que, independente da modalidade de acesso a formação, é necessário que haja compromisso com o projeto profissional e ético-político do Serviço Social no que tange às condições objetivas da práxis profissional e suas diretrizes éticas para o fomento de uma educação que tenha como premissas o diálogo, a conscientização, a libertação, o empoderamento e emancipação humana (Freire, 1921 - 1997).

Desse modo, a supervisão do estágio obrigatório em Serviço Social está articulada com todo processo de formação e permite aos estudantes confrontarem os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, o que auxilia na consolidação do aprendizado, no desenvolvimento de habilidades específicas e necessárias ao exercício da profissão. Possibilitam também a compreensão necessária da realidade, das limitações humanas e institucionais, havendo o confronto direto com os desafios do trabalho in loco do assistente social, além de possibilitar, ao estagiário, o convívio

⁴ De acordo com o Dicionário Aurélio: "preconceito. [De pre- + conceito] S. m. 1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; idéia preconcebida. 2. Julgamento ou opinião formada sem levar em conta o fato que os conteste; prejuízo. 3. P. ext. Superstição, credence; prejuízo. 4. P. ext. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc.

direto com a comunidade e com os cidadãos que são atendidos na e pela instituição/serviço, o que auxilia na compreensão das necessidades, contextos e culturas.

1. 2.1 CAMINHOS DE INSPIRAÇÃO: RECONHECENDO POSIÇÕES

Apreender a respeito do tema “supervisão de estágio curricular obrigatório da formação em Serviço Social, com foco na compreensão da concepção pedagógica do assistente social”, certamente é um desafio ainda mais ousado quando trata-se de direcionar o olhar a partir da Supervisão de Campo, como um espaço que vai além de ensinar como desenvolver as habilidades técnico-operativos para estudantes de Serviço Social, entendendo também que esta discussão é permanente e contextualizada, que deve estar comprometida com o projeto profissional e ético-político do Serviço Social.

A formação é um momento de amadurecimento e de confronto com as contradições, com a realidade que desafia os profissionais a todo instante, que exige leitura crítica e posicionamento do/no cotidiano, é o tempo onde se tem a possibilidade de provocar o(a) acadêmico(a) a perceber-se como sujeito e protagonista deste processo de formação, assim, tornar-se profissional.

A este tempo da formação, o estágio obrigatório cumpre um papel fundamental, abarca uma parte importante da dimensão educativa do serviço social, considerando que

A profissão tem se deparado com a ameaça conservadora, exigindo por parte da sua direção política o reforço às perspectivas educativas que permitem dialogar com o conjunto das classes trabalhadoras, a exemplo da Educação Popular, e fortalecer perfis pedagógicos comprometidos com a democratização das riquezas e do saber [...]. (Pereira in Mesquita et al, 2019, p. 47)

Visto que “o exercer este papel requer, portanto, conhecimento especializado e experiência prática ao nível teórico-metodológico, adquiridos através de constante preparo profissional e de exercício refletido sobre a prática” (Buriolla, 2011, p. 156), de modo que se perceba que “a relação de reciprocidade que busca estabelecer entre formação e exercício profissional vai lhe atribuindo concretude, compartilhamento de

projetos e decisões, construindo-se através da direção do projeto profissional” (Lewgoy, 2010, p. 148).

É necessário compreender que estão interligados formação e exercício profissional que, implica diretamente nas condições de trabalho do assistente social, pois

Os assistentes sociais-supervisores estão envolvidos tanto na prestação de serviços, como no trabalho docente nas organizações em que operam. Os serviços prestados nas diferentes organizações acompanham e expressam as complexas transformações no padrão de acumulação do capital e nas novas formas de produção e de gestão da força de trabalho, relacionadas ao âmbito de produção e reprodução da vida social, locus do trabalho do Serviço Social (Lewgoy, 2013, p.67)

O que está em evidência nesta perspectiva são as tensões estabelecidas na relação entre o processo capitalista de produção em relação ao próprio trabalho realizado (Iamamoto, 2015, p.375), visto que estamos tratando de sujeitos sociais e políticos, onde as relações sociais se estabelecem no cotidiano e nas contradições de uma realidade que traz em si a necessidade da sobrevivência e as lutas pela resistência.

Pensamos que a criação das condições para que sejam feitos os enfrentamentos necessários com vistas a garantir a manutenção da direção social ao trabalho do assistente social exige a permanente articulação entre os espaços da formação e aqueles onde ocorrem os processos e relações de trabalho nas quais se inserem os assistentes sociais. E, aí, o estágio e a supervisão de estágio podem servir como um importante elo de conexão, colocando no centro da análise e das proposições não só os desafios, mas também as possibilidades existentes e a serem criadas nesta relação. (Zacarias; Hillesheim, 2019, p.42)

Sendo assim, “a contrarreforma do Estado e os impactos na Política de Educação Superior trazem novas configurações para a formação profissional, conseqüentemente, novos reatamentos no processo de supervisão de estágio” (Lewgoy, 2013, p.69), direcionado para a necessidade de compreender que a formação amplia-se e ultrapassa os muros teóricos e geográficos das unidades de ensino superior.

Neste sentido há de se compreender a dimensão educativa do Serviço Social que, de acordo com Pereira (2019, p. 46):

A profissão tem se deparado com a ameaça neoconservadora, exigindo por parte da sua direção política o reforço às perspectivas educativas que permitem dialogar com o conjunto das classes trabalhadoras, a exemplo da

Educação Popular, e fortalecer perfis pedagógicos comprometidos com a democratização das riquezas e do saber que, de fato estejam empenhados na organização de uma nova cultura radicalmente democrática.

A mesma autora ainda aponta as contradições que este cenário demonstra e o que representa para o estágio obrigatório no processo de formação profissional, visto que “há maior oportunidade do entendimento dos aspectos constitutivos da práxis profissional através do confronto entre as concepções de mundo e de profissão nos diferentes campos de estágio” (Pereira, 2019, p. 48-49)

A escolha do tema delimita o foco desta pesquisa, mas reconhece-se a amplitude e a complexidade que é compreender a consolidação de uma profissão que tem em seu projeto profissional um compromisso com um projeto societário que visa a emancipação humana e o fim da exploração, então:

O desafio, é pois: como pensar uma formação profissional voltada para o processo de criação do novo na sociedade brasileira? Quais as possibilidades reais, abertas no reverso da crise, isto é, pelas próprias contradições que são com ela potenciadas, que se encontram escondidas no discurso oficial que as encobre? Possibilidades essas que revelam horizontes para a formulação de contrapontos profissionais do enfrentamento da “questão social”, solidária com o modo de vida e de trabalho que a vivenciam, não só como vítimas da exploração e da exclusão social, mas como sujeitos que lutam, por isto, pela preservação e/ou reconquista de sua humanidade pela construção, na prática da vida cotidiana, de seu direito de ter direitos de homens e cidadãos. (Iamamoto, 2009, p. 196)

Deste modo a supervisão de estágio obrigatório, dentro de uma perspectiva de construção coletiva, na formação ético-político do acadêmico de Serviço Social articula-se e constitui um particular campo de mediações e pode criar condições necessárias a se romper com o imediatismo e os roteiros pré-estabelecidos, provocando a reflexão, identificando o papel político do profissional e do estagiário, mostrando-se como uma categoria que compõe o mundo do trabalho e que faz construções coletivas.

Compreender o estágio obrigatório como uma disciplina e a supervisão como uma ação pedagógica onde a mediação do acesso ao conhecimento e da práxis profissionais ocorrem dentro de uma perspectiva ético-político e , que isto faz parte do projeto do Serviço Social, requer o reconhecimento da história da inserção da profissão no contexto brasileiro, as mudanças no perfil dos estudantes e dos espaços de ensino-aprendizagem.

É neste sentido que a presente pesquisa busca contribuir, sendo que não há pretensão em esgotar o tema, mas criar possibilidades de provocar análises e reflexões fomentando a compreensão e a resistência necessária, não para se encaixar na ordem socioeconômica vigente, mas, onde o ser humano possa ser o protagonista de sua história e fortalecer a esperança nas possibilidades que existem e que possam vir a existir na luta pela construção de uma sociedade alicerçada nas bases da democracia e dos direitos humanos.

Para tanto, compreende-se que os objetivos configuram-se como indicadores que apontam para onde se quer chegar em uma pesquisa, de acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2015, p. 44) os objetivos precisam ser alcançáveis, deixando-se claro o propósito da pesquisa, sendo que objetivo geral trata do tema de forma ampla e os objetivos específicos surgem articuladamente com estes para criar as condições necessárias a se chegar nos resultados.

Estabelecendo-se como **objeto** desta pesquisa: Qual a concepção pedagógica do assistente social na supervisão de campo de estágio curricular obrigatório na formação em Serviço Social? Apresentando como **objetivo geral**: Compreender a concepção pedagógica de estágio obrigatório na perspectiva dos supervisores de campo das instituições de ensino à distância. Sendo os **objetivos específicos**: a) Construir referencial teórico e conceitual sobre estágio e supervisão; b) Levantar os aspectos legais acerca da supervisão de estágio em Serviço Social; c) Compreender os fatores éticos, políticos, técnicos e teóricos que fazer parte da escolha do profissional de Serviço Social ser supervisor de campo e; d) Conhecer os aspectos institucionais e laborais que condicionam a escolha do profissional para a supervisão de estágio obrigatório.

Independente da modalidade de ensino, o estágio deve seguir o que determina as orientações legais a respeito deste período da formação em Serviço Social e, todos os sujeitos deste processo precisam identificar e compreender o que é esta ação pedagógica, seu impacto na realidade trabalhada e na práxis profissional. Assegurando-se que a supervisão configure-se como a arena fundamental de materialização da “relação dialogada, reflexiva, crítica e real e, que pautada nos fundamentos teóricos, metodológicos, éticos e políticos” (Albiero, 2019, p. 61) do Serviço Social, aponte para a interlocução entre teoria e prática possibilitando “a análise da realidade e do uso de diferentes estratégias profissionais, com uma intencionalidade pautada no projeto da profissão” (Albiero, 2019, p. 63),

proporcionando, assim, o exercício da profissão ao estudante em estágio obrigatório, pois é neste movimento que é possível o dirimir de dúvidas surgidos no cotidiano profissional.

Apontando-se, a importância da articulação e estreitamento da relação entre as IES, espaços sócio ocupacionais, supervisores de campo e acadêmico e, estudantes em estágio obrigatório alinhando a supervisão as dimensões educativas e interventiva do Serviço Social, tendo como cenário a realidade e o cotidiano do exercício profissional, visto que é pela ação pedagógica da/na supervisão em estágio obrigatório, que o estudante vai compreender que não se trata de uma disciplina a ser seguida, mas do primeiro contato, sistemático, com seu futuro campo de atuação profissional.

Deste modo, os objetivos aqui propostos irão nos direcionar para um olhar mais aprimorado e reflexões que venham a contribuir para compreender de que ação pedagógica estamos tratando, que sugere um direcionamento para além da preocupação com a técnica e a inflexibilidade metodológica.

2. 2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS:DEFININDO PRESSUPOSTOS DA INTERPRETAÇÃO

Na disposição de abordar este tema complexo, onde estão intrínsecos dimensões do contexto social e mundial, dentro de uma profissão que intervém e transforma a realidade, através da construção e reconstrução das relações sociais, exige-se um exercício de compreensão crítica constante, buscando articular os conceitos e termos na perspectiva da totalidade. Para tanto, o recorte aqui estabelecido não sugere uma dicotomização do tema, mas a abordagem busca entender a formação em Serviço Social a partir da Supervisão de Campo e que tem como exigência no mínimo 10% das horas totais da graduação direcionada para o estágio supervisionado, configurando-se como uma disciplina obrigatória e articulada com as demais disciplinas que compõem as diretrizes curriculares do curso.

Desta forma, torna-se importante compreender que a “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade é uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente” (Minayo, 1993,p. 23). Considerando especialmente o caráter histórico

das ciências sociais, e “a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático” (Demo, 1996, p. 34), demonstrando que o objetivo principal da pesquisa é descobrir respostas, trazendo novas questões, pois muitas vezes a resposta de uma questão de pesquisa pode ser expressão em outras questões e indagações, considerando a dialética da/na realidade.

O percurso da pesquisa é dinâmico e escolher uma metodologia é definir um caminho, que exige compromisso, criatividade e proatividade (Gil, 1999, p. 42) e, diante das escolhas feitas para a condução deste trabalho optou-se pela pesquisa de campo, entendendo que este tipo de pesquisa “permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social” (Minayo, 2015, p. 61).

As perspectivas de análise construídas para fundamentar o conteúdo apresentado e referenciado considera a trajetória histórica, as construções coletivas da formação e do exercício profissional em Serviço Social se apoiando em estudiosos da profissão tais como: Marta A Feiten Buriolla (2011) , Alzira Maria Baptista Lewgoy (2010) , Yolanda Guerra (2009,210, 2019), Marilda Vilela lamamoto (2014, 2015), Leslieane Caputi (2021), entre outros considerando as produções e discussões abordadas pelos autores a respeito da formação e supervisão de estágio; no que diz respeito a categoria mediação ampara-se em Pontes (2010) que dedica-se a problematizar e contextualizar esta categoria dentro da perspectiva do Serviço Social e para entender a questão do trabalho ancoramo-nos em Karl Marx (1818-1883) que aborda as contradições desta categoria dentro do mundo capitalista, em Marilda Vilela lamamoto (2010) que trata da fetichização do mundo do trabalho como um produto do capitalismo e em Ricardo Antunes (2018) que trata das mudanças do mundo do trabalho na contemporaneidade; a ação pedagógica ampara-se na compreensão de Paulo Freire (1996) que vastamente aborda a educação dentro de uma perspectiva crítica assim como reforça a importância do pensamento reflexivo.

Outras fontes de pesquisa trata-se de todo arcabouço legal que regulamenta a formação e exercício profissional, assim como as pesquisas de Vânia Manfroi (2022) e a realizada pelo CFESS (2022) . Estas referências e construção teórica foram

fundamentais para fazer o contraponto necessário ao diálogo estabelecido no grupo focal.

Com a finalidade didática da compreensão da pesquisa aqui desenvolvida, é necessário que as análises estejam sempre à frente, assim como o contexto onde a ação pedagógica na/da supervisão acontece, que é o cotidiano do profissional, desse modo a seção três da presente dissertação atém-se às bases conceituais, facilitando a compreensão da seção quatro que demonstra o resultado da pesquisa bibliográfica e grupo focal.

Estes se tornam pressupostos fundamentais na busca de contextualizar o tema “supervisão de estágio curricular obrigatório da formação em Serviço Social, com foco na compreensão da concepção pedagógica do assistente social”

No que diz respeito à compreensão dos conceitos: como trabalho, mediação e a supervisão, optando-se pelo foco em autores das ciências sociais e do Serviço Social que dedicam-se a pensar a formação e o exercício profissional. No entanto ainda são poucas as fontes que encontramos e que tratam, efetivamente da ação pedagógica da supervisão no estágio obrigatório e, para isto, o apoio aqui vem do filósofo e educador Paulo Freire (1921-1997), além de todo arcabouço legal e orientativo dos órgãos que fiscalizam e regulam os cursos de Serviço Social e o estágio no Brasil.

O trabalho científico de acordo com Demo (1996) é avaliado pelas suas qualidades política e formal, onde a primeira refere-se aos conteúdos que vão possibilitar identificar as bases do trabalho e o segundo refere-se aos domínios das técnicas de coleta e interpretação dos dados, assim como as fontes de pesquisa e informação utilizados, respondendo às exigências acadêmicas e ao atendimento da demanda levantada na pesquisa.

Desse modo a pesquisa se classifica:

1. Enquanto sua natureza tem é uma pesquisa aplicada sem desconsiderar as possibilidades de construção de conhecimento, de acordo com Gil (2002, p. 18) “Uma pesquisa sobre problemas práticos pode conduzir à descoberta de princípios científicos. Da mesma forma, uma pesquisa pura pode fornecer conhecimentos passíveis de aplicação prática imediata”.

2. A abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa por levar em consideração “a dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade que não pode ser traduzido em

números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa” (Silva; Menezes, 2005, p. 20) e pesquisa explicativa que “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômeno” (Gil, 2002, p. 42).

3. Em relação aos procedimentos técnicos se utilizou de:

a) Pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, a qual abrange bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (Lakatos; Marconi, 2003,p. 183). Considerando as importantes produções do Serviço Social a respeito do tema em questão.

b) Levantamento de dados empíricos que, de acordo com Gil (2002, p. 51): As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. Buscando-se uma representatividade do universo que se deseja conhecer, identificando características que sejam comuns a este universo.

O planejamento de uma pesquisa é o passo fundamental para que esta possa se concretizar, visto a necessária tomada de decisões e direcionamentos que se fazem necessários ao longo do processo. Inicialmente, esta pesquisa, passa por um processo de lapidação e melhor delimitação do seu objeto através das orientações acadêmicas e da banca de qualificação do Mestrado e, por isso ousou inserir como parte da metodologia desta pesquisa, pois foram através desses movimentos que foi possível direcionar o pensamento, os estudos e, também aplicar um maior alinhamento a realidade que se busca compreender.

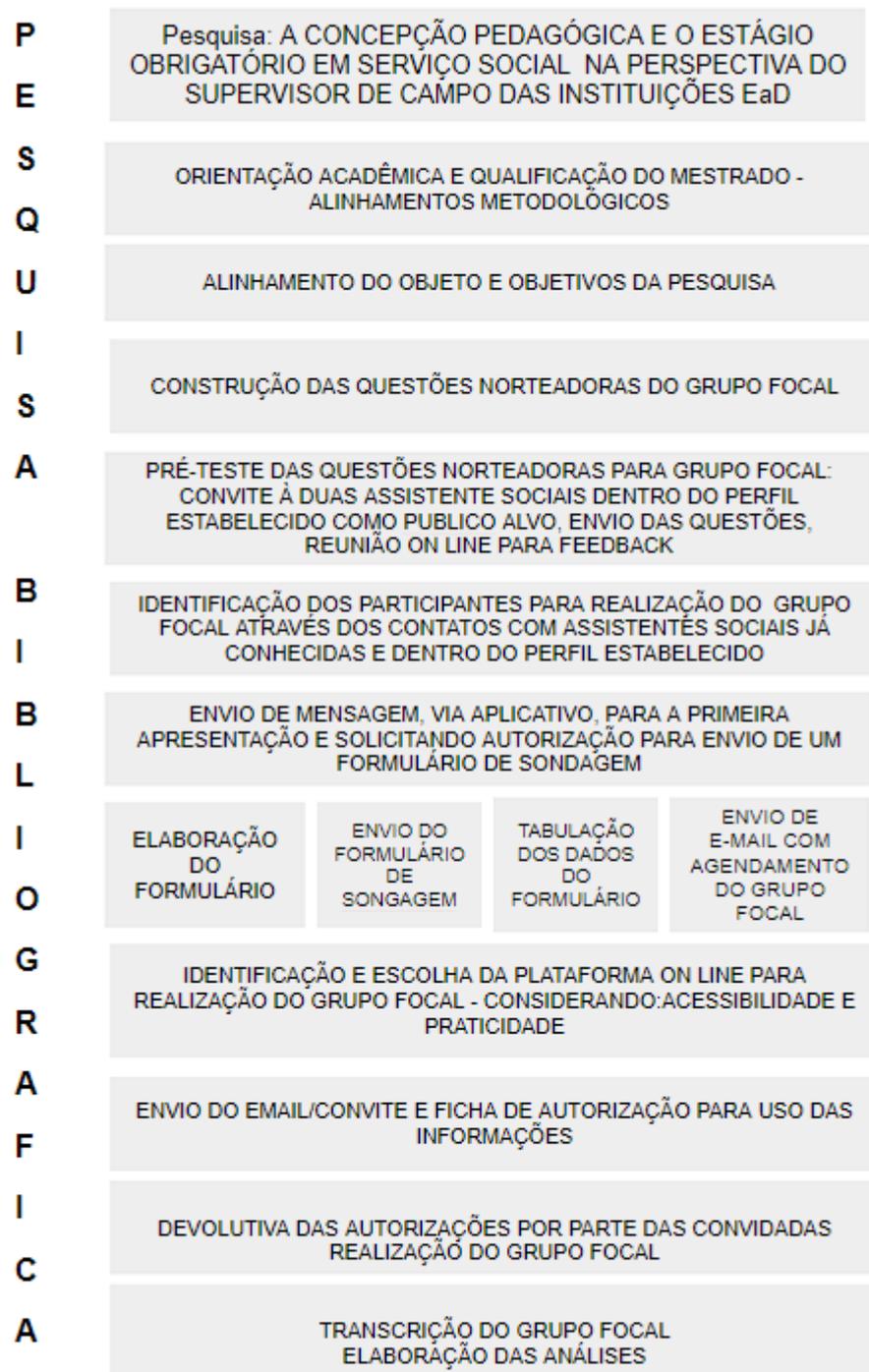
Pois é certo que quando elaboramos o projeto de pesquisa, é um movimento solitário e unilateral, no entanto quando colocamos para apreciação pela universidade, adentramos para uma construção coletiva, nos desafiamos a aprender e reaprender, a ouvir, confrontar pensamentos e ideais, a partir de conhecimento científico e nos colocamos em uma condição de aprendizes.

Alinhado objeto e objetivos com maior precisão, o próximo passo foi o planejamento do grupo focal e a construção das questões norteadoras para a coleta de dados E, assim se procedeu.

Com a finalidade de tornar a coleta de dados acessível e sem ambiguidades optou-se pela realização de um pré-teste, validando assim o instrumento para o levantamento dos dados empíricos. De acordo com Gil (2002, p. 119) “O pré-teste não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. Não pode trazer nenhum resultado referente a esses objetivos. Ele está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir”. Para isto, foram selecionados 02 (dois) sujeitos do grupo pesquisado, contendo as características do público alvo. A análise do pré-teste, possibilitou verificar se todas as perguntas foram respondidas adequadamente, “se as respostas dadas não denotam dificuldade no entendimento das questões, se as respostas correspondentes às perguntas abertas são passíveis de categorização e de análise, enfim, tudo o que puder implicar a inadequação do questionário enquanto instrumento de coleta de dados” (Gil, 2002, p. 120).

O pré-teste consistiu no envio das perguntas que direcionaram o debate no grupo focal e, juntamente, encaminharam-se os objetivos geral e específicos da pesquisa. Este ocorreu no mês de julho de 2023, envolvendo duas assistentes sociais que já exerceram a supervisão de estágio obrigatório. Foi-lhes solicitado, que no prazo de duas semanas, avaliassem as perguntas condutoras, observando a coerência com objetivos, observando a precisão das mesmas. Com a finalidade de fazer a escuta e abrir um diálogo sobre o que foi solicitado às assistentes sociais, no início do mês de agosto de 2023, fez-se uma reunião on-line. O feedback foi positivo e, poucos ajustes foram necessários, ficando mais ao encargo de adequações gramaticais e na importância da condução da discussão quando fosse realizado o grupo focal, destacaram o alinhamento das questões ao objeto da pesquisa.

FIGURA 1 - Quadro demonstrativo do percurso metodológico da pesquisa e dissertação



Fonte: .(Truppel,2023)

A análise de dados é qualitativa e descritiva, considerando as limitações contidas nos procedimentos técnicos estabelecidos e, que pode não caracterizar o que expressa um universo mais ampliado frente ao tema proposto, tomando-se o cuidado necessário à licitude e fidedignidade da análise com base na pesquisa bibliográfica, sendo assim há uma articulação entre o conhecimento construído e os

dados coletados a respeito da concepção pedagógica do assistente social com foco na supervisão de estágio curricular obrigatório de campo.

O método que norteia as reflexões e a compreensão deste trabalho é o método dialético, que trata-se de uma abordagem de análise e se concentra na contradição e no desenvolvimento das ideias, buscando entender os processos de mudança e evolução no campo de conhecimento, tendo como raiz destas reflexões a historicidade que se mostra como uma categoria fundamental para realização de uma análise crítica da apreensão da realidade.

Compreendendo que o método dialético possibilita conhecer categorias que formam articulação entre a teoria e a prática, demonstrando a indissociabilidade entre elas, portanto “o estudo das categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual)” (Netto, 2011, p. 49).

A relevância que se obtém na pesquisa aponta para a importância que possui o processo de formação em Serviço Social, tendo no campo de estágio curricular obrigatório a possibilidade de desenvolver o olhar crítico e ativo exercitando a capacidade de pensar e agir, ou seja, “saber pesquisar e elaborar as informações, e a partir delas e das experiências, construir conhecimento, sendo que no Serviço Social o ato de pesquisar vai contribuir para a efetividade, eficiência e eficácia do fazer profissional” (Vieira; Gerber, 2016, p. 131).

A pesquisa social possibilita o fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social que alinhado a um projeto societário se materializa para além do desenvolvimento de técnicas bem aplicadas e para além da lógica de mercadorização do ensino superior.

1. 2.2.1 Público alvo e de delimitação do espaço territorial da pesquisa

A prática da pesquisa no Serviço Social é fundamental para a formação profissional, demonstrando a importância das construções teóricas dentro da própria profissão no Brasil nos últimos quarenta anos. Segundo Simionatto (2005) in Vieira e Gerber (2016, p. 228), “a pesquisa no Serviço Social vem se consolidando [...] nos espaços sócio-ocupacionais, [...] sendo necessário superar desafios como: a

delimitação do objeto de investigação; consolidar os grupos de pesquisa e avançar na construção de pesquisas interdisciplinares”.

Neste sentido uma das delimitações fundamentais para a realização da pesquisa trata-se do público alvo e, neste caso são assistentes sociais atuantes como supervisoras de campo nas IES de EaD e que estão nos municípios que compõem a mesorregião da grande Florianópolis: Governador Celso Ramos, São Pedro de Alcântara, Palhoça, Biguaçu São José, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas e Florianópolis e estejam em quaisquer espaços sócio ocupacionais, devidamente contratadas, com registro no 12º Conselho Regional de Serviço Social e em exercício regular da profissão.

A delimitação de região tem relação com o espaço territorial da mestrandia que está como tutora externa de um curso de Serviço Social na modalidade EaD e que atende estas regiões e, também reside na região, tendo assim conhecimento tanto dos espaços, quanto de alguns profissionais. Optou-se pela região da grande Florianópolis que possibilita fácil acesso, no caso de surgir alguma intercorrência e se fazer necessário alguma visita in loco ou outras estratégias que poderiam exigir diferentes intervenções na realização da pesquisa.

Neste contexto e, buscando ter um conhecimento do número de profissionais que atuam no território escolhido como área limite da pesquisa, foi solicitado junto ao 12º CRESS, através de e-mail, o número de assistentes sociais regularmente inscritas e atuando. O 12º CRESS informou que cerca de 1.250 profissionais estão inscritos e ativos. Segundo o 12º CRESS, os dados consideram apenas o endereço/cidade informado pela/o profissional no momento da inscrição. Não sendo possível identificar se todos estes profissionais estão inseridos no mercado de trabalho, nem em que cidade atuam no momento do fornecimento da informação.

2. 2.2.2 Instrumentos da Pesquisa

O caminho metodológico para a presente pesquisa partiu de reflexões acerca da supervisão obrigatória em Serviço Social, como resultado de experiência na docência de uma unidade de ensino superior na modalidade EaD, especialmente porque este momento da formação é necessário e privilegiado, onde é fundamental considerar as condições objetivas e subjetivas da construção do ser profissional. "No pensamento freiriano, é central a ideia de que somos seres em relação com o outro e

com o mundo, criamos e recriamos cultura em nosso processo contínuo e coletivo de ação-reflexão, de conscientização” (Caputi, 2021, p.55).

Deste modo os instrumentos a serem aplicados na busca de obter os dados necessários à compreensão do estudo proposto são essenciais para a validação dos resultados e ao mesmo tempo demonstrar a utilidade social do conhecimento produzido, à luz do método dialético.

De acordo com Gil (2008, p. 14), [...] “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc”.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos adota-se as pesquisas bibliográficas, documental e de campo. Assim, a pesquisa bibliográfica constitui-se como um caminho essencial e segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”, combinado com a pesquisa de campo a qual tem como objetivo:

conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los (Prodanov; Freitas, 2013, p. 59)

O que possibilita a escolha de instrumentos que possam representar a aproximação com a realidade e que possam vir a apoiar os resultados esperados. Sendo que o instrumento de coleta de dados, consistiu na realização de um **grupo focal**, o qual constitui-se como um espaço que “representa uma fonte que intensifica o acesso às informações acerca de um fenômeno, seja pela possibilidade de gerar novas concepções ou pela análise e problematização de uma ideia em profundidade” (Backes, Colomé, Erdmann e Lunardi, 2011, p. 438). Com este instrumento há possibilidade de reflexões mais aprofundadas e, por isso, realizou-se um grupo com a intencionalidade de facilitar a interação e fomentar o diálogo.

Para a composição do grupo focal, há que se considerar que os integrantes possuam entre si ao menos uma característica comum importante, e os critérios para a seleção dos sujeitos sejam determinados pelo objetivo do

estudo, caracterizando-se como uma amostra intencional (Backes, Colomé, Erdmann e Lunardi, 2011, p. 438).

Há de se considerar os elementos que possam prejudicar a coleta de dados, quando se refere a área de abrangência, os recursos tecnológicos e a própria cultura de participação em pesquisas por parte das pessoas de um modo geral, que no senso comum, compreende que pode ser perda de tempo ou favorecendo uma determinada pessoa, neste caso o pesquisador. E, com a finalidade de dirimir os entraves para a participação do público-alvo e mobilizar o maior número possível de profissionais assistentes sociais, fez-se um texto explicativo no próprio formulário considerando a importância do tema do projeto para o fortalecimento da profissão no contexto atual.

Inicialmente fez-se um levantamento dos possíveis participantes nos registros das Supervisão de Campo que foram mapeados nos últimos seis anos, contendo as assistentes sociais que se propuseram à Supervisão de Campo. Feito esta identificação, elaborou-se um breve questionário com perguntas de sondagem sobre a disponibilidade de participação no grupo focal. Foram enviados 28 (vinte e oito) questionários, onde tivemos um retorno positivo de 11 (onze) respostas que se colocaram à disposição de participar do grupo focal.

Uma das questões tratou do meio de realização, dando como opção a realização de forma presencial ou no formato virtual. Das 11 (onze) profissionais que responderam o formulário, 07 (sete) optaram pelo meio virtual e no período noturno, 01 (uma) respondeu que poderia ser tanto presencial como virtualmente e, 03 (três) escolheram a realização presencial.

Após este período foi elaborado o roteiro que conduziria os debates no grupo focal, sendo realizadas reuniões com o orientador, buscando alinhar a aplicação deste instrumental dentro do tema proposto.

Aos participantes também foi enviado um formulário para o levantamento do perfil destes profissionais a fim de termos uma breve descrição relativo à idade, tempo de formação, se está como supervisora de campo naquele momento, assim como se tem alguma formação na área de supervisão de estágio.

O roteiro para condução do diálogo no grupo focal ficou dividido em três blocos, dos quais:

- a) O primeiro tinha como foco a compreensão dos assistentes sociais sobre a supervisão do estágio e o papel do assistente social ao exercer esta função;

- b) O segundo bloco traz questionamento a respeito da ação pedagógica, correlação com as dimensões teórico-metodológico; teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social, assim como pode ser identificado as formas que caracterizam a ação pedagógica como uma mediação na supervisão de estágio obrigatório.
- c) O terceiro bloco centrou-se em discutir a respeito dos desafios para os supervisores de campo na supervisão de estágio obrigatório e na correlação deste com ensino a distância.

Na sequência e objetivando a operacionalização do grupo focal, agendou-se o dia e horário enviando um email a todas as convidadas que assinaram o termo de autorização e o remeteram por email.

No dia da realização do grupo focal, o qual ocorreu por meio da plataforma virtual meet, sendo enviado o link aos participantes com um hora de antecedência. Estiveram presentes 05 (cinco) assistentes sociais, das 11 (onze) que confirmaram a participação.

No início das atividades do grupo focal foi solicitado autorização para proceder com a gravação, o qual todos os presentes aceitaram e abriram suas câmeras. Foi firmado um compromisso com todos os participantes sobre a manutenção do sigilo de cada participante. Feitas as apresentações iniciou-se o diálogo e o grupo focal teve duas horas e quarenta minutos de duração. Ao final, todas as participantes colocaram-se à disposição para outras atividades que se fizessem necessárias.

Certamente a tecnologia auxilia a execução da pesquisa, no entanto é importante que se tenha a disposição os equipamentos e software's adequados para realizar um grupo focal ou quaisquer outra atividade de pesquisa por meio virtual o qual também exige do facilitador domínio mínimo das ferramentas tecnológicas, assim como os procedimentos legais e regimentais para que todos sintam-se seguros e motivados a participarem.

O grupo focal on-line é um método de coleta de informações semelhante ao grupo focal presencial. Sua principal característica, não obstante, é a de ser realizado em ambiente virtual, dispensando a presença física dos participantes para que haja interação e conseqüente comunicação entre eles. Essa diferenciação é apontada como uma das principais vantagens dos grupos focais on-line [...].A interação grupal faz com que a opinião de um participante incentive outros a se posicionarem concordando ou discordando, o que contribui para o mapeamento dos pontos de consenso e dissenso, e também do escopo da discussão sobre o tema. É com base neste

entendimento que afirmamos que o nível de análise dos grupos focais é a fala que emerge no grupo e não as respostas individuais de cada um de seus membros. Um dos aspectos do tema pode ter sido abordado por apenas uma pessoa e ter gerado discordância entre outros membros; ainda assim trata-se de um aspecto a ser incluído no mapa grupal, visto seu grande impacto na dinâmica do grupo (Abreu; Baldaça; Gondim, 2009, p.10)

Tornou-se, assim, uma atividade interessante e, mesmo sendo virtual, o diálogo foi profícuo, apontando-se possibilidades para criação de outros momentos como o realizado e, com o mesmo tema.

Com a gravação em mãos, foi possível rever cada parte dos diálogos, identificando-se muitos elementos presentes também na Pesquisa de Manfroi, (2018) , assim como consta situações muito similares no livro de Caputi (2021). As análises foram realizadas com base no diálogo do grupo focal, em pesquisas já divulgadas e que tratam do tema ou tenham correlação com este, assim como se utilizou de fontes bibliográficas e documentais para subsidiar a ação reflexiva da qual é a proposta deste estudo.

2. **3 A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: A TRÍADE DA FORMAÇÃO**

O desânimo e a falta de perspectiva são próprios dos que não realizam a crítica radical que, como nos ensinou Marx, significa atacar a raiz dos problemas. Aí, podemos localizar o desafio de sempre: sem articularmos as lutas cotidianas travadas no interior da profissão com as lutas da classe trabalhadora continuaremos a reeditar velhas ilusões (Zacarias; Hillesheim, 2022)

1.

2. 3.1 ASPECTOS POLÍTICOS, LEGAIS E NORMATIVOS

Antes de adentrarmos nas reflexões acerca da tríade que identificam os sujeitos da supervisão, há de compreendermos que esta relação está dentro de um contexto maior e amplificado onde as Instituições de Ensino Superior e as Instituições configuradas como espaços ocupacionais do assistente social, nos convênios denominadas de Unidade Proponente e Unidade Concedente, são sujeitos também deste processo de formação e do exercício profissional.

O estágio é uma prerrogativa curricular e profissional para que o estudante possa formar-se, seja no Serviço Social ou em outras áreas de conhecimento e, este processo está contemplado na chamada lei do estágio, Lei n. 11.788/2008 apontando as diretrizes contendo deveres e direitos do estagiário, assim como aponta as obrigações das instituições de ensino e das organizações/instituições campos de estágios. De modo geral, a lei foi criada com o objetivo de garantir que o estágio seja uma atividade de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional, que pode oportunizar aos estudantes a possibilidade de confrontar os conhecimentos adquiridos em sala de aula com o cotidiano do exercício profissional.

Outro ponto importante desta legislação é garantir que seja um ato educativo, dado sua natureza pedagógica durante a formação estudantil e obriga a necessidade e presença de uma supervisão na área de conhecimento específica, portanto “ratifica a concepção de estágio presente no Serviço Social brasileiro por toda sua trajetória sócio-histórica, tal como confirma a historiografia da área” (Ortiz, 2019, p. 98).

No artigo 7º, a Lei n. 11.788/2008 apresenta as obrigações das instituições de ensino:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante (Brasil, 2008)

Este contexto nos remete a pensar nas condições de trabalho e na mediação da/na realidade concreta, pois notoriamente no cotidiano institucional acontece a reprodução das “condições precárias de vida e de trabalho do conjunto dos (as) trabalhadores(as) na qual incluímos os(as) estagiários(as)” (Caputi, 2021, p. 117). Visto que não existe instituição de ensino sem o ser humano que o operacionalize, que o faça funcionar dentro das contradições reais e objetivas impostas e vivenciadas dentro do sistema capitalista.

Estas exigências, para as instituições de ensino, precisam estar dentro de uma dinâmica de gestão do estágio para que estagiários e supervisores não sejam sobrecarregados com os fluxos administrativos e burocráticos. Compreendendo que “os princípios norteadores do estágio supervisionado em Serviço Social, preconizados na PNE, devem ser observados com relevância e prioridade nas vivências de estágio supervisionado e precisam se objetivar no cotidiano profissional” (Lewgoy, 2019, p. 105)

A respeito dos espaços ocupacionais, as organizações ou instituições, no artigo 9º qualifica e identifica estes sujeitos e traz suas obrigações como um agente ativo do processo de formação:

As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

- I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário (Brasil, 2008)

No que diz respeito, especificamente ao Serviço Social, a resolução n. 533/2008 regulamenta a supervisão de estágio do Serviço Social, estabelecendo as normas e critérios para a realização do estágio obrigatório.

A formação em Serviço Social no contexto brasileiro, é uma graduação em bacharelado e que vem constituindo-se a partir de diversas fases e mudanças, inserindo-se como uma profissão que compõe a divisão sociotécnica do trabalho ao longo dos 85 anos de inserção, especialmente, na execução das políticas sociais.

Neste percurso histórico, o Serviço Social, vai se construindo e o projeto hegemônico, ainda é um utopia, visto que são muitos desafios dentro da própria categoria para compreender o significado e a evolução da profissão no cenário brasileiro.

É importante ressaltar que os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas (Netto, 1999, p. 5)

Segundo Yamamoto (2015, p.232) a formação e o exercício profissional, também expressam que “o velho conservadorismo mostra sua face como uma novidade tanto na sociedade como na profissão” e, neste contexto há desafios que provocam a todo profissional de Serviço Social refletir sobre as novas expressões da questão social, as condições de trabalho, a qualificação do exercício profissional e a consolidação do projeto profissional, onde o assistente social é um agente social que tem compromisso ético-político com a luta pela igualdade, justiça social e direitos humanos, compreendendo que se tratam de sujeitos que intervêm e podem transformar a realidade.

Neste cenário de desigualdade social, mercantilização da educação e coisificação da condição do sujeito, pensar a formação profissional é um compromisso ético-político da categoria de assistentes sociais e dos diversos espaços coletivos que perpassam a regulamentação, ordenamento e reconhecimento da profissão na sociedade. Fazendo com que se possa compreender que o Serviço Social não é homogêneo e, asseveram Yazbek, Raichelis e Sant’Ana (2020, p.212) “[...] o Serviço Social brasileiro e os fundamentos marxianos e marxistas do Projeto Ético-Político, que alimentam a direção estratégica do conhecimento do trabalho profissional [...]” são as matrizes que fomentam as bases reflexivas na formação em Serviço Social no contexto brasileiro.

Corroborando com este entendimento Guerra (2005, p. 150) diz:

O ensino da prática tem que ser articulado à dimensão ético-política da profissão. Deve preocupar-se com os valores coletivos e princípios subjacentes ao exercício profissional, melhor dizendo, com suas implicações ético-políticas e com a maneira de implementar valores e princípios coletivos do exercício profissional. [...] O ensino da prática deve proporcionar uma reflexão sobre a adequação entre meios e fins e nos levar a perguntar pelos próprios fins, ou seja, as implicações éticas, e pela direção estratégicas das nossas finalidades.

Ainda em Guerra (2005, p. 150) “ensinar é capacitar para o exercício da ação consciente, é tornar os indivíduos sujeitos da sua história, o que implica uma via de mão dupla entre o conteúdo do ensino e aquele sujeito que dele se apropria”.

Nesta medida se observa a importância do período de estágio supervisionado que tem nos princípios e diretrizes apontadas na PNE formuladas no âmbito da ABEPSS (2010), na Resolução n. 533/2008 do CFESS, no código de ética do Serviço Social de 1993 e na lei no 8662/93 que dispõe sobre a profissão de assistente social, os balizadores atuais para fomentar o confronto com a realidade e a práxis profissional, objetivando o reconhecimento do Serviço Social como componente da divisão social do trabalho e, que inserido neste contexto, precisa desenvolver estratégias com foco na superação do velho paradigma de que teoria e prática vivem em mundos opostos, compreendendo que:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (ABEPSS, 2002).

Dessa forma, a compreensão do significado de supervisão no Serviço Social, reporta ao livro “Supervisão de Estágio em Serviço Social” de Lewgoy (2010) que aborda o tema dentro de uma perspectiva histórica e crítica, considerando o início desta atividade no Serviço Social o ano de 1900 nos Estados Unidos (EUA), que tinha como foco a “vocação e o fazer bem” chegando aos anos 1990 onde a competência requerida centra-se no “técnico-político” e “saber fazer”. No capítulo 2, desta mesma obra, apresenta a genealogia da supervisão de estágio em Serviço Social, onde proporciona a compreensão da supervisão como um elemento pedagógico diante da formação e também como um elemento técnico-político.

No campo da compreensão do conceito podemos utilizar do estudo de Caputi (2021, p. 80) que diz que o termo “supervisão” vai se modificando ao longo da história e, “supervisar, etimologicamente, provém do verbo do idioma inglês *to supervise*. O termo supervisionar advém da palavra supervisão, cuja etimologia remete ao inglês: *supervision* (substantivo)”. Corroborando com este entendimento, recorremos a Lewgoy (2010, 65) que explica:

A palavra “supervisão” é um neologismo formado pelo prefixo “super” e pelo afixo “visão”, para designar o ato de ver, origina-se do latim *videre*, avistar, conhecer e perceber pela visão, olhar, contemplar, distinguir (Cunha, 1999). Significa ainda, ação ou efeito de supervisionar, dirigir, orientar ou inspecionar.

Lewgoy (2010, 65) assevera que a supervisão é uma das atividades mais antigas presentes no ato de ensinar e aprender⁵, visto que “a linha da história revela que o conceito de supervisão atende às tendências técnicas predominantes do cenário social de cada época e de cada área profissional”.

Corroborando com esta perspectiva recorremos a Guerra e Braga (2009) que dizem:

Estamos entendendo a supervisão como uma atividade imprescindível à formação não só acadêmica, mas direcionada para a formação e capacitação profissional permanente, que detém a possibilidade de orientar o aprimoramento da intervenção profissional que se realiza por meio da formulação e implementação de políticas e serviços sociais. É um processo de estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação de estudantes e/ou profissionais, equipes e executores e/ou formuladores de políticas, programas e/ou projetos a apreender e interpretar, na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham, com a finalidade de analisar e encontrar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional.

Outra característica da supervisão em Serviço Social consta na Resolução n. 533/2008, o art. 2º do parágrafo 2º e define:

[...] a supervisão direta de estágio em Serviço Social [como] atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino (CFESS, 2008: s/p)

Tratando-se da supervisão direta de estágio em Serviço Social e, de acordo com Santos (2019, p. 193) refere-se ao reconhecimento deste dispositivo na resolução acima, tratando-se da indissociabilidade entre exercício profissional e formação, evidenciando-se a preocupação com a aprendizagem de qualidade, articulado com o cotidiano profissional e, direcionado ao projeto ético-político do serviço social como

⁵ Sugestão de leitura a respeito do termo supervisão: capítulo 2 de LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2010, o qual apresenta um resgate histórico do termo em questão.

profissão inserida no contexto do mundo do trabalho, requer conhecimento do contexto sócio-econômico-cultural, da questão social a fim de garantir articulação dialética e de qualidade entre formação e exercício profissional.

Deste modo a Resolução n. 533/2008, em seu artigo 3º, diz que:

O desempenho de atividade profissional de supervisão direta de estágio, suas condições, bem como a capacidade de estudantes a serem supervisionados, nos termos dos parâmetros técnicos e éticos do Serviço Social, é prerrogativa do profissional assistente social, na hipótese de não haver qualquer convenção ou acordo escrito que estabeleça tal obrigação em sua relação de trabalho (CFESS, 2008, s.p.)

A supervisão é configurada como um processo de articulação entre os sujeitos envolvidos, ou seja: Supervisores de campo e acadêmico/pedagógico e estagiários em Serviço Social.

A Pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais”, aborda uma questão de análise que tratou da supervisão de estágio na perspectiva das assistentes sociais supervisoras de campo e, que apresentam a relação do supervisor de campo com as atribuições da supervisão, relação do campo de estágio com a unidade de ensino, formação continuada, a avaliação do estágio supervisionado no processo de formação e a interligação destes pontos com as condições de trabalho do assistente social (Manfroi, 2018).

O que possibilita compreender que:

Nessa incessante dinâmica da história, os homens vão tornando cada vez mais complexas suas relações e cada vez mais mediadas suas formas de vida social, o que equivale a dizer que eles vão criando, cada vez mais, formas de objetivação na realidade, as quais podemos chamar de práxis. No desenvolvimento histórico do ser social, conhecemos duas formas de práxis: aquelas voltadas para o controle e a exploração da natureza e [aquelas] voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens, que é o que peculiariza a práxis profissional (Teixeira; Braz, 2016, p.3).

Compreendendo, então, a práxis profissional e as condições para que ocorra a supervisão de estágio em Serviço Social, que estão dispostas na Resolução n. 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), especificado no artigo 1º como deve ocorrer o credenciamento dos campos de estágio e reporta-se a Lei n. 8.662/93, em seu artigo 14: “Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão”, fixando o prazo de 30 dias a

partir do ano letivo como limite para que os Conselhos Regionais de Serviço Social sejam comunicados de maneira formal. Segundo Iamamoto (2015, p. 224) “A legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis”.

Levantando assim, um outro elemento fundante da supervisão na formação em Serviço Social que é a construção coletiva, configurando-se a supervisão na grade curricular e que:

[...] ao realizar a interlocução entre a universidade e o mundo do trabalho, impõe aos acadêmicos, trabalhadores, professor-supervisor e assistentes sociais a tarefa de captar esse mundo da pseudoconcreticidade em que é envolvida a realidade educacional. As novas tecnologias, o processo de globalização, as novas requisições advindas do mercado, evidenciadas no exercício profissional são relevantes para a análise e articulação de saberes e para a exequibilidade do processo de supervisão. (Lewgoy, 2010, p. 89)

Então, considerar a supervisão uma competência coletiva na formação e que envolve sujeitos reais e que estão diante de desafios constantes para compreender e apreender elementos da questão social que expressam um sistema socioeconômico que se alicerça na exploração e na desigualdade, exige construir reflexões acerca de uma profissão que desafia essa coletividade, a compreender em sua própria condição de trabalhador e integrante de uma categoria profissional que, em 85 anos de existência no Brasil viveu e vive suas metamorfoses, tendo como cenário o cotidiano, a sociedade e as relações que se constroem a partir das interações sociais, configurando-se como a produção e reprodução das relações sociais.

Essa dinâmica de construção coletiva da supervisão em estágio obrigatório e que estabelece a tríade que alicerça esta coletividade sofre impactos na sua dinâmica de operacionalização e nas condições objetivas da supervisão quando nos deparamos com expansão dos cursos de graduação pelo Brasil, o qual “implica o projeto de formação e exercício profissional”(Caputi, 2021, p.63), perpassa pelo sucateamento do ensino público e pela exploração da força de trabalho em um cenário que não traz muita esperança de transformação. Mas há de “insistirmos na necessidade de educação para a emancipação e o desenvolvimento humano na sua nação global, educação pautada na razão instrumental ou mercadológica” (Caputi, 2021, p.66).

No cenário de mercantilização da educação há de se considerar o ensino a distância na formação em serviço social no sentido de não desvinculá-lo do cotidiano,

dos pressupostos teóricos, do projeto ético-político e profissional e, contextualizando e ultrapassando os preconceitos referente ao EaD. Compreendendo o EaD conforme, descrito no Decreto n. 9.057/2017 que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e diz no artigo 1º:

considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

E no artigo 2º desta mesma lei aponta que o ensino superior pode ser executado nesta modalidade.

O paradoxo aqui estabelecido ampara-se no crescimento desta modalidade de ensino, que segundo MEC (2021), nos últimos dez anos cresceu em 474% e, na correlação das discussões estabelecidas no CFESS, ABEPSS, ENESSO e CRESS, através de reuniões de estudos, fóruns e análise dos demonstrativos quantitativos que expõe o grande número de estudantes em Serviço Social na modalidade EaD, assim como, a inserção de profissionais formados em EaD assumindo os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, inclusive exercendo a supervisão em estágio obrigatório.

Abaixo segue um demonstrativo deste crescimento:

Tabela 1: Número de registro de estagiários(as) por instituição de ensino

Unidade de Formação	Registro 2018.1	Registro 2019.1	Total de Registros
ANHANGUERA	5	--	5
ASSUPERO	12	--	12
ESTÁCIO DE SÁ	--	11	11
FURB	8	6	14
UFSC	124	109	233
UNIARP	19	29	48
UNIASSELVI	205	186	391
UNIGRAN	1	--	1
UNINTER	10	24	34
UNIP	--	15	15
UNIPLAC	14	14	28
UNISUL	32 (11 na modalidade EaD)	19 (3 na modalidade EaD)	51
UNIUB	-	1	3
UNOCHAPECÓ	12	--	12
UNOPAR	88	44	132
Total	530	458	988

Fonte: MANFROI, Vania Maria et al. As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais. Projeto de Pesquisa 2018 – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

Este crescimento também foi identificado pelo CFESS (2022) :

Estes dados denunciam a explosão do Ensino à Distância (EaD) no Brasil na última década. Segundo o INEP, entre 2010 e 2020, o total de ingressantes teve redução de 13,9% nos cursos de graduação presencial e, ao contrário, aumentou 428,2% nos cursos à distância: “Enquanto a participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2010 era de 17,4%, essa participação em 2020 é de 53,4%” (INEP: Notas, 2022a, p. 40). O mesmo documento mostra que o número de matrículas em cursos a distância saltou de 930.179 em 2010 para 3.105.803 em 2020 (variação de 233,89%), enquanto nos cursos presenciais passou de 5.449.120 para 5.574.551 (variação de poucos 2,30%). Os dados referentes às vagas ofertadas (nem todas se preenchidas) são ainda mais contundentes. Nesse ano (2020), do total de 19.626.441 vagas ofertadas, 68,87% foram para cursos à distância e pouco mais de 1/3 (31,13%) para cursos presenciais. A oferta de EaD

(13.380.045 vagas) foi protagonizada fundamentalmente pelas instituições privadas, já que ofertaram 71,30% de suas vagas nessa modalidade (contra 28,70% presenciais), o que representa 68,17% do total de vagas. Inversamente, as vagas presenciais nas instituições públicas (727.265) representam 84,22% de suas ofertas, que totalizaram 863.520 em 2020, mas respondem tão somente por 3,70% do total de vagas disponibilizadas no ensino superior nesse ano. As instituições públicas também ofertaram 136.256 vagas à distância (15,78% de suas vagas), o que indica o crescimento do EaD no sistema público, ainda que represente somente 0,69% do total das vagas disponíveis. (INEP: Tabelas, 2022b, Tabela 2.06, p. 14) (CFESS, 2022, p.62)

Diante deste cenário, aponta-se o uso das tecnologias como estratégia e “tem sido um grande recurso utilizado por gestores universitários para o processo de expansão e massificação da universidade” (Manfroi, 2021, p.40).

Não é novidade que o crescimento das unidades de ensino em serviço social nos últimos anos ocorre principalmente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que oportunizou a ampliação exponencial dos cursos na modalidade de ensino à distância - EaD. Particularmente nas duas últimas décadas, tem sido recorrente o posicionamento das entidades representativas da categoria como o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress); a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso), em defesa de uma formação de qualidade e contra o aligeiramento do ensino (Cartaxo; Moreira; Santos, 2022, p.94)

O CFESS em 2014 lança o segundo volume da publicação “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” que é resultado do Plano de Lutas em defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, com apresentação de dados do Brasil, principalmente por que

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que a ação das entidades de serviço social, direcionada à formação profissional em sua interface com o exercício profissional, não é uma novidade nem se relaciona diretamente com a emergência dos cursos de serviço social na modalidade de EaD, em funcionamento somente a partir do ano de 2006 no país (CFESS, 2014, p.10-11)

Considerando as lutas históricas do Serviço Social por um ensino de qualidade e articulado entre formação e exercício profissional, é necessário incluir o ensino superior a distância como uma estratégia que está modificando a realidade e o perfil dos futuros assistentes sociais. E o CFESS-CRESS deixa explícito essa preocupação quando afirma que questionar e problematizar o ensino EaD dentro da formação em Serviço Social não tem como finalidade ação discriminatória, mas busca problematizar

e compreender o processo de precarização do ensino superior no Brasil (CFESS, 2014).

Esta exposição se faz necessária quando tratamos de supervisão em Serviço Social, especialmente o obrigatório, visto que “está atrelada à concepção de educação, da concepção da categoria trabalho, de profissão, de formação e de trabalho profissional e, suas mediações constituem a concepção de supervisão e as diretrizes do processo de supervisionar na totalidade” (Caputi, 2021, p. 88).

Então, as construções coletivas impactam diante da fragilidade do sistema de educação, assim como o sucateamento da educação pública em detrimento da mercantilização da educação, da exploração do trabalhado assalariado e nas condições objetivas da formação, sendo necessário e urgente inserir nas pautas dos espaços de construção coletiva do Serviço Social discussões acerca da supervisão de estágio, sem perder de vista a tríade que compõe a coletividade da formação e o contexto educacional do qual fazemos parte, tendo em vista que a supervisão de estágio acontece no confronto com a realidade, na vivência direta da práxis profissional e de forma presencial.

Neste contexto coletivo estão postos: O campo de estágio, as IES - Instituições de Ensino Superior e os organismos representativos, tais como CRESS, que precisam estar contempladas no processo de efetivação do estágio obrigatório em Serviço Social como elementos ativos na supervisão, considerando que “o campo de estágio é o lócus das atividades e ações desenvolvidas” (Ruiz, 2019 p.29). “A supervisão caracteriza-se como espaço, por excelência, de intermediação entre os centros de formação e as organizações que oferecem campos de aprendizagem intrinsecamente envolvidos como elemento constitutivo e constituinte do processo” (Lewgoy, 2010, p. 109).

Neste contexto há de considerar os desafios para a supervisão quando se trata do ensino na modalidade à distância em relação ao projeto ético-político do Serviço Social, visto que “a natureza do curso a distância e as reais condições do cotidiano e a necessidades dos estudantes são elementos que irão determinar a melhor tecnologia a serem utilizadas, bem como a definição dos momentos presenciais e obrigatórios” (Lewgoy, 2010, p. 116), sendo necessário regular e traçar caminhos para esta realidade e, diante de um sistema educacional que se impõe na formação e exercício profissional do Serviço Social, de modo que os marcos legais e pedagógico regulamentem e contemplem as discussões traçadas através do debate coletivo da categoria

profissional, conforme demonstrado na tabela 1, o número de profissionais a serem formados nessa modalidade de ensino está em expansão.

Se torna, assim, importante a compreensão destes sujeitos dentro dessa coletividade, haja visto que há necessidade de um entendimento do papel de cada um no processo de supervisão e formação do futuro assistente social.

3. 3.2 OS SUJEITOS DA TRIÁDE DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Uma formação que tem na sua base a construção coletiva, exige conhecer o papel de cada sujeito que expressa esta coletividade, o que se espera de cada um durante este período e, para tanto temos as legislações e resoluções como balizadores que apontam o caminho a seguir, no entanto não podem definir o como deve ser trilhado. Este é um percurso tão dinâmico e necessário quanto o próprio movimento de se viver.

A Lei n. 11.788/2008 dispõe sobre o estágio de estudantes no território brasileiro, onde diz em seu artigo 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso (Brasil, 2008)

E, em relação ao Serviço Social os marcos legais que regulamentam e direcionam as atividades de estágio e supervisão estão contidos na Resolução n. 015/2002 do CNE - Conselho Nacional de Educação - que Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, a Resolução n. 533/2008 do CFESS que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de ensino Pesquisa e Extensão (ABEPSS) de 2010 e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social de 1996, também da ABEPSS e a Lei n.8662/1993 - dispõe sobre a profissão de assistente social, além de todo acervo bibliográfico de autores brasileiros que permitem um diálogo crítico e contextualizado e direcionado ao projeto ético-político do Serviço Social.

Corroborando com esta premissa Lewgoy (2010, p.124), diz que “os instrumentos legais são parte constitutiva do processo de supervisão por serem portadores de requisições históricas, como, a par da supervisão do estágio curricular, a de haver supervisão da prática profissional”. Desse modo, “o espaço da supervisão é significativo por não permanecer no plano discursivo, incompatível com a dimensão interventiva da profissão”(Lewgoy, 2010, p.152), portanto, implica a participação de sujeitos.

No entanto, lamamoto (2015) em seu livro “Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social” aponta o fato de que as Diretrizes Curriculares legalmente vigente não contemplam as construções coletivas e históricas do que foi enviado pela ABESS , hoje ABEPSS, ao MEC⁶.

Mesmo que estes marcos legais não atendam e não contemplem todas as contradições e lutas dentro de um coletivo do Serviço Social, ainda possibilitam a garantia mínima do que se espera da supervisão e da própria formação em Serviço Social, de modo que: supervisores de campo e acadêmicos, estudantes/estagiários, instituições campos de estágio, IES e CRESS, cada um na sua especificidade e competência, tenham estas como ponto de partida e reflexão para construção dos planos de estágio, das ações reflexivas no processo de aproximação com a realidade e vivência cotidiana, alinhado aos conteúdos curriculares na perspectiva da construção

⁶ Marilda lamamoto na sua obra “os instrumentos legais são parte constitutiva do processo supervisão por serem portadores de requisições históricas, como, a par da supervisão do estágio curricular, a de haver supervisão da prática profissional” de 2015, traz elementos fundamentais para compreender a própria expansão do ensino superior na modalidade EAD, o qual fica a sugestão de leitura.

coletiva e comprometida com a compreensão das dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social.

4. 3.3 O ESTUDANTE EM ESTÁGIO

A entrada no ensino superior é cheio de expectativas e busca de sonhos a se realizarem, no entanto as condições de vida de um estudante são desafiadoras, especialmente porque a grande maioria não tem como dedicar-se exclusivamente ao estudo, precisam dividir seu tempo entre trabalho, família, retratando assim o perfil dos estudantes como um todo, onde as camadas mais empobrecidas não lutam somente para sobreviver, mas lutam por tudo, desde inserir-se no mercado de trabalho e, como superar a batalha cotidiana, para concluir o ensino superior.

Diante de uma realidade desafiadora e, muita vezes constrangedora, recorreremos ao Código de Ética do Serviço Social (1993) em seu artigo 14, parágrafo único, o qual, estabelece a condição básica para que o estudante realize o estágio quando diz: “Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social”. Estando regularmente matriculado em curso de Serviço Social em IES devidamente registrada e reconhecida pelo MEC, condições indissociáveis e que caracterizam a graduação em ensino superior.

Se formos construir uma linha do tempo, nos mais de 80 anos do Serviço Social brasileiro, o que não é o caso aqui de um aprofundamento maior, teremos uma variação das características dos estudantes do Serviço Social, no entanto:

Pesquisas nacionais sobre o perfil das/os alunas/os do Serviço Social revelam, além da tradicional predominância do sexo feminino, que tais sujeitos são majoritariamente advindas/os de segmentos sociais vulnerabilizados, de renda média mensal familiar baixa, além do baixo nível de escolaridade, o que certamente acaba por rebater, nos aspectos da vida cultural de tais sujeitos (Souza et al, 2014)

E, quando se fala no perfil deste estudante a de se considerar a concepção que este traz do Serviço Social. Uma das perguntas que rotineiramente faço em sala de aula, com a finalidade de compreender parte deste perfil, quando inicio com um grupo de estudantes é: “O que te moveu para fazer Serviço Social?”, “Você conhece o curso e sabe o que faz o Serviço Social na sociedade e onde trabalha”? Em uma sala de aula

com trinta estudantes, em média 80% (oitenta por cento) responde que o motivo de estarem ali é porque “gostam de ajudar” e 90% (noventa por cento) não sabem efetivamente o que faz o assistente social.

Eis aqui um dos primeiros desafios para o assistente social que também é professor: desmistificar esta percepção e compreensão histórica de que assistente social é quem ajuda, é necessário que fique esclarecido ao estudante de Serviço Social que “a proposta de formação profissional vigente no país assume a tese de que o significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais que é acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da questão social” (Iamamoto, 2015, p. 182). Reafirmando a questão social como base desta fundação sócio-histórica da profissão, sendo a matéria de trabalho do assistente social decifrar as multifaces desta questão no processo de constituição dos direitos sociais (Iamamoto, 2010, p. 183).

Corroborando com esta linha de pensamento, a Resolução n. 15/2002 do CNE, diz que o perfil dos formandos direciona-se para um:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

O projeto pedagógico e as implicações no decorrer do curso precisam ser problematizadas e, perpassa pelos debates nos mais diversos espaços de construção coletiva da profissão, inclusive o modo como a sociedade entende o Serviço Social. Diante disto, também, como se quebram paradigmas, visto que não se trata de uma tarefa exclusiva dos assistentes sociais nos espaços ocupacionais, pois é frequente que estes profissionais precisam ficar explicando o que faz o assistente social, com o que ele se ocupa, então quando se fala em imaginário popular e concepção histórica sobre a profissão, se olha neste sentido, da construção do projeto profissional, da formação das vertentes teóricas que embasam a formação, da práxis profissional, o rompimento com o conservadorismo e com o Serviço Social tradicional.

Pensar no perfil do estudante do Serviço Social nos remete a compreensão de que ainda somos uma profissão eminentemente composta por pessoas do gênero feminino e, majoritariamente branca, como demonstra a pesquisa intitulada: “As

condições de trabalho dos assistente sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais” (2021):

Tabela 2: Cor/etnia autodeclarada por estagiários(as) respondentes dos questionários

Autodeclaração cor	Frequência
Branca	17
Negra	3
Parda	7
Total	27

Fonte: MANFROI, Vania Maria et al. As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais. Projeto de Pesquisa 2018 – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

Tabela 3: sexo autodeclarado por estagiários(as) respondentes do questionário e participantes dos grupos focais

Sexo	Questionário	Grupo Focal	%
Feminino	23	44	87%
Masculino	4	6	13%
Total	27	50	100%

Fonte: MANFROI, Vania Maria et al. As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais. Projeto de Pesquisa 2018 – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

Este cenário vem se modificando paulatinamente ao longo dos anos, e podemos verificar este avanço frente ao estudo do CFESS em 2005 que aponta como perfil profissional de serviço social um público majoritariamente formado por mulheres brancas, heterossexuais e católicas e, após dezoito anos, através das políticas afirmativas e de inclusão esta realidade vem se transformando, apresentando uma maior diversidade racial e de gênero, a qual está registrada na pesquisa “Perfil De Assistentes Sociais No Brasil: Formação, Condições De Trabalho E Exercício Profissional” de 2022 (CFESS):

Do universo total pesquisado, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino. “Outras expressões de Gênero”, diferentes das anteriores, foi a resposta de 46 Assistentes Sociais, correspondendo a 0,10% (CFESS,2022).

No decorrer das pesquisas não encontrei outras que venham a tratar especificamente do perfil do estudante na modalidade EaD em Serviço Social, salvo

o Censo do Ensino EaD publicado pela Associação Brasileira de Ensino a Distância de 2019-2020 que descreve o perfil dos estudantes como um todo e a pesquisa do CFESS (2022) que traz um demonstrativo de estudantes por região do Brasil:

FIGURA 2: Modalidade de Graduação por região - dados coletados de 2017 a 2019



FONTE: (CFESS, 2022, p.71.)

Este mesmo relatório ainda enfatiza:

Segue como importante desafio para o Serviço Social brasileiro fortalecer as lutas pela educação pública em todos os níveis, incentivar abertura de cursos de Serviço Social em Universidades Públicas, forjar demanda de ampliação de vagas em cursos públicos e privados presenciais especialmente não mercantis, acompanhar a qualidade da oferta em todos os cursos, mas especialmente nos cursos EaD, e fortalecer as lutas contra o racismo estrutural e institucional que impera em nosso país (CFESS, 2022, p. 72)

Isso descreve um cenário que vem se atualizando e ao mesmo tempo abre pauta nos espaços de construção coletiva do Serviço Social e do ensino superior, a

fim de estabelecer um debate permanente dos marcos legais e balizadores da formação e exercício profissional, com vistas a garantir a equidade e justiça social também no meio acadêmico e de supervisão em estágio obrigatório do Serviço Social.

5. 3.4 A SUPERVISÃO ACADÊMICA

A Supervisão Acadêmica desempenha um papel crucial na formação em Serviço Social, promovendo a articulação e integração entre a teoria e a prática, bem como o desenvolvimento dos futuros assistentes sociais. Este processo envolve a orientação e acompanhamento de estudantes em estágios nos espaços sócio ocupacionais de trabalho dos assistentes sociais, permitindo que haja o confronto do conhecimento com o cotidiano e a práxis profissional.

De acordo com Mesquita (2019, p.179) a supervisão em Serviço Social deve ser pensada como um atividade pedagógica e didática que, transversalmente, perpassa por todas as disciplinas da formação e do exercício profissional. Nesta perspectiva a ABEPSS através da Política Nacional de Estágio em Serviço Social (2010), explica que:

[...] a supervisão acadêmica está imbricada diretamente com a finalidade social da profissão, na prestação de serviços sociais, que consiste, dentre outras questões, em conhecer e refletir com os(as) estagiários(as), em pequenos grupos, a realidade profissional nos campos de estágio, reconhecer os limites e possibilidades das respostas profissionais nas diferentes organizações no enfrentamento das expressões da "questão social", reconhecer e debater os elementos constitutivos do projeto profissional em curso nos espaços socioocupacionais e sua relação com o projeto hegemônico da profissão [...] (ABEPSS, 2010, p.17)

O regramento para realização da Supervisão Acadêmica está contemplado nos marcos legais do Serviço Social e preveem que seja realizada por um docente/assistente social e que deve estar articulada com a Supervisão de Campo; deve ocorrer dentro da grade curricular do curso de Serviço Social, estando vinculado à uma IES. Outra prerrogativa da Supervisão Acadêmica é que deve ser realizada semanalmente com espaço em sala de aula, contendo no mínimo uma carga horária de três horas, podendo ser individualizado ou em grupo. A supervisão acadêmica

É nesse sentido que o/a supervisor/a acadêmico/a é fundamental no processo de estágio assumindo a particularidade de direcionar, organizar e materializar o projeto de formação profissional hegemônico, a PNE e a política de estágio da unidade de ensino em articulação direta com a

coordenação de estágio, comissão de estágio e fóruns locais, regionais e nacionais de estágio (Mesquita, 2022, p.180)

A Supervisão Acadêmica no Serviço Social tem diversos objetivos, primeiramente, assegura que os estudantes adquiram uma compreensão profunda das teorias e conceitos, ao mesmo tempo em que oportuniza desenvolver habilidades e competências necessárias para atender as demandas e intervenções do Serviço Social. Uma segunda característica é o fomento ao pensamento crítico, podendo desafiar os estudantes a questionar, refletir sobre suas ações e a considerar as implicações éticas e políticas de suas intervenções.

No entanto, a supervisão acadêmica enfrenta desafios, como: a necessidade de recursos adequados e a garantia de supervisores que atendam a necessidade deste processo de formação, além de perpassar pelo sucateamento e desmonte da educação superior e pelas condições objetivas do trabalho no contexto capitalista, especialmente porque há de se considerar o que lamamoto (2015, p. 444) enfatiza quando diz que:

A elevação do nível de qualidade acadêmica do conjunto da área do Serviço Social exige um investimento na qualificação dos docentes, também do ensino privado, que é um dos espaços ocupacionais do assistente social e parte de suas atribuições privativas.

A qualificação dos quadros docentes das IES é uma prerrogativa da ABEPSS e torna-se “condição de se preservar a direção social impressa ao ensino universitário na área, sua unidade e qualidade do ensino” (lamamoto, 2015. p.444), corroborando com esta compreensão nos amparamos em Mesquita (2019, p. 184) que diz ser competência do supervisor acadêmico compreender sua função educativa e formativa dentro de uma postura crítica, o qual tenha como “base fundante a radicalidade do conhecimento, o livre pensamento, a independência das ideais, a dúvida como ponto de partida e/ou de chegada, os questionamentos, a inquietação das descobertas, as problematizações, a investigação”. Para que isso seja possível, o processo de supervisão acadêmica precisa estar inserido não como mais uma atribuição do docente assistente social, mas como uma atividade de docência na mesma proporção que as demais disciplinas do curso de Serviço Social.

É nesta pauta conceitual que o “projeto de formação profissional do curso de Serviço Social rompe com a visão pragmática de que o estágio é a ‘hora da prática’, o tempo de ‘aprender a fazer’, e de ‘colocar as mãos na massa’, reduzindo o fazer profissional a uma dimensão tecnicista.” (Mesquita, 2019, p. 182), considerando a

articulação que deve ocorrer entre Supervisão Acadêmica e de Campo, reconhecendo a indissociabilidade desta, pois caracterizam-se como “uma atividade pedagógica, didática, imbricada diretamente com a finalidade social da profissão”(Caputi, 2021, p.159), que rebate na sobrecarga de trabalho do supervisor, que raramente assume única e exclusivamente esta função. Neste sentido podemos citar o artigo da Guerra (2010) , na revista Serviço Social e Sociedade n. 104, intitulado “ A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância”, o qual traz uma explanação das diversas formas de precarização das relações do trabalho e assevera:

Nesta direção, a formação profissional tem um duplo desafio: desvelar e enfrentar a crise do capital e nela as diversas formas de precarização das relações e condições de trabalho, flexibilização dos direitos e focalização das políticas sociais, que, como parte da mesma racionalidade, se expressam e condicionam exercício e formação profissionais (Guerra, 2010, p.715)

Neste sentido, Manfroi et al (2021, p. 68), enfatiza que “as instituições privadas são marcadas por diversas precarizações das condições de trabalho e, nas instituições públicas de ensino superior tentou-se implantar um novo perfil docente “produtivo, competitivo e empreendedor”.

Desta maneira assistiu-se a uma ampliação do trabalho docente, com pressões por produção acadêmica, ou seja, número de defesas, número de artigos/capítulos produzidos, etc. e também pela valorização desse tipo de produção em detrimento das atividades voltadas ao ensino. Isso, a nosso ver, repercute na questão da própria supervisão de estágio, à medida que os professores supervisores acadêmicos precisam desempenhar múltiplas tarefas para se manterem nos padrões mínimos de produção (MANFROI et al, 2021, p. 69)

Estes impactos reverberam fortemente nas possibilidades de vínculo, aproximação e formação de rede no que diz respeito à supervisão acadêmica e de campo, considerando que não estamos tratando de uma situação personalizada, onde a incumbência de gestar e conseguir campo de estágio recai exclusivamente sobre o docente/assistente social. Há de se reforçar que as IES precisam imbricar-se no processo de abertura de campos de estágio, criando possibilidades institucionais para que o estágio ocorra e cumpra com seu papel político, pedagógico e técnico, independente da modalidade de ensino.

6. 3.5 A SUPERVISÃO DE CAMPO

A Supervisão de Campo em Serviço Social é uma ação profissional fundamental no processo de formação e exercício profissional, é quando o estudante é inserido na realidade e vivencia o cotidiano da práxis do assistente social. A Supervisão de Campo desempenha papel crucial no desenvolvimento da identidade profissional dos estudantes, proporcionando a oportunidade de articular as teorias aprendidas na sala de aula em situações do mundo real.

Tratando-se, esta atribuição, conforme explica Alves (2019, p.187)

É um processo de construção conjunta no estágio que permite uma formação qualificada dos(as) discentes, o fomento a práticas inovadoras e criativas nos diversos ambientes socioinstitucionais do exercício profissional e a retroalimentação das teorias com aproximação e apreensão da realidade profissional

Estabelecendo-se assim, o que Paulo Freire (1996, p.10) denomina de relação dialógica e que se apresenta a partir dos “fundamentos da ética universal dos seres humanos, enquanto prática específica humana”, e a Supervisão de Campo implica um movimento dialético onde o assistente social/supervisor é chamado a pensar e repensar os “seus processos de trabalho e atravessar fronteiras institucionais”. Considerando ainda que “o contrato de trabalho estabelecido entre instituição e assistente social é compra e venda de força de trabalho intelectual e física” (Caputi, 2021, p.177).

Sendo assim, a Supervisão de Campo, ao mesmo tempo é: trabalho, atribuição privativa e ação pedagógica, o que lhe confere contraditoriedades na práxis e na formação profissional, onde a

[...] a supervisão de campo do estágio deve ser, portanto, pautada pela dimensão educativa no qual o/a supervisor/a e estagiário/a sejam sujeitos ativos do processo, desvelando as demandas da realidade o qual estão inseridos/as a busca do fortalecimento de uma formação profissional que consiga analisar e intervir nas expressões da questão social que emerge no cotidiano do exercício profissional (Alves, 2019, p. 192)

A Supervisão de Campo é mediação que leva a construção e reconhecimento do ser no cotidiano e no confronto com a realidade; mediação também é um tempo de passagem e que atravessa as escolhas, transforma a realidade, onde a base pedagógica da formação estabelece as aproximações necessárias a uma construção

coletiva envolvendo não só a tríade: supervisores acadêmicos, de campo e estagiários(as), como também as instituições das quais estes fazem parte e todas as condições de ensino-aprendizagem e de trabalho.

Nesta perspectiva, o supervisor de campo, para além de exercer uma atribuição privativa da profissão, torna-se um mediador do conhecimento, podendo apontar os caminhos para a constituição do ser e da identidade do futuro profissional de Serviço Social.

E, pensar na atribuição privativa do assistente social também como uma mediação pedagógica nos leva a refletir sobre seus significados e impactos na formação e no exercício profissional, asseverando por Alves (2019, p. 187) que:

A supervisão de estágio em Serviço Social é uma atribuição privativa do/a profissional em Serviço Social, devendo ser exercida em uma relação profícua entre supervisores(as) de campos e supervisores(as) acadêmicas. No que se refere ao supervisores(as) de campo é importante destacar o papel fundamental no processo de estágio, uma vez que seu fazer profissional será o primeiro contato do(a) discente com as vivências profissionais, tendendo a ser, desta forma, a primeira referência do exercício profissional que o(a) estagiário (a) irá conhecer.

Tratando-se, então, de olhar para a supervisão de campo como um trabalho profissional e, ao considerar-se a competência profissional na supervisão de estágio, “envolve pensar em todos os âmbitos da intervenção, pois é um processo que está vinculado à formação junto aos estagiários e ao exercício profissional no trabalho cotidiano dos supervisores” (Lewgoy, 2010, p.150)

Decifrar a realidade a partir do campo de estágio, no processo de formação, exige o reconhecimento desta atribuição privativa não como uma obrigação imposta, mas como um compromisso ético-político que faz parte do projeto da profissão em Serviço Social.

Nesse sentido o Código de Ética do Serviço Social quando coloco em seu artigo 5º, inciso VI que é atribuição privativa: “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” (Brasil, 1993), direciona o exercício da supervisão na prática, mas vai além dessa especificação quando nos artigos 14, parágrafo único e 2, inciso c, amplia essa atribuição para que existe o acompanhamento e fiscalização de toda categoria, demonstrando aqui o caráter coletivo, não só fiscalizatório mas sobretudo de um compromisso que deve estar

presente nas três dimensões do Serviço Social e embasados em uma teoria social crítica.

Na publicação do CFESS intitulada “As atribuições privativas do/a Assistente Social” de 2002, volume 1 e com uma edição ampliada em 2012, a qual traz reflexões importantes, especialmente a respeito dos artigos 4º e 5º do Código de Ética do Serviço Social de 1993, como resultado das deliberações do XXVIII CFESS/CRESS, a COFI/ CFESS se responsabiliza pela ampliação do debate e apresenta reflexões relevantes no que diz respeito às atribuições profissionais.

Neste artigo lamamoto (2012) apresenta como definição de atividade privativa:

No sentido etimológico, segundo o Dicionário Caldas Aulete (1958) a matéria diz respeito “à substância ou objeto ou assunto sobre o que particularmente se exerce a força de um agente”. A área refere-se ao campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social e a unidade do Serviço Social não se reduz a uma visão administrativa enquanto órgão de uma entidade, definido em seu organograma, tal como se identifica no senso comum. Pode ser ainda compreendida como “a ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim” ou “agrupamento de seres individuais, considerados pelas relações mútuas, que existem entre si, pelos seus caracteres comuns, suas mútuas dependências”. Em síntese, a unidade de Serviço Social pode ser interpretada como o conjunto de profissionais de uma unidade de trabalho (lamamoto in CFESS, 2012, p.39)

Precisamos alinhar este conceito ao contexto que estamos vivendo de mercantilização da educação, fragilização das relações humanas, exacerbação da competitividade e individualismo, que em um certo grau vai generalizando as profissões a ponto de tirar as especificidades de cada uma e, com isso as enfraquece, retira suas cicatrizes e suprime suas lutas enquanto coletividade e inserida em um contexto socioeconômico e histórico.

Nos atentemos ao foco deste estudo que trata da Supervisão de Campo em estágio obrigatório em Serviço Social, visto que as legislações existem para direcionar, balizar e orientar a prática, mas única e exclusivamente não são elas que garantem esta ação privativa na formação e exercício profissional. “Portanto, explicitar a legislação supõe dar conta de uma questão que não pode ser tributada de imediato ao texto legal, porque cabe ao conjunto desses profissionais especializados esclarecerem a partir de sua formação teórica, técnica e ético-política” (lamamoto, 2012, p.38), o que lhes compete na práxis profissional.

Deste modo a supervisão em estágio obrigatório deve estar inserida no contexto institucional, dentro do processo de trabalho, “deve estar organizado de modo a propiciar ao estagiário experienciar e analisar criticamente o exercício dos processos de trabalho do assistente social, em todas as suas fases e dimensões, investigativa, propositiva e interventiva” (Lewgoy, 2010, p. 125). Sendo esta uma realidade controversa, visto que são inúmeros os relatos que demonstram a dificuldade de assistentes sociais/supervisores de campo serem liberados para reuniões, capacitações e momentos de atendimento individualizado a(o) estagiário(a) quando inserido no contexto das instituições campos de estágios, além das condições de trabalho que o sistema capitalista impõe ao trabalhador.

Conforme Zacarias e Hillesheim (2022, p. 35-64), asseveram que existem variantes e implicações da execução da atribuição privativa do assistente social na função, também de supervisor de estágio obrigatório em Serviço Social.

Os relatos feitos pelos profissionais supervisores de campo evidenciam uma rotina de trabalho que é intensificada não apenas pelas atividades que dizem respeito às atribuições privativas, mas por um conjunto de outras necessárias para a realização do trabalho do assistente social (Zacarias; Hillesheim, 2022, p.55)

Impactando nesta realidade as condições objetivas do trabalho do assistente social, as morfologias do mundo do trabalho (Antunes, 2018) nos tempos atuais, apontam para elucidar quem é a nova classe trabalhadora e como ela vive do trabalho, como ela vende sua força de trabalho

Nesse sentido, evidencia-se em nossa análise que a classe trabalhadora hoje não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário (Antunes, 2018, p. 88).

Assim, a compreensão de quem é a classe trabalhadora, exige pensar o que é o trabalho na atualidade e como os alicerces do sistema capitalista vão moldando a produção e reprodução das relações sociais no cotidiano da sociedade, interferindo diretamente em como este sujeito se reconhece no meio em que vive.

Sendo necessário olhar para a situação de que o trabalho, no sistema capitalista sugere muito mais que a transformação da natureza para satisfazer as necessidades humanas, precisa ser entendido como um dos únicos, se não o único

meio pelo qual a classe trabalhadora vende sua força de trabalho para subsistir e, o ciclo da exploração torna-se uma ideologia massificante, onde o trabalhador é responsabilizado pelo seu fracasso ou pelo seu sucesso, pois diante da morfologia do mundo do trabalho é este que precisa adaptar-se e estar apto a servir às demandas do mercado e da mão de obra exigida.

Então, reconhecendo-se, assim, a atribuição privada do(a) assistente social na supervisão de campo como um trabalho profissional e qualificado "envolve pensar em todos os âmbitos de intervenção, pois é um processo que está vinculado à formação junto aos estagiários e ao exercício profissional no trabalho cotidiano dos supervisores" (Lewgoy, 2010, p. 150).

Conforme indicado pela ABEPSS, onde seja [...] "precioso cada vez mais uma formação que habilite esses sujeitos profissionais para o exercício de seu processo de trabalho, que acompanhe as mudanças societárias e configure-se como um profissional habilitado não só para a intervenção, mas que esteja capacitado para refletir sobre a realidade e fazer proposições", o que fortalece a ABEPSS (1996, p.8) quando trata da lógica curricular, ao enfatizar a construção do sujeito social, tendo como "pressuposto central das diretrizes propostas a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social".

Caputi (2021, p. 145) assevera que

A supervisão de estágio em Serviço social, como componente curricular, propicia a construção de conhecimentos constitutivos e essenciais do trabalho profissional, considerando o caráter interventivo/investigativo da profissão -, em termos a necessidade de conhecer a realidade para atuarmos nela, e isso nos conduz ao cumprimento das atribuições e das competências profissionais."

Esses direcionamentos que levam a compreender as singularidades do Serviço Social e da práxis profissional comprometem a supervisão de estágio, requerendo que a atribuição privativa não se torne somente algo que outro seja proibido de fazer, mas que dentro desta prerrogativa "[...] a supervisão, na condição de atribuição profissional, contempla uma dimensão formativa" (Guerra; Braga, s.a, p.3), considerando que os espaços sócio ocupacionais configuram-se em oportunidades de "vivências diversas em matéria de Serviço Social em que profissionais e discentes

em formação têm como demanda cotidiana diversas expressões da questão social - terreno fértil para o agir-pensar profissionais” (Gonçalves, 2019, P. 119).

As atribuições privativas diferenciam-se das competências e habilidades, as quais perpassam pela compreensão da instrumentalidade que, de acordo com Lewgoy (2010, p. 169) assevera dizendo que

[...]não se trata apenas do conjunto de instrumentos necessários para fazer, mas para o saber-fazer, abrange o instrumental , que é, por excelência, uma instância de passagem expressa pelo eixo operacional das profissões, o qual abarca o campo das técnicas, dos conhecimentos e das habilidades

Deste modo a atribuição privativa não se resume à técnica bem aplicada ou a habilidade desenvolvida, exclusivamente, então, direcionar o entendimento a respeito do que é privativo do/a assistente social no exercício da profissão e na formação em Serviço Social estão interligados “aquelas ações, procedimentos, análises e instrumentos de uso exclusivo do Serviço Social e delineados na Lei 8.662/1993 e demais normativas e orientações do CFESS” (Gonçalves, 2019, P. 121) , alinhados a

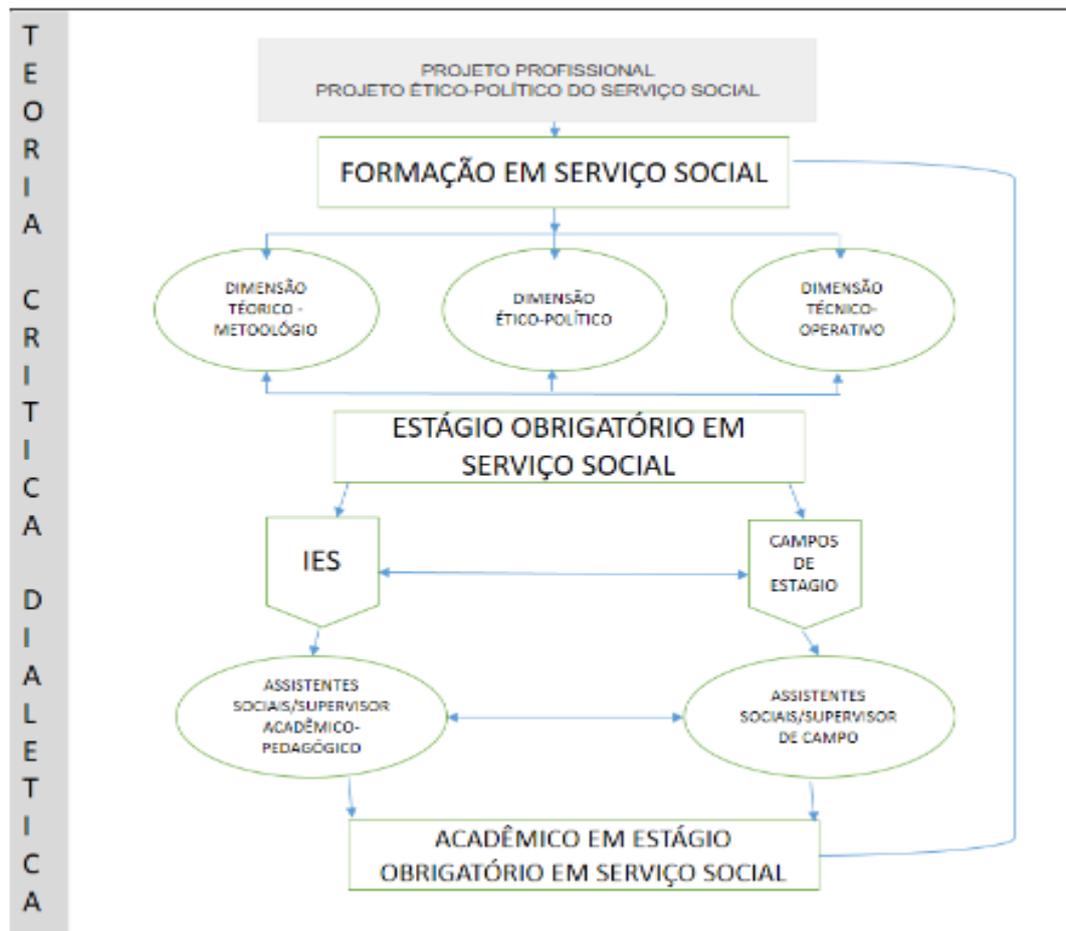
[...] identificação da teoria crítica como fundamento no processo de supervisão e a vulnerabilidade da matriz teórica-metodológica exigem capacitação de todos os sujeitos envolvidos - alunos, professores e assistente sociais - apontando caminhos a serem percorridos na efetivação da competência profissional”(Lewgoy, 2010, p. 168).

A Supervisão de Campo em estágio obrigatório em Serviço Social, inegavelmente e legalmente é uma atribuição privativa e, quando apresenta também um compromisso com a dimensão formativa, não se restringe a reprodução das técnicas, direciona este período para uma apreensão dos processos de trabalho do Serviço Social e a “proposta da lógica curricular é de superação da fragmentação do processo de ensino aprendizagem, de forma a permitir intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade” (Lewgoy, 2010, p. 172).

No contexto de mercantilização da educação e da exploração da força de trabalho, a dimensão formativa intrínseca a atribuição privativa do assistente social precisa compreender a indissociabilidade entre formação e trabalho, a qual alicerça a competência profissional, visto que a “natureza e a concepção do estágio estão demarcadas pela concepção crítico-dialético hegemônica à formação e ao exercício profissional, legado da trajetória histórica da profissão no Brasil (CFESS, 2014, p. 6).

A Supervisão de Campo tem a função de atribuição privativa e abrange a dimensão formativa que deve estar embasada nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social, dentro de um processo de mediação que supera as ações imediatistas, desenvolvendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos dentro de uma perspectiva crítica e alinhados ao projeto ético-político do Serviço Social, compreendo que há uma sinergia que envolve “indissociabilidade entre estágio e Supervisão Acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão” (Lewgoy, 2019, p. 107).

Figura 3 - Demonstração gráfica do fluxo relacional do estágio obrigatório em serviço social



Fonte - (TRUPPEL, 2023)

As regras básicas para que a supervisão em campo ocorra estão contidas na Resolução n. 533/2008 do CFESS, a qual tem como critério a condição de que uma assistente social devida e regularmente inscrita no CRESS da região da qual pertence, deve estar vinculada àquela instituição exercendo a atividade profissional como tal, ou seja, não se configuram como campo de estágio instituições que não tem em seu quadro funcional a assistente social devidamente contratada ou concursada.

Esta Resolução aponta outros critérios obrigatórios para que o estágio se realize e, dentre estes, estabelece a quantidade de acadêmicos em estágio obrigatório, limitando que, para cada dez horas de trabalho, o assistente social, poderá ter um estagiário sob sua supervisão, ficando esclarecido que a carga horária do assistente social é trinta horas semanais, conforme consta da Lei n. 1.2317/10 que vem alterar a Lei n. 8.662/1993. Sendo assim, mesmo que a carga horária seja

superior ao marco legal⁷, não poderá ultrapassar o máximo de três estagiários(as) sob sua supervisão, mesmo que sejam em espaços sócio ocupacionais diferentes⁸, havendo outros requisitos que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social contido na Resolução CFESS n. 493/2006, as quais devem ser observadas no exercício da supervisão de estágio em Serviço Social.

Sendo assim, não se pode exceder a função pedagógica do estágio obrigatório que tem natureza de aprendizado, oferecendo a possibilidade da construção da identidade do futuro profissional em Serviço Social, visto que a

[...] supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (CFESS; Barroco; Terra, 2012, 165)

A supervisão de campo em estágio obrigatório do Serviço Social, configura-se como supervisão direta, aproxima o(a) assistente social em exercício profissional, do mundo acadêmico possibilitando aprimoramento, construções coletivas e contribuindo significativamente com o fortalecimento das bases para a consolidação do projeto profissional e ético-político da profissão.

No entanto, a vivência por parte das IES, no que diz respeito a inserir acadêmicos em campo de estágio, a cada ano, torna-se um desafio, que para ser superado necessita do envolvimento de todos os entes que compõe o processo de formação, onde o fator coletividade tem impacto que pode gerar mudanças, compreendendo que existem contradições históricas dentro do próprio Serviço Social na busca da construção de um projeto hegemônico com base na teoria social crítico-

⁷ Na realidade brasileira, embora exista a Lei 8.662/1993, que regulamenta a carga horária do profissional de serviço social, atuando como assistente social, são muitos os casos de profissionais nesta função executando uma carga horária maior.

⁸ Outra realidade que atinge os assistentes sociais é o pluriemprego, visto as condições salariais e os desafios cotidianos da sobrevivência humana, na sociedade capitalista. Sugestão de leitura do artigo de: ZACARIAS, Inez Rocha; HILLESHEIM, Jaime. Condições laborais, estágio e supervisão: subsídios para pensar os dilemas entre os objetivos da formação em serviço social e a agenda do mercado de trabalho. In: HILLESHEIM, Jaime; MANFROI, Vania Maria; BAIMA, Ana Maria (org.). **Estágio supervisionado em serviço social: contradições no cotidiano de trabalho**. Florianópolis: Emais, 2022. p. 35-64.

dialético. Porém há de considerarmos que, quando se trata da formação e exercício profissional e, se tem no estágio obrigatório, a possibilidade de exercer uma competência/ atribuição privativa da profissão, almeja-se um horizonte para além de cumprir um dispositivo legal.

E, o(a) assistente social coloca-se como mediador do conhecimento, podendo apontar caminhos, atravessar as escolhas de uma forma reflexiva que possibilitem a constituição do ser e da identidade do futuro profissional de Serviço Social, requerendo entender seu papel de mediador, reconhecendo os dois movimentos inerentes a este processo: um primeiro movimento que podemos chamar de movimento endógeno e acontece na interação do ser social através da apreensão da realidade, fortalecendo a intersecção entre teoria e prática e o segundo movimento podemos chamar de movimento exógeno, onde o supervisor de campo assume o papel de articulador das diversas mediações que se estabelece na tessitura das relações sociais e que formando o ser social⁹.

⁹ Me sirvo aqui da explicação da autora Leslie Caputi (2021, p. 46) explicando que “Na tradição marxista, o ser social é, ao mesmo tempo, humano genérico e singular-particular, sendo que singular é o espaço da vida cotidiana, cuja legislação e forma de ser levam ao senso comum, ao pragmatismo e ao imediatismo do cotidiano, e o humano-genérico é mediatizado pela vontade coletiva por meio da política, da arte, da ética e da filosofia”.

4A AÇÃO PEDAGÓGICA COMO FUNÇÃO MEDIADORA NA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

*Aonde fica a saída?", Perguntou Alice ao gato que ria.
 "Depende", respondeu o gato.
 "De quê?", replicou Alice;
 "Depende de para onde você quer ir..."
 Lewis Carrol*

No processo de construção das reflexões desta pesquisa me deparei com muitas leituras e autores, visto que compreender a educação, no contexto atual, pode nos levar a diversos caminhos, no entanto a escolha vem de encontro ao que se busca compreender e, que traz impactos para o Serviço Social enquanto área de conhecimento e categoria profissional inscrita na divisão sócio técnica de trabalho.

Para compreender o processo de formação em Serviço Social é necessário entendê-lo dentro de uma concepção histórica, passando a trajetória dos mais de 80 (oitenta) anos de profissão no cenário brasileiro.

Segundo, Kropf (2020, p. 74):

[...] o Serviço Social, em sua atuação, deve se construir cotidianamente a partir de um exercício de permanente presença da postura investigativa, direcionando as escolhas profissionais para a refutação da reprodução de práticas que corroborem com a manutenção de influências de suas bases tradicionais – a herança do conservadorismo, pragmática, deshistoricizada. Estas, por sua vez contribuindo para o reforço de perspectivas de observação e intervenção que perpetuem a individualização e a naturalização das condições de vida socialmente colocadas.

O profissional de Serviço Social precisa ancorar a práxis profissional no conhecimento teórico e prático, incorporando suas atribuições específicas para uma visão articulada com o contexto social, onde possa afirmar o projeto profissional e seu posicionamento ético-político, na perspectiva de ser ele também um agente de formação dentro da profissão, o que está diretamente relacionado à construção da identidade profissional.

A formação em Serviço Social está inserida, também dentro de um sistema educacional brasileiro e mundial que mercantilizam a educação e a transforma, ao mesmo tempo em produto e estratégia, onde precisa proporcionar o desenvolvimento das habilidades e competências concomitantemente à aquisição dos conhecimentos: teóricos, éticos e políticos. Chegamos em um momento da história e da profissão que

se faz necessário intensificar e problematizar o modelo de educação que, obrigatoriamente seguimos e, que diretamente reverberam na formação e no exercício profissional.

No atual contexto capitalista e no qual estamos imersos, é necessário redesenhar os compromissos coletivos, a fim de reafirmar a ruptura com o conservadorismo, superando os limites que este momento impõe na produção e reprodução das relações humanas/sociais, possibilitando pensar as bases e direcionamentos da educação. As transformações pelas quais lutamos, acontecem no confronto cotidiano, quando o sistema é provocado a se repensar, onde os tensionamentos impulsionam as significativas revoluções diárias.

Na concepção do materialismo histórico e dialético o ser humano é um produto e produtor da história e, nessa perspectiva há de se compreender que somos trabalhadores e, o “trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios de vida físico, ele tem que lutar pela aquisição do seu trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade” (Marx, 1984, p. 25).

Nesta perspectiva, a construção histórica do Serviço Social e da sua práxis é inegável, assim como as lutas que foram e são travadas para que se constitua como uma profissão que intervém na realidade e assim reconhece-se a sua ação na sociedade, perpassa o mundo do trabalho e sua condição de trabalhador nos mais variados espaços sócio ocupacionais.

De modo que a categoria trabalho está diretamente relacionada à identidade profissional e, de acordo com Silva (2017, s.p) interfere no processo de rompimento com as práticas conservadoras, voluntaristas e assistencialistas da profissão e; pela condição de assalariamento e das relações de trabalho reconhece a força de trabalho especializado do(a) assistente social. Sugerindo identificar as contradições inerentes ao mundo do trabalho no sistema capitalista, onde a mão de obra é explorada e objetificada, considerando que por meio do trabalho o sujeito se constitui e acontece a produção e reprodução das relações sociais.

Segundo Silva (2017, s.p.):

O capitalismo, cujo único fim, é a acumulação de capital, estabelece-se sobre a transformação da força de trabalho em mercadoria. Em seu contexto, as relações sociais são reduzidas às relações econômicas e a centralidade dessas relações é atribuída às mercadorias e não aos homens e mulheres que as produzem.

Tratando-se de compreender a categoria trabalho na perspectiva do Serviço Social, então, há de se considerar que a formação não é um hiato nesse processo, mas o ponto de partida para àqueles que escolheram tecer o caminho tendo como parâmetro o projeto profissional e societário defendido pela profissão, onde a “análise do trabalho de supervisão pressupõe, portanto, o exame das relações das condições objetivas” (Lewgoy, 2010, p. 111), visto que é necessário analisar os motivos pelas quais ainda se tem discursos pautados na dicotomização da teoria e prática, na formação tecnicista e em ações conservadoras entre os(as) assistentes sociais, pensando no tipo de perfil profissional que está se formando.

O ser humano só o é na relação com o outro e com a sociedade, portanto rever, reorganizar, desenhar e colocar em prática as diretrizes da formação e exercício profissional se utilizando da construção coletiva como eixo motor de toda transformação, a exemplo do que foi e continua a ser o Movimento de Reconceituação ocorrido nos anos 60 e 70 e o Congresso da Virada em 1979, pressupõe forjar:

uma nova cultura profissional que, continha e contém, uma direção social estratégica que colide com os interesses do grande capital, expressa na atuação política das entidades representativas da categoria profissional, nos parâmetros jurídico-políticos da formação e atuação dos assistentes sociais (Códigos de Ética de 1986 e 1993; na lei de regulamentação da profissão 8662/93, nas Diretrizes Curriculares de 1982 e 1996) e na produção teórica mais consolidada da área do Serviço Social (Salazar; Nicácio, 2020, s.p)

No arcabouço histórico do mundo do trabalho brasileiro, o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, reconhecida pela Lei 8662/1993, que tem um projeto ético-político, contendo valores e princípios fundamentais, os quais direcionam o exercício profissional.

O Serviço Social consolidou-se enquanto profissão legitimada socialmente pela efetividade suas ações no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho enquanto uma especialização do trabalho coletivo. As expressões da Questão Social constituem o objeto de trabalho do Serviço Social que, a partir da era dos monopólios, necessitou de intervenções efetivas por parte do Estado burguês frente ao protagonismo político da classe trabalhadora na busca por respostas à precariedade das suas condições de vida (Santos; Silva, Sena, 2022, p.6)

Segundo Iamamoto (2017) o trabalho do assistente social está conexo às condições de trabalho que se impõem no cotidiano e ligados a divisão sócio técnica

deste, pois os objetivos e a ação do Serviço Social se concretizam na realidade, demonstrando os limites e possibilidades do/no exercício profissional.

Neste sentido, o elemento histórico que possibilita compreender a inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho é a consolidação do estágio monopolista do modo de produção capitalista. Foi a partir dele que, por intermédio do Estado, o Serviço Social foi gestado enquanto profissão de validade social, sendo uma especialização do trabalho coletivo, inserindo-se, assim, na trama das relações sociais de trabalho (Santos; Silva, Sena, 2022, p.2).

Para compreender o Serviço Social como uma profissão, é necessário considerar os fundamentos históricos, entendendo que a

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Imamoto, 2014 p. 83-84).

Neste entendimento, as expressões da questão social são desdobramentos das condições objetivas de vida no cotidiano que permitem ao profissional o exercício reflexivo dentro do projeto ético-político do Serviço Social o qual:

nos desafia a decifrar a história e acumular forças políticas e competência profissional para sua viabilização com a certeza na frente e a história na mão. Esse projeto vê-se hoje *tensionado por projetos societários conservadores, antiliberais e anticapitalistas* de diversas matizes. Na atualidade, defronta-se com a forte ofensiva das forças regressivas travestidas nas instituições religiosas, no braço repressivo do Estado, nas organizações corporativas de várias frações da burguesia industrial e agrária e das camadas médias em luta pela hegemonia, na grande mídia, entre outros aparelhos de hegemonia que não podem ser subestimadas. A elas não é imune a categoria profissional [...] Atribuir densidade ao processo de construção histórica dos valores emancipatórios em tempos de radicalização conservadora e de barbárie requer pensar estratégias cravadas no processo histórico brasileiro contemporâneo (Imamoto, 2017, s.p).

A força de luta e resistência está centrada na construção coletiva, na identidade profissional e no fortalecimento do seu projeto profissional que reflete na construção de um projeto societário, demonstrando o compromisso ético-político do profissional de Serviço Social, que abrange a formação e o exercício profissional. Reconhece-se aqui a supervisão como atribuição privativa do assistente social assim como se

reconhece a sua condição de uma atividade laboral que “envolve pensar em todos os âmbitos de intervenção, pois é um processo que está vinculado à formação junto aos estagiários e ao exercício profissional no trabalho cotidiano dos supervisores” (Lewgoy, 2010, p. 150).

Estes apontamentos acima são necessários para que possamos compreender o seguimento das reflexões, no sentido de deixar afirmar que a formação está estritamente vinculada ao trabalho e, que por sua vez expressa as contradições dentro da própria educação.

Considerando que as condições de trabalho são argumentos utilizados para abertura de campos de estágio, sendo este um dos desafios na pauta da formação, e fortalecimento da profissão como categoria de trabalhadores onde seja [...] “precioso cada vez mais uma formação que habilite esses sujeitos profissionais para o exercício de seu processo de trabalho, que acompanhe as mudanças societárias e configure-se como um profissional habilitado não só para a intervenção, mas que esteja capacitado para refletir sobre a realidade e fazer proposições” (ABEPSS, 1999, p.8), pois decifrar a realidade a partir do campo de estágio, no processo de formação, exige o reconhecimento do trabalho dentro de bases sócio-históricas, ultrapassando um conformismo imposto pelo sistema capitalista que sugere obediência e ações protocolares para dar respostas frente às expressões da questão social no cotidiano institucional e profissional.

Nessa perspectiva, pensar as exigências e os desafios contemporâneos à formação profissional demandam necessariamente, refletir sobre as formas reificadas que transformam o processo educacional em mera mercadoria. Implica debater as atribuições e o significado da profissão de serviço Social perante as forças sociais presentes na sociedade e como atividade inscrita na divisão social do trabalho, o que supõe estabelecer uma estreita articulação entre exercício e formação profissional (Lewgoy, 2010, P. 25)

Especialmente porque é no confronto, nos desafios diários do exercício profissional que acontece a formação inicial e a permanente do assistente social, visto que não existe situação ideal, e imaginar uma situação ideal para a realização da supervisão é subtrair do processo as possibilidades da reflexão e do confronto, na construção da visão crítica diante das demandas da questão social e do mundo do trabalho. O que nos coloca, diante da necessidade de construir resistência e alternativas de uma educação significativa. “Uma educação, em uma visão ampla e

ontológica, em que o estudo também é trabalho, é arte, é política, é neurofísico, é intelectual, é construção de consciência de classe” (Caputi, 2021. p.53).

Conceber a educação em seus sentido ontológico é relevante para a compreensão do seu papel na sociedade, independente de um determinado período histórico. Tal exercício de abstração é importante para que tenhamos claro o limite da educação, na forma capitalista de sociabilidade, mas também, as suas possibilidades (Schlesener; Masson; Subtil, 2016, p. s.p.)

A educação é estratégica para a emancipação humana, embora ainda estejamos vivendo um ensino que traz e funciona com elementos de um modelo conservador e ultrapassado, onde os desafios contemporâneos funcionam como oponentes do sistema educacional, sugerindo uma incongruência entre si. Não há mais como retroceder diante dos avanços tecnológicos, da internet e da inteligência artificial que tomou conta do século XXI; é preciso superar este modelo de educação, o qual foi projetado na Era Industrial e tinha como meta atender aos objetivos e necessidades daquele modelo de sociedade.

As tecnologias da informação e comunicação (TIC's)¹⁰ estão inseridas em nosso cotidiano, interferindo e, muitas vezes ditando a produção e reprodução das relações sociais e interpessoais.

As demandas que o sistema capitalista traz para a educação, interferindo em suas bases, subsidiando o achatamento e desconstrução das políticas sociais, a mercantilização da educação como uma promessa de libertação e superação da miséria humana, deste modo não podemos nos desviar do entendimento de que

¹⁰ Tecnologia da informação e comunicação (TIC) pode ser definida como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum. As TICs são utilizadas das mais diversas formas, na indústria (no processo de automação), no comércio (no gerenciamento, nas diversas formas de publicidade), no setor de investimentos (informação simultânea, comunicação imediata) e na educação (no processo de ensino aprendizagem, na Educação a Distância) (Pacievicht, s.a, s.d).

Para Oliveira, Moura e Sousa (2015, p.77) as Tecnologias da Informação e Comunicação referidas como TIC são consideradas como sinônimo das tecnologias da informação (TI). Contudo, é um termo geral que frisa o papel da comunicação na moderna tecnologia da informação. Entende-se que TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação. Em outras palavras, TIC consistem em TI bem como quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos dos seres. Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam por meio das funções de software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.

A educação está no cerne das disputas societárias e políticas. E o projeto ético-político do Serviço Social, enquanto autoimagem da profissão nessa sociedade de luta de classes, expressa salto ontológico da profissão, por compreender e somar na necessidade de fortalecer a luta mais geral de interesses dos trabalhadores(as), pelo qual edifica um projeto de formação profissional calcado na educação para a vida social, para além da formação estrita para o mercado de trabalho na perspectiva radicalmente oposta à do capital (Caputi, 2021, p. 57)

Atualmente os desafios para a formação em Serviço Social e para a educação de forma geral relaciona-se a contrarreforma da educação superior no Brasil, que fomenta o ensino privado em detrimento do ensino público, considerando que a educação desempenha um papel importante e que por ela são dados os primeiros passos das grandes transformações e, que uma educação para além do capital tem como meta uma ordem social diferente, a qual é necessária e urgente (Mészáros, 2008, p.71). Diante dessa afirmação, “observamos o papel contraditório da educação, pois promove a reprodução do ser social, mas também a sua elevação a um patamar superior. Não há, desse modo, neutralidade nos processos educativos” (Schlesener; Masson; Subtil, 2016, s.p). Exigindo que se tenha clareza dos limites e possibilidades de cada ser social em seu processo de transformação e tomada de consciência diante dos desafios que se impõe no contexto sócio-econômico - cultural e histórico.

Neste sentido os pressupostos das Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social (ABEPSS, 1996) reúne em si conteúdos e elementos que fundamentam o projeto de formação que tem como direcionamento o ensino-aprendizagem, a qual busca romper com a educação bancária e cartesiana, composto “por um conjunto de conhecimentos que estão articulados em três núcleos de fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, e núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (Caputi, 2021, p. 60), consistindo na compreensão da expansão dos cursos de graduação, especialmente na modalidade EAD e que não pode ser desvinculado do exercício profissional. “As transformações destruidoras da educação inter-relacionam-se com as metamorfoses do mundo do trabalho, cuja situação de exploração não é desvinculada da relação de opressão” (Caputi, 2021, p. 63).

De acordo com Cardoso, Granemann, Behring e Almeida (2017, p. 19), a preocupação com o currículo mínimo para o curso de Serviço Social , traz como desafio, de que a discussão inicia-se sobre aspectos fundantes da qualificação profissional exigida pelos marcos da sociedade brasileira. “Todavia, se em torno do

currículo mínimo é necessário construir um amplo consenso, ao currículo pleno caberá contemplar as diversidades e peculiaridades de cada unidade de ensino”, destacando-se um olhar aprimorado para os territórios, recortes regionais, fidelidade às trajetórias acadêmico-profissionais dos centros de formação, “resultantes das diferentes correlações de forças sobre as quais se assentam os vários projetos acadêmicos”. Entendendo que é preciso superar o currículo mínimo para que, de fato, a formação em Serviço Social corresponda ao projeto ético-político da profissão e, temos aqui um dos grandes desafios tratando-se da supervisão como um atribuição privativa e, também como um tempo de formação e reflexão do exercício profissional.

Asseveram Guerra e Braga (2009, p. 5), que a supervisão faz parte da atribuição privativa e competência do/a assistente social, correspondendo

a necessidade de preparação/qualificação de modo que a supervisão passa a ser a mediação necessária na preparação de profissionais aptos a realizar seu trabalho com competência e compromisso na direção da efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político profissional. Essa particular atividade realizada por assistentes sociais visa à formação dos quadros técnicos e intelectuais, cuja intervenção na realidade requer a compreensão do significado social da profissão e da sua inserção no contexto de relações e condições específicas dentro de conjunturas determinadas, apreendendo os fenômenos sociais como processos em constituição, cuja legalidade tendencial só se explica no contexto contraditório das relações sociais.

Fazendo-se necessário pensar nos desafios que tornam a supervisão em Serviço Social, especialmente a supervisão de campo um trabalho de mediação entre ensino-aprendizagem e que tem que estar articulado ao projeto profissional e institucional, devendo constituir-se, “em instâncias que articula e dá visibilidade às inter-relações entre instituições, sujeitos e outras áreas e saberes e entre as dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo as quais asseguram a competência profissional” (Lewgoy, 2010, p. 193)

Frente a isto, na perspectiva pedagógica, dentro da dimensão formativa do Serviço Social, cabe a ancoragem em Paulo Freire (1967, p. 108) o qual define que a mediação demonstra um papel ativo do ser humano na sua e com sua realidade. Portanto sugerindo que o processo de educação é uma troca recíproca e constante, “já que ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática ‘bancária’, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos” (Freire, 2005, p.79), reforçando o que Guerra e Braga (2009, p.10) afirmam quando dizem que a supervisão é

atividade programada que se realiza segundo uma sistematização programática, muitas das vezes, por meio de controle, acompanhamento, avaliação e replanejamento. Pauta-se em decisões em termos de diretrizes ou procedimentos operacionais previamente estabelecidos, normas e metas a serem cumpridas.

E, estas habilidades são aprendidas, desenvolvidas, estimuladas.

No entanto, em uma breve análise nos sites das IES de maior relevância no cenário catarinense, um total de nove sites visitados no mês de outubro de 2023, observa-se que em todas elas os cursos de Serviço Social tem uma duração de oito a nove semestres, sendo que somente, em sete instituições, a grade curricular está publicada, nos demais há necessidade de entrar em contato com a administração para se obter a informação.

Nas IES que foi possível verificar a grade curricular dos cursos de bacharelado em Serviço Social, constam as disciplinas de fundamentos ditadas pelo currículo mínimo, constante da Resolução n. 15/2002 do CNE/CES e das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social do MEC de 1999 e Plano Nacional de Estágio de 2010 da ABEPSS, no entanto observa-se uma outra variação de disciplinas que vão de Educação Física a Mentalidade Criativa e Empreendedora. Nenhuma das instituições demonstra, as grades curriculares, disciplina específica sobre a supervisão, seja técnica ou de estágio obrigatório ou não, salvo uma das instituições que oferta uma formação extra aos assistentes sociais que buscam aprofundamento nesta atribuição privativa no exercício profissional.

Estes breves indicadores e, registre-se que tratou-se de uma pesquisa empírica e através de informações nos sites das próprias IES, revela que o currículo mínimo está se cumprindo, no entanto as variações nas grades curriculares nos levam a pensar como estão sendo habilitados os profissionais que estarão ocupando espaços sócio ocupacionais e no exercício da profissão serão chamados a assumir a supervisão. Em um universo com mais de 240 mil assistentes sociais formados e atuantes, (CFESS, 2022), deparar-se com a escassez de campos de estágio levanta questionamentos e reflexões necessárias a serem centradas no processo de formação no sentido de problematizar a correlação entre exercício profissional e trabalho, visto que:

Nesses espaços ocupacionais, os(as) assistentes sociais exercem suas competências e atribuições profissionais, resguardadas por lei, que merecem maior atenção por parte da pesquisa acadêmica: formulação, gestão, monitoramento, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; estudos socioeconômicos; orientação social a indivíduos, grupos e famílias, assessorias, consultorias e supervisão técnica; mobilização social e práticas educativas; instruções sociais de processos, sentenças e decisões; formulação de projetos de trabalho profissional e pesquisa, magistério, direção e supervisão acadêmica. Essas atribuições e competências vem sofrendo um processo de alterações na sociedade contemporânea e conclamam maior investimento por parte da pesquisa na área do Serviço Social [...] (Iamamoto, 2015. p. 220)

Assim, é necessário ter o cuidado e o conhecimento de que exercer a função privativa do assistente social no que diz respeito a supervisão em estágio obrigatório ultrapassa as questões subjetivas do próprio profissional, insere-se na necessidade de rever a disposição do próprio processo de ensino-aprendizagem, das exigências que uma atribuição privativa exige do profissional e as inseguranças que este contexto acarreta no cotidiano institucional e laboral, a fim de encontrarmos estratégias de superação e, não de subtração do estágio obrigatório dos currículos, pois é evidente que a supervisão e o estágio são fundamentais no processo de formação dos futuros assistentes sociais.

De acordo com Cartaxo, Moreira e Santos (2022) no artigo “Estágio supervisionado em Serviço Social: contradições do tempo presente”, apresentam, de forma objetiva e problematizada, uma reflexão “acerca das tensões que tangencia, possibilitando uma compreensão das variáveis que interferem na abertura de campos de estágio e nas condições objetivas e subjetivas do exercício profissional do assistente social.

Apontam como indicadores dificultadores para que a supervisão em estágio obrigatório ocorra:

Argumentos voltados tanto às condições de jornada de trabalho, com pouco tempo para dar atenção aos estagiários, acúmulo de trabalho ou mesmo dupla jornada em espaços distintos, incidem sobre as possibilidades objetivas e subjetivas em cumprir essa função (Cartaxo; Moreira; Santos, 2022, p. 110).

Neste contexto de precarização do trabalho, de contrarreforma da educação, a abertura de campo de estágio fica reduzida e personalizada na figura do coordenador, do professor/assistente social ou ainda, o que é mais grave, na busca e articulação do próprio acadêmico e, isto configura-se “ impactos profundamente destrutivos para a ação crítica e qualificada de assistentes sociais que hoje se encontram em

formação” (Ruiz, 2019, P. 35), as construções coletivas ficam dicotomizadas e muitas vezes quem faz a articulação entre campo e IES é o estudante em formação.

Com a expansão do ensino superior na modalidade EaD, especialmente na rede privada, o qual já supera em quantidade de acadêmicos e número de cursos o ensino na rede pública, conforme demonstra a pesquisa realizada pelo CFESS (2019), visualizamos vários impactos:

Tabela 4 - Graduação por Tipo de Instituição de Ensino

Tipo de Instituição de Ensino	Freq	%
Instituição Privada com fins lucrativos	23.417	52,97%
Instituição Pública Federal	8.237	18,63%
Instituição Privada Filantrópica	4.239	9,59%
Instituição Pública Estadual	3.942	8,92%
Instituição Privada Confessional	2.214	5,01%
Instituição Privada Comunitária	1.556	3,52%
Instituição Pública Municipal	607	1,37%
Total	44.212	100,00%

FONTE: CFESS, 2022, p.50.

Os impactos para a supervisão de estágio obrigatório sugerem pautas para os espaços coletivos como o Fórum de Supervisão de Estágio, ENESSO, ABEPSS, CFESS/CRESS e a IES e, embora já seja uma realidade, ainda o debate é tímido e, por vezes não está na agenda como pauta principal.

Outro ponto que não pode deixar de ser considerado quando se trata de formação no ensino superior é que

Para Tonegutti (2010), a formação acadêmica por meio do EaD é uma estratégia para atender às necessidades da classe trabalhadora que, muitas vezes, não teve acesso à educação pelas vias tradicionais; ora o EaD tem um papel complementar, ora se configura com um papel fundamental na formação. Seus estudantes, muitas vezes, são adultos inseridos no mercado de trabalho, ou em atividades domésticas e que não possuem disponibilidade de se fazerem presentes nos cursos presenciais, também, a tecnologia é destinada àqueles que residem em localidades de difícil acesso e com dificuldades maiores para se locomoverem aos centros educacionais (in Manfroi et all, 2022, p.173)

Ressalta-se ainda o que assevera Iamamoto (2014, p. 441) quando diz que “os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda do isolamento do processo de ensino envolvido no EaD e a falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária”, considerando também, que através do EaD,

o Serviço Social acaba chegando onde antes não alcançava, visto que muitos acadêmicos formados não saem de suas regiões e buscam ou abrir campo de trabalho ali mesmo ou ingressar em espaços sócio ocupacionais antes, funcionando com um único profissional. Neste contexto, há de refletirmos a respeito da formação acadêmica, dos impactos no exercício da profissão e da construção do projeto ético-político do Serviço Social.

O Serviço Social é uma profissão de caráter educativo; assim, o trabalho dos supervisores de campo tem uma dimensão pedagógica e constitui o fio condutor desse processo, pela supervisão e pelo trabalho exercitado na organização numa dimensão técnico-política (Lewgoy, 2010, p. 108).

Visando uma ação de caráter emancipatório, onde o supervisor de campo desempenha uma função pedagógica, sendo ele aquele que estabelece um elo de relação entre instituição/campo de estágio e o processo de ensino aprendizagem e, sem desconsiderar todas as contradições do mundo do trabalho inerentes aos campos de estágio obrigatório e a atividade de supervisão, seja na modalidade presencial ou EaD, é necessário que existam estratégias que possibilitem a interlocução entre instituições concedente e proponente, supervisores de campo e acadêmicos, assim como com os estudantes em estágio.

Essa mediação entre os diversos entes que ultrapassa o tripé da formação, requer compreender o significado da supervisão como uma ação pedagógica para além da formação, qualificação das habilidades e competências, a vivência através da experiência in loco a qual deve fomentar o pensamento reflexivo, é a vivência adquirida no campo de estágio concomitante ao processo de ensino-aprendizagem acadêmico que possibilita a compreensão da natureza do trabalho do assistente social, suas implicações na realidade social, na compreensão da produção e reprodução das relações sociais.

Relacionando-se esta perspectiva a Supervisão de Campo em estágio obrigatório há de se considerar que supervisor e acadêmico estabelecem uma relação, onde emergem as qualidades pessoais de ambos e que se potencializam como seres humanos coletivos e historicamente situados, envolvendo aspectos de diálogo e co-responsabilidade no processo de ensino aprendizagem. Cada sujeito deste processo, que pressupõe um trabalho coletivo, deve compreender seu papel diante da formação em Serviço Social onde “o cotidiano é percebido e apreendido

conscientemente e com possibilidades de transformação deste cotidiano - da atividade prática profissional, como também do pessoal coletivo dos agentes envolvidos no processo de supervisão” (Buriolla, 2011, p. 162).

Deste modo a supervisão de estágio curricular obrigatório precisa ter como foco a formação do acadêmico como uma prioridade, “tomando-o como referência para a introdução do que lhe é desconhecido, permitindo a construção de um saber novo e abrindo perspectivas no processo de ensino-aprendizagem” (Buriolla, 2011, p. 95), configurando-se aqui um compromisso do assistente social com a profissão e seu projeto ético-político, os quais se expressam nos valores e princípios éticos que necessariamente precisam se expressar no processo de ensino-aprendizagem, havendo a inter-relação entre realidade e mundo acadêmico.

De acordo com Guerra e Braga (2009, p.2,4) é necessário identificar os pressupostos fundamentais para se pensar a supervisão dentro de uma concepção crítica, “como uma atribuição socioprofissional e mediação fundamental à formação e à capacitação profissional”:

Figura 4 - Gráfico demonstrativo dos pressupostos e premissas que orientam as reflexões na concepção crítica



Fonte - GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS;ABEPSS (org.) Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília:2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf> . Acesso em: 25 ago.2023

Para as autoras, os componentes acima, são pressupostos fundamentais e os quais devem ser compreendidos, não só na modalidade de estágio obrigatório em Serviço Social, mas em todas as demais situações que exigem a supervisão em Serviço Social.

Neste sentido, a mediação da questão social perpassa os espaços sócio ocupacionais, “Assim, a supervisão será sempre mediada por questões que particularizam as políticas sociais, seja a de educação superior, especialmente no caso da supervisão de estagiários, sejam as demais políticas sociais setoriais, no que se refere às modalidades de supervisão de políticas sociais, entidades, programas e projetos, equipe, assistentes sociais e estagiários” (Guerra; Braga, 2009, p.4). No que diz respeito à vinculação teórica, ética e política, as autoras explicam que

A supervisão não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes teórico, ético e político, da compreensão do significado social do Serviço Social na sociedade brasileira, dos valores que privilegia, de um projeto profissional que se conecta (ainda que por meio de muitas mediações) a projetos de sociedade (Guerra; Braga, 2009, p.3).

Enfatizam a indissociabilidade entre formação e trabalho, explicando que nesta relação a supervisão apresenta uma dimensão formativa, sendo que estes dois

componentes se “articulam, de modo a realizar uma síntese de múltiplas determinações que envolvem o exercício profissional na sua totalidade: as condições objetivas que se operam no mercado de trabalho, as condições subjetivas relativas ao sujeito e a necessidade de qualificá-las permanentemente” (2009, p.4); e, como outro pressuposto apresentam a unidade entre teoria e prática, a qual expressa uma “unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes”.

Neste sentido, assevera Freire (1996, p.13) “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo”, ou seja quando nos referimos a teoria, esta deve vir articulada com o concreto, com a prática, onde sejam o exercício reflexivo pautados no contexto, no aprendizado e no sujeito. “Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas” (Freire, 1996, p.40).

Concerne-se, então, de um processo dialético, que abrange um conjunto de atividades e procedimentos, que conserva uma possível continuidade, “organicidade, exigindo particulares modos de fazer, metodologias e procedimentos adequados, ainda que não definidos a priori, mas a partir de reflexões e problematizações, os quais dependem da clareza acerca dos objetivos, da convicção nos valores e princípios e da escolha e utilização de um conjunto de estratégias e instrumentos adequados” (Guerra; Braga, 2009, p.4).

Sem estes pressupostos legivelmente entendidos, o estágio não passa de uma disciplina curricular, com uma determinada carga horária, realizada fora das IES e a supervisão cumprirá sua função na condição de atribuição privativa do profissional, no entanto ainda assim não estará de acordo com o direcionamento ético-político, histórico e coletivamente construindo, assim como não contemplará as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social.

Neste ponto e tomando como referência os espaços sócio ocupacionais como campos de estágio curricular obrigatório in loco, há de se refletir sobre o que é ação do supervisor de campo nesse processo de ensino-aprendizagem, visto que não é ele um professor, mas configura-se como um sujeito imprescindível para a formação dos(as) futuros(as) profissionais de Serviço Social.

“Dessa forma, a supervisão demanda que se assegurem, por meio de princípios, objetivos e diretrizes, espaços formativos que ultrapassem os aspectos técnico-pedagógicos, requerendo competências éticas, teóricas e políticas”(Lewgoy,

2010, p. 93). A relação que se estabelece no campo de estágio entre supervisor (a) e acadêmico(a) torna-se a oportunidade única, onde é possível construir uma “relação de reciprocidade que busca estabelecer entre formação e exercício profissional concretude, compartilhamento de projetos e decisões, construindo-se através da direção do projeto profissional” (Lewgoy,2010, p. 148), configurando-se o estágio como a ponte entre a universidade e os espaços sócio ocupacionais do trabalho profissional no processo de formação em Serviço Social.

Desse modo,

um desafio é a dimensão teórico-metodológica e pedagógica que orienta o diálogo entre os sujeitos envolvidos diretamente no processo de supervisão de estágio, os supervisores assistentes sociais dos campos de estágio e os supervisores professores, para avançar e amadurecer em propostas substantivas ao projeto de qualificação teórico e técnico-político profissional.(Lewgoy, 2010, p. 104)

A ação pedagógica, intrínseca a supervisão, não é um atividade ou competência isolada na qual o(a) assistente social assume unilateralmente, mas é uma ação transversal e articulada, onde o supervisor de campo assume um compromisso ético e político diante do projeto profissional e do projeto societário defendido pelo Serviço Social. É necessário que o supervisor de campo se perceba como um ser social em construção e também um educador, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 25).

Sendo necessário que o profissional acredite no que está fazendo, acredite que a supervisão é uma etapa da construção do Projeto Ético-político do Serviço Social, pois é no campo de estágio, espaço sócio ocupacional do assistente social que é possível encontrar um saber diferente do que se aprende na universidade, mas que tem a consciência da complementaridade um do outro.

Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência (Freire, 1996, p.40)

Desse modo a ação pedagógica, na supervisão de campo, é um exercício reflexivo da práxis profissional do(a) assistente social, onde este precisa estar consciente e disposto a superar as amarras institucionais e comprometer-se com o processo de ensino-aprendizagem, Freire (1996, p. 26) diz: “Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e a seriedade”.

Não trata-se de ofertar um manual de como o supervisor de campo deve portar-se ou mesmo o que deve ele fazer com o(a) acadêmico (a) no período de estágio curricular obrigatório, a reflexão é no sentido de compreender a ação pedagógica desse sujeito frente a formação dos futuros profissionais e que em um futuro não muito distante, estarão sentando ao seu lado exercendo a profissão com as marcas das suas orientações.

Mészáros (2008, p. 47) se ancora em Marx para dizer que a aprendizagem é um processo que acontece na vida humana desde o nascimento até a velhice, no entanto a grande questão é o que se aprende, por que se aprende e como se aprende(?). A aprendizagem que ocorre através da mediação de uma ação pedagógica no processo de formação profissional está relacionada à perpetuação consciente ou não da ordem social alienante e controlável pelo sistema capitalista?

Estas questões permeiam os distintos espaços sócio ocupacionais, considerando que o “supervisor de campo não tem como atribuição apenas orientar e acompanhar ações dos estagiários numa dimensão técnica, como vinha sendo realizado [...] deve articular as dimensões técnicas, políticas e teóricas, em consonância com o que a profissão hoje se propõe (Lewgoy, 2010, p. 107), buscando a superação da dicotomização entre teoria e prática, para que a identidade profissional possa ser construída durante o processo de formação, tendo como base o caráter emancipatório do sujeito em formação.

Para Freire (1996, p. 66) e Lewgoy (2010, p. 21) o respeito à autonomia é um imperativo ético que se deve conceder ao outro e o ser humano “diferencia-se dos demais seres vivos, como atividade por onde ele transforma a natureza e a si próprio”. Demonstrando, assim que a formação está além do próprio sistema educacional, estabelece-se como uma ação que se materializa na articulação entre o contexto e a realidade, perpassa a vida e as relações sociais das quais estão envolvidos os sujeitos envolvidos.

Neste sentido, são exigidos do acadêmico e do profissional a disposição em comprometerem-se com a formação, especialmente porque é na “cotidianidade da formação, especificamente na supervisão de estágio em Serviço Social, que essa realidade se torna presente” (Lewgoy, 2010, p. 33). Considerando as competências profissionais que devem estar alicerçadas no projeto profissional vinculados a defesa da equidade, da democracia e da liberdade.

A ação pedagógica na Supervisão de Campo, mesmo tendo como característica uma relação direta com a práxis profissional do Serviço Social, não está desvinculada do sistema educativo brasileiro, exigindo do(a) assistente social supervisor(a) a compreensão de que:

[...] os acadêmicos, de maneira geral, carregam as fragilidades e as potencialidades da educação e do ensino brasileiro, como expressão de um contexto sócio-histórico marcado por desigualdades sociais e manifestações de resistência. Assim, o aluno, como sujeito coletivo, traz uma bagagem de conhecimento e vivências produzidas no ritmo da atual realidade, Ao mesmo tempo, está marcado pelas vulnerabilidades do ensino, muitas vezes expressas na dificuldade de escrever, de interpretar textos, de abstrair conceitos, bem como de suprir suas necessidades de sobrevivência, em detrimento das condições objetivas de que dispõe para seu processo de aprendizagem, em especial quando se trata de aluno trabalhador (Lewgoy, 2010, p. 37).

Impondo ao supervisor de campo a necessidade de desenvolver, o que lamamoto (2009) chama de “competência crítica”, que significa desenvolver competências profissionais que possam “contribuir para desvelar os traços conservantistas ou tecnocráticos do discurso oficial, recuse o papel de tutela e controle das classes subalternas - em seus diferentes segmentos e grupos -, para envolvê-las nas teias e amarras do poder econômico, político e cultural” (lamamoto, 2009, p. 144). Solicitando ao profissional um compromisso ético e político perante as demandas cotidianas e também com o fortalecimento da profissão através dos diversos mecanismos que possibilitam descortinar as amarras estabelecidas pelo sistema capitalista e se possa compreender que “a competência crítica é indissociável da elevação da qualidade do ensino superior” (lamamoto, 2009, p. 147).

Sendo necessário trazer para dentro dos espaços de construção coletiva do Serviço Social, o debate e a problematização não só sobre a qualidade do ensino, mas como a sociedade está tendo acesso a este ensino, visto que muitas vezes, em nome de um modelo de ensino, o afastamento dos princípios do Serviço Social se expressa furtivamente em um discurso pragmático e teorizado, estabelecendo e

elitizando as escolhas de quem pode ou deve ser assistente social. Isto se expressa para além do que estabelece a legislação a respeito do perfil dos(as) futuros(as) assistentes sociais.

Esta reflexão torna-se importante quando associa-se a formação de estágio e a Supervisão de Campo com a realidade do acesso ao ensino superior. Visto que a discussão ultrapassa o sucateamento do ensino superior público e a crescente instalação da privatização deste ensino, exigindo que seja superado o discurso preconceituoso que acaba responsabilizando os indivíduos que buscam a modalidade privada do ensino superior em Serviço Social, passando a ser uma ação reflexiva da e na categoria profissional.

Vivemos sob a condição de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla produção de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social (Mészáros, 2008, p. 59).

Desta forma, a ação pedagógica, além de configurar-se em uma relação de ensino-aprendizagem no cotidiano da Supervisão de Campo, é também uma estratégia que, sob a perspectiva de Gramsci, quer dizer que “as relações pedagógicas não se reduzem às relações escolares, pois ‘cada relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica’ (Gramsci, 1978a : 46)” (Iamamoto, 2015, p. 317).

Esta relação pedagógica não está fundamentada no repasse de informações, procedimentos e protocolos, fundamenta-se na construção cotidiana, no descobrir-se e no encontrar-se, é um testemunhar do descortinamento da compreensão do outro como sujeito não determinado, mas ético e histórico. A ação pedagógica com base na teoria crítica tem direcionamento para o desenvolvimento de um exercício profissional com bases científicas sem arrogância, é o respeito jamais negado àquele que é estagiário, pois tão importante quanto os procedimentos, estratégias, trabalho multidisciplinar é a coerência do supervisor de campo, a coerência entre seu exercício profissional e seu discurso.

O assistente social tem, assim, uma função pedagógica nos espaços sócio ocupacionais que ao desenvolver a ação pedagógica diante da supervisão de campo não está dissociada da sua práxis profissional. A construção histórica do Serviço

Social e da sua práxis é inegável, assim como as lutas que foram e são travadas para que se constitua como um profissão que intervém na realidade e assim reconhece-se a sua ação na sociedade.

As concepções da ação pedagógica na supervisão de estágio obrigatório em Serviço Social estão associadas ao contexto educacional contemporâneo e faz-se necessário compreender os impactos na formação e exercício profissional do aligeiramento da formação, da contrarreforma e mercantilização da educação.

7. 4.1 AS CONCEPÇÕES DOS SUPERVISORES DE CAMPO

O objeto de pesquisa da dissertação de mestrado em Serviço Social é a ação pedagógica da supervisão de estágio obrigatório na perspectiva do(a) supervisor(a) de campo, ou seja, a proposta consiste em refletir como a dimensão pedagógica e mediadora do conhecimento se faz presente no exercício profissional da supervisão de estágio.

Eis aqui uma responsabilidade e um compromisso na produção do conhecimento diante das demandas do Serviço Social com foco na formação e exercício profissional, dentro da teoria crítica, onde a dialética permeia as possibilidades e limitações do ensino-aprendizagem na pós-graduação. “Toda educação é política, não é neutra, implica princípios e valores que configuram certa visão de mundo e da sociedade, e por tal afirmamos, como base na tradição marxista, a perspectiva histórico-dialética-crítica que a educação é historicamente situada” (Caputi, 2021, p. 42).

Então, pensar a ação pedagógica na supervisão de estágio obrigatório em Serviço Social nos possibilita olhar para a realidade, para os movimentos que o sistema capitalista impõe à sociedade para sua manutenção e que, naturalmente, desconsidera o ser humano como agente e sujeito de sua história. O sistema capitalista despersonaliza, massifica e classifica os seres humanos para atender às demandas dos seus ciclos e “alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadeza intrínseca” (Freire, 1996, p.65)

Na contramão desse movimento, a reflexão crítica problematiza e tem a possibilidade de transformar a realidade, não de forma milagrosa, mas nas tensões e contradições cotidianas e, para que isso seja objetivamente viável há de se manter

um compromisso com os princípios éticos, políticos e técnicos do Serviço Social os quais foram construídos ao longo de mais de 80 anos no cenário brasileiro.

Não se trata de uma adaptação ao sistema capitalista vigente, mas é fato de que a realidade não converge para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social e, a formação é um dos caminhos que fortalece este projeto, atualiza a profissão e o exercício profissional, problematizando o processo de ensino-aprendizagem, inserindo os sujeitos da supervisão em estágio obrigatório em um contexto histórico.

No confronto dessas contradições se faz necessário desenvolver a consciência de que nenhum ser humano nasce sem história e perceber as condicionalidades que o ambiente sociocultural, econômico e político impõe para e na construção do ser social, direcionando as construções necessárias para escrever os caminhos a serem trilhados, buscando romper ou resistir com a massificação da força de trabalho do assistente social como um produto que serve ao sistema.

Neste contexto, a contrarreforma, a mercantilização e o aligeiramento da Educação, configuram-se como estratégias do sistema capitalista para dar respostas às suas demandas e, diante disto é necessário primar pela qualidade da formação, independente da modalidade de ensino, considerando a dimensão investigativa como uma atividade fundante para a atualização e reprodução do Serviço Social, considerando o caráter prático-interventivo da profissão, incentivando a pesquisa já na graduação e articulado com a pós-graduação.

Segundo Iamamoto (2015, p. 441) o problema não está na modalidade de educação à distância, mas configura-se uma necessidade de compreendê-la dentro de um conjunto de diretrizes da reforma do ensino superior, que tem na privatização e na lógica do mercado um redirecionamento da universidade no Brasil.

Para os sujeitos que compõem o estágio obrigatório em Serviço Social, torna-se essencial o reconhecimento do Estágio supervisionado como espaço de formação e de exercício da profissão na sociedade capitalista, exigindo a compreensão das contradições que atravessam o cotidiano profissional.

Assim, é possível desenvolver o entendimento da amplitude e das exigências teórica- metodológicas, ético-política e técnico-operativa, para o enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade, é por meio destes que ocorrem as reflexões, as trocas de experiências e o confronto com as teorias/práticas

tradicionalistas/conservadoras, onde a revisão do currículo mínimo é um caminho que precisa ser trilhado (Cardoso; Granemann; Behring; Almeida, 2017, p. 19-20).

Portanto, a pedagogia histórico-crítica, no entendimento de Lewgoy (2010, p.47) deve defender, de forma radical, que o papel da escola consiste em socializar o saber objetivo historicamente produzido”, neste sentido as Diretrizes Curriculares enfatiza a importância da dimensão pedagógico da supervisão, “[...] É uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional” (ABEPSS, 1999)

Não se trata de uma apropriação enviesada de instrumentos da pedagogia para dar conta da supervisão em estágio obrigatório em Serviço Social, mas de entendermos como a ação pedagógica, a qual exige competências e habilidades, para além de execução de uma função privativa do assistente social/supervisor de campo na formação e exercício profissional, se torna também um instrumento de intervenção do profissional.

Esta ação pedagógica que, também é instrumento na construção do outro no período de formação e da construção da identidade profissional do (a) acadêmico(a), além de ter como base as dimensões: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social, precisa estar alinhado ao Código de Ética/1993 e ao projeto ético-político da categoria buscando desenvolver a emancipação e autonomia do estudante.

A pesquisa conta, conforme indicado na seção 2 com a realização de um grupo focal com a participação efetiva de cinco assistentes sociais regularmente inscritas no CRESS, sendo que uma delas está formada há três anos, uma formada há seis anos, duas há mais de dez anos e uma com mais de trinta anos de carreira e já aposentada. Das cinco participantes, quatro atuam na região da grande Florianópolis e a que está aposentada como assistente social, hoje é docente de uma universidade privada. Em relação a origem de formação: duas das participantes são formadas pela UFSC, duas pela UNIASSELVI e uma pela UNISUL, quatro das cinco participantes já exerceram a Supervisão de Campo e uma, também já exerceu a Supervisão Acadêmica/Pedagógica na modalidade EaD.

A condução dos diálogos foi mediada pela pesquisadora e contou com quatro blocos de perguntas geradoras, as quais passamos a problematizar, considerando que a supervisão de campo é uma oportunidade de saberes, o acadêmico em estágio

não é um ser vazio e o supervisor de campo ou mesmo o acadêmico não são os detentores de todos os saberes.

São caminhos que entram em congruência, que solidariamente cruzam suas realidades e a cada passo vão conhecendo e se reconhecendo dentro de um contexto contraditório, mas também cheio de possibilidades. Com a finalidade de preservar as condições estabelecidas com as participantes, ao longo da exposição e quando necessário identificar a fonte serão atribuídos codinomes as mesmas.

1. 4.1.1 A visão sobre a supervisão de estágio

O primeiro bloco do diálogo, no grupo focal, centrou-se na busca de compreender a visão das participantes sobre a supervisão de estágio, o que entendem como exercício da supervisão e como concebem esta atividade como uma atribuição privativa e, se estão em algum núcleo de estudos de estágio ou supervisão, considerando a precarização do mundo do trabalho, a contrarreforma e mercantilização da educação.

As respostas frente a **participação em algum núcleo de estudo sobre supervisão**, 100% das participantes não estavam em quaisquer grupos no momento da pesquisa, mas 20% informaram que já estiveram em formação, palestra ou atividades com foco na Supervisão de Campo. Todas concordaram que a formação permanente deve estar presente no cotidiano e apontam os desafios institucionais e laborais para que seja possível a participação em eventos, cursos e outras atividades relacionadas à formação.

Sempre participei dos núcleos de estágio, sempre que as universidades chamavam, todas essas coisas, eu sempre participava. Sempre fui metida em tudo, né? Eu acho muito importante, porque a gente cresce profissionalmente, cresce como pessoa, amplia a rede de conhecimento, de contatos com outras instituições, com outros assistentes sociais (SC-5)

Então, a formação não se resume ao período da graduação, mas está relacionado a uma ação ético-político no/do exercício profissional, onde o assistente social tem a possibilidade de superar as demandas cotidianas, criando coletivamente as condições necessárias para firmar e “mantermos espaços de formação permanente se objetivamos a formação de um/a profissional competente, com perfil

propositivo, crítico e vinculado à defesa dos valores expressos em nosso projeto profissional' (Cardoso; Nunes; Rodrigues, 2020).

De acordo com Netto (1999, p. 4) assevera que o projeto profissional é uma construção coletiva e,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto, 1999, p. 4).

Neste sentido, quando nos referimos à construção coletiva do projeto profissional, direcionamos um olhar aos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais e as condições de trabalho destes, visto que precisam incluir, em suas agendas e nas pautas das instituições a demanda da educação permanente que perpassam diversas iniciativas e espaços coletivos de ensino-aprendizagem. Em algumas políticas públicas, consta em suas diretrizes a educação permanente como um parte integrante da política, como é o exemplo da: saúde, educação e assistência social. Em seus escopos já está incluso, não só para o assistente social, mas para todos que operacionalizam tais políticas¹¹ a formação permanente. No entanto, existir estas regulamentações não garante o fomento de estratégias de educação permanente no cotidiano organizacional, eis aqui um grande e urgente desafio.

No que diz respeito à **concepção de supervisão de estágio** obrigatório, 100% das participantes consideram uma grande responsabilidade, um desafio, mas compreendem que a supervisão também é um momento de crescimento para o profissional, apontando que o(a) estudante em estágio obrigatório provoca o assistente social a sair de sua zona de conforto.

É muito bom ter um estagiário, ele faz com que a gente volte a estudar, a reler. É uma responsabilidade imensa. Você está ajudando, auxiliando aquele acadêmico a conhecer a realidade da futura profissão, do que ele escolheu

¹¹ Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída no ano de 2004, representa um marco para a formação e trabalho em saúde no País; A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS é aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, por meio da Resolução nº 04, de 13 de março de 2013 e a Resolução CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

para vida dele. É uma responsabilidade grande e assustadora, saber que a gente tem essa responsabilidade toda né? Mas é muito boa porque faz a gente refletir sobre coisas que há muito tempo não refletia, porque a gente entra num ritmo louco de trabalho de só fazer e não para pra pensar na teoria e sai fazendo só, né?(SC-2¹²)

Eu apoio muito o estágio, até porque se nós não abrimos as nossas portas para os estagiários, o que vai ser a profissão no futuro, né? Nós precisamos desses estagiários prontos para atuar e, olha a responsabilidade que a gente tem, né? Então, quando se faz a pergunta, como se compreende o estágio obrigatório, tem que ter né? Tem que ter o campo de estágio e tem que ter todas as atribuições nossas e uma delas é passar o conhecimento da melhor forma possível (SC-5)

De acordo com Pereira (2019, p. 50) o/a assistente social, dentro da dimensão educativa do Serviço Social,

[...] é aquele/a que se posiciona diante da cultura e elenca os elementos capazes de contribuir para a instrumentalidade da sua atividade profissional. Atende, escuta, reflete, sistematiza, organiza, planeja, coordena, informa, socializa, denuncia, dentro outras ações que perpassa a dimensão educativa e estruturante do Serviço Social, sem a qual não se torna possível a realização do trabalho dos/das assistentes sociais, muito menos a cultura profissional.

Deste modo a supervisão supera a condição de uma tarefa prática e instrumental, possibilita aos sujeitos envolvidos no processo um movimento dialético-reflexivo mediado pela concepção de Serviço Social do supervisor, pelas abordagens e currículo do curso de Serviço Social, assim como pela estratégias que formam a identidade profissional do estudante na graduação dos cursos de Bacharelado em Serviço Social. Especialmente porque não se trata de uma profissão de ajuda e benesse e do exercício de uma vocação, como se entendia na gênese do Serviço Social brasileiro.

Assevera-nos, Netto (1996), os motivos a respeito do nascimento de um novo profissional com base nos marcos de reflexão da sociedade ou da intervenção sobre os processos sociais, afirmando que este não se cria do nada, mas este “começa por refuncionalizar referências e práticas preexistentes, assim como as formas institucionais e organizacionais as quais elas se vinculam” (Netto, 1996, p.67), exemplificando assim a importância da influências que se dão através dos processos de trabalho e educacionais pelos quais está submetida a supervisão em estágio obrigatório em Serviço Social.

¹² Foram utilizadas siglas para identificar as participantes do grupo focal.

O estágio, então configura-se como um momento singular na formação acadêmica do futuro assistente social, visto que é na “prática que a profissão adquire sentido, constrói respostas, desenvolve reflexões, adentra a divisão do trabalho e imprime um modo de ser sob uma direção política estratégica, o estágio torna-se um momento privilegiado no ponto de vista pedagógico” (Pereira, 2019, p. 49) principalmente pela sua relação que ultrapassa a sala de aula e configurando-se como uma ação pedagógica, onde há um desenvolver-se mútuo.

A relação estabelecida entre supervisor de campo e estudante de Serviço Social assume um papel fundamental na totalidade da vida acadêmica deste sujeito, visto que a partir desta relação e desta atribuição privativa do/a assistente social, a realidade para a ser reavaliada, é onde os confrontos internos e externos se materializam e, neste movimento dialético entre a universidade, o campo de estágio e os sujeitos que compõem estes espaços as rupturas são possíveis, sobretudo porque

Sabemos que a defesa de uma formação acadêmico-profissional e permanente crítica e reflexiva é um desafio quase hercúleo em tempos de mordanças e silenciamentos no ensino. Mas sabemos também que esta profissão é feita de resistências! Acreditamos que processos educativos em uma perspectiva emancipatória são instrumentos para a formação de consciências críticas e reflexivas, que possibilitem a realização de escolhas e ações cotidianas na construção de outra sociabilidade (Cardoso; Nunes; Rodrigues, 2020, p.80)

Outros pontos colocados em discussão no grupo focal e, fazendo parte desse primeiro bloco, e os quais foram tratados como **desafios a serem problematizados e pensados na formação em Serviço Social e que impacta diretamente na supervisão**, foram: a carga horária de estágio obrigatório versus condições objetivas de vida das estudantes em estágio obrigatório; a condição de um estagiário ficar vinculado a um único campo de estágio durante a sua formação acadêmica no período de estágio, as produções acadêmicas frente ao estágio, os campos de estágio, na grande maioria, estarem contemplando a um horário comercial, o perfil dos estudantes e o entendimento do que é o Serviço Social, o estágio em extensão ocorrer de forma precária ou ainda inexistir na totalidade das IES da região.

São muitas horas de estágio, exige muito do estudante, parece que os cursos, de modo geral, foram feitos para pessoas que não tem outros compromissos na vida, principalmente para as mulheres. Eu digo mulheres, eu acabo sempre pensando no nosso lado assim, né? E quando a gente é mais velha, quando a gente é mãe, quando a gente é esposa, quando a gente tem todas as atribuições que esta sociedade impõe, o quanto é difícil, né? Ainda cumprir toda a carga horária, com todos os outros compromissos da universidade. (SC-2)

Concordo com todas as exigências, com diário de campo, porque é um meio de desenvolver e se apropriar com a linguagem do Serviço Social. Hoje ainda eu tenho contato com profissionais que foram minhas estagiárias e elas dizem como foi importante quando eu exigia delas, quando eu exigia um diário de campo bem escrito e fundamentado, porque hoje elas conseguem fazer o que fazem porque tiveram essa experiência e orientação, então isso é muito importante [...] (SC-4)

A Resolução n. 533/2008 do CFESS estabelece o fluxo documental e processual do estágio e a Resolução n. 02/2007 do CNE/CES estabelece a carga mínima para os cursos de ensino superior e, para o Serviço Social afixa 3.000 horas, sendo que o estágio obrigatório não pode ultrapassar 20% da carga horária total do curso. Mas, a sobrecarga da vida de um estudante que também é trabalhador, impacta na formação e, muitas vezes, na permanência ou não deste no curso de graduação.

Pontuamos a questão da graduação EaD para o Serviço Social que, inserida legalmente na realidade educacional brasileira a partir da LDB - Lei de Diretrizes Base da Educação - Lei n. 9.394/1996 -, o qual regulamenta esta modalidade de ensino pelo Decreto n. 5.662/2005 do MEC, aponta em seu artigo 1º, parágrafo único, inciso II a obrigatoriedade para as IES EaD garantirem a execução das atividades presenciais e cumprirem o que determina as legislações e orientações específicas de cada curso e nos Referenciais de qualidade da Educação Superior à distância assevera

Segundo a Portaria Normativa nº 02/2007, § 1º, “o pólo de apoio presencial é a unidade operacional para desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância” (grifo nosso). Desse modo, nessas unidades serão realizadas atividades presenciais previstas em Lei, tais como avaliações dos estudantes, defesas de trabalhos de conclusão de curso, aulas práticas em laboratório específico, quando for o caso, estágio obrigatório – quando previsto em legislação pertinente - além de orientação aos estudantes pelos tutores, videoconferência, atividades de estudo individual ou em grupo, com utilização do laboratório de informática e da biblioteca, entre outras (MEC, 2007, p.25).

Deste feito, observa-se que na leitura das orientações do EAD não há indicação de supressão de quaisquer fluxos ou procedimentos que venham ser contrários aos estabelecidos nas normativas e legislações do Serviço Social, o que possibilita abertura de campo de atuação dos órgãos fiscalizadores e reguladores da profissão no que diz respeito a garantia de uma formação com qualidade para o Serviço Social.

2. 4.1.2 A supervisão de estágio e as dimensões da profissão

No segundo bloco de discussão, no grupo focal, o direcionamento se deu na busca de compreender: “como o assistente social/supervisor compreende a formação mediante as dimensões ético-político, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social? Quais instrumentos pedagógicos que utiliza na supervisão”.

Podemos refletir sobre estas questões no sentido de pensar: são necessários instrumentos pedagógicos na supervisão de campo do estágio obrigatório em Serviço Social? De que forma os assistentes sociais são preparados para a supervisão, visto que sim, isto é uma habilidade que se desenvolve a partir de conhecimentos específicos e que envolve inserir o estudante no cotidiano e exercício profissional.

Diante desta provocação 100% (cem por cento) das participantes afirmam que as **dimensões do Serviço Social** são indissociáveis, mas também discorrem explicando que trata-se de um desafio, pois tratam-se de diferentes níveis de compreensão da realidade. “Nessa perspectiva, acredita-se que o fortalecimento da articulação entre essas dimensões se expressa na potencialidade das respostas profissionais competentes, de forma que o trabalho dos assistentes sociais estejam comprometidos com a materialização do Projeto Ético-Político da profissão” (Pereira, 2015, p.1), por outro lado apontam que esta articulação das dimensões com a realidade estarão sujeitas às condições de trabalho vivida pelo assistente social o qual vai impactar nas mediações e desdobramentos da ação profissional que, por consequência chegarão aos cidadãos em forma de políticas sociais, ficando claro que não se trata de uma justificativa diante das impossibilidades de compreender como materializar as dimensões no cotidiano organizacional/institucional.

Confesso para vocês que essa discussão demorou para eu entender. Eu lembro que a Marilda lamamoto, eu fui num evento do Serviço Social, acho que foi em Fortaleza, um encontro nacional CFESS/CRESS e a Marilda colocou, ela fez uma palestra de abertura colocando esse documento que depois ela transformou num livro [...]. Na época fiquei preocupada, fez um nó na minha cabeça. Depois o CFESS lançou uma cartilha, eu estudava aquilo mas estava achando tudo muito distante da minha prática, do meu cotidiano e daí veio a luz através de uma estudante. Por isso eu falo que a gente tem que ficar e daí quando a aluna está estudando com professoras como Regina Célia e Vera Nogueira, na época, vai trazendo para prática. Vai mostrando como essas dimensões acontecem no nosso cotidiano. [...] foi nas discussões de estágio que fomos pegando e incorporando isso no cotidiano, né? (SC-4)

Eu ainda fico pensando se realmente a gente não se prende a técnico operativo do dia-a-dia com nosso estagiário [...] será que eu não fico na

técnico e no prático no dia a dia-a-dia e no burocrático e esqueço de todas as dimensões e de tudo o que é o Serviço Social (SC-5)

Esse é um negócio difícil, a gente não pára para pensar isso no dia-a-dia, a gente só vai fazendo, assim, tu recebe a estagiária e tu tenta fazer essa mediação ali, mostrando o que a gente tem de conhecimento teórico e prático para ela que só tem o conhecimento teórico, assim tentando inseri-la nesse cotidiano, nessa prática diária (SC-2)

Manfroi, Rodrigues e Caravaca (2022) no artigo “Os desafios e alternativas no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais: um diálogo entre universidade e campos de estágio em contexto de crise capitalista” , apresentam uma análise importante demonstrando que estas dificuldades encontram-se na relação de trabalho e, por exemplo na dimensão teórico-metodológica apontam: “ Dificuldades para realizar estudos e pesquisas; Falta de formação continuada; Falta de adesão dos profissionais nos espaços de discussão/reflexão coletiva (NUCRESS, reunião da categoria); Criticidade e análise de conjuntura (limitações); Limitações teórico-práticas do profissional; Falta de capacitações específicas” (Manfroi; Rodrigues; Caravaca, 2022 p. 172).

Apontam, também as **condições de trabalho dos assistente sociais** que interferem na condição de trabalhador tais como:

Garantia dos direitos dos assistentes sociais; Gestores sem formação em Serviço Social; Estruturas físicas precárias; Equipe com desconhecimento das atribuições; Insuficiência de profissionais e recursos frente às demandas postas; Ineficiência de trabalho intersectorial como política de governo e fragilidade de trabalho em equipe; Limitação ou falta de recursos financeiros e humanos; Falta de indicadores qualitativos dos processos de trabalho; Desrespeito aos pareceres dos profissionais; Assédio moral na profissão; Infraestrutura inadequada; Falta de serviços especializados para suportes; Desvalorização da profissão (Manfroi; Rodrigues; Caravaca, 2022 p. 175).

Assim, o trabalho é um foco fundamental na compreensão e incorporação das três dimensões básicas do Serviço Social na formação e no exercício profissional, visto que é necessário discutir estratégias e técnicas de intervenção profissional, considerando quatro eixos primordiais:

o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Dessa forma, compreende-se que não se trata apenas da construção operacional do fazer, mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seus mais variados espaços sócio-ocupacionais de intervenção” (Pereira,

2015, p.5)

Posto que é necessário a articulação entre as dimensões da profissão, visto que a supervisão de campo constitui-se como função privativa, trabalho e formação. Sendo necessário ter claro que o “estágio é um espaço de contradições, constituído por diversas lógicas e intencionalidade.[...] Nele vários interesses se manifestam: interesses de profissionais que nele atuam, interesses de instituições contratantes, interesses das Unidades de Formação e interesses dos estudantes, dentre outros” (Guerra, 2019, p. 67). De acordo com Lewgoy (2010, p. 172) a proposta curricular reforça esta indissociabilidade do processo de ensino-aprendizagem, provocando e incentivando o convívio intenso entre os sujeitos desse cenário.

[...] a particularidade pedagógica do processo de supervisão envolve o esforço de realizar o movimento da relação entre teoria e realidade, articulando os elementos ético-políticos e teórico-metodológicos como requisitos essenciais para o exercício de atividades técnico-operativos no processo de trabalho do estagiário (Lewgoy, 2010, p. 106)

Nesse conjunto articulado de dimensões **a dimensão pedagógica da supervisão** tem no cotidiano o seu método de ensino-aprendizagem, visto que na imersão na realidade do exercício profissional, o estudante em estágio obrigatório, tem como conteúdo principal a vivência in loco no mundo do trabalho, cabendo um grande desafio nesse processo de maturação profissional e intelectual, pois não há dicotomia entre o que se aprende na universidade e o que se vive no campo de estágio, tampouco se trata de colocar o supervisor de campo na condição de docente.

Mais do que suprir de bibliografias ou elaborações teóricas demasiadamente construídas, a/o supervisor de campo deve apontar a/o estagiário como foi possível construir respostas profissionais no fazer do dia-a-dia, estimulando a capacidade crítica. Deve explicitar a partir das competências e atribuições privativas, como visualizou possibilidades de atuação, que análises institucionais foram construídas e que instrumentos técnico-operativos foram mobilizados para responder às demandas sociais. E, principalmente, com essas demandas sociais se traduzir em refrações da questão social, no sentido de que a dimensão teórico-metodológico se particulariza nos momentos da supervisão de campo (Teixeira, 2019 p. 78).

Neste sentido o grupo focal auxiliou para a compreensão de **como os assistentes sociais se organizam para receber o estagiário e exercer a**

Supervisão de Campo, relatando que suas preocupações centram-se na própria inserção do estudante na rotina e na apreensão de como acontece o exercício profissional naquele espaço. Foi recorrente a exposição a respeito da falta de tempo no horário de trabalho para “dar atenção” ao estagiário.

O que eu costumo fazer e quando dá tempo, quando estamos mais tranquilas, o que eu costumo fazer é ter um diálogo, perguntar por exemplo depois de uma visita domiciliar, né? O que tu viu, o que entendeu? Discutir qual foi a tua visão? Toda essa questão, a metodologia, a discussão, eu tento fazer, mas é raro conseguir, tá? (SC-3)

É preciso ter cuidado para que o estagiário não comece a repetir tudo que fazemos como se fossemos uma cartilha. E a gente vai repetindo sem saber, é preciso decodificar, acho que passa muito por isso, por mostrar os objetivos da instituição. Qual a lei e como faz a lei sair do papel e chegar no indivíduo. Não somos os únicos, mas estamos ali. Eu sempre brinco: tirar a letra morta da lei para o direito, né? Como eu tiro da lei e trago para a realidade? É a mesma coisa com o estudante, tem que mostrar para ele como é que o Serviço Social sai do papel. É extremamente difícil para uma pessoa dizer o que faz o Serviço Social (SC-4)

É difícil conceituar o que faz o assistente social. Escreve num papel tudo que você faz durante um dia. E daí a gente faz milhares de coisas e muitas coisas a gente faz é esclarecer o indivíduo que foi encaminhado para gente e que nem era para nós atendermos, mas ele está ali (SC-2)

Estabelecer as estratégias para exercer a supervisão considerando a dimensão pedagógica na relação assistente social/supervisor de campo e estudante de Serviço Social, em estágio obrigatório, perpassa pela percepção do que faz o assistente social e de quem é este indivíduo, de acordo com o Plano Nacional de Estágio

o(a) estagiário(a), sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifique a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social (CFESS, 2010, p.20)

Aqui, se encontra um fator importante e, que o grupo focal apresenta nas discussões, quando recebe aluno para inserção em estágio obrigatório, a **predisposição deste estudante em entregar-se ao processo**, “o estagiário precisa querer aprender” (SC-4) e a acolhida do estagiário faz parte da ação pedagógica. No entanto, há de se considerar que os profissionais assistentes sociais são seletivos na abertura de campo de estágio obrigatório e, aqui a realidade do aluno EAD é perversa,

pois surge na fala de três das participantes os preconceitos sofridos por estarem nesta modalidade, quando chegaram nessa parte da formação:

quando uma aluna contou para mim que ela foi num lugar pedir estágio e a assistente social disse que não queria a estudante EAD nem para limpar o chão do serviço, do local que ela trabalhava, daí eu disse assim, nesse sentido eu não deixaria você ir para lá, infelizmente essa pessoa não tem nada para te ensinar (SC-4)

Eu ainda vejo um grande embaraço referente a faculdade de EAD. Por isso que eu digo mesmo, eu abro as portas para receber aluno, seja de onde for, EaD ou não porque eu sei da dificuldade e como é grande. Principalmente quando o acadêmico me diz: Ah! Eu sou aluno EAD, tu me aceita? Porque ele já acha que eu vou negar, então uma das primeiras coisas que ele diz é: eu sou aluno EaD, e aí então, só aí vem a surpresa, né? Porque eles acham que o EaD é um bicho de sete cabeças, que ninguém aceita, né? Ninguém dá campo para aluno EAD e eu ouvi muito isso na época que eu era acadêmica, assim: “aluno que escolhe faculdade EAD é aluno malandro” (SC-5)

Não obstante do contexto da mercantilização da educação e do aligeiramento da educação, o movimento não pode ser de responsabilizar o indivíduo, o penalizando porque sua escolha foi pela modalidade de ensino, embora existam pesquisas que demonstram a escassez de abertura de campo de estágio expresso na campanha da ABEPSS “Sou assistente social e supervisiono estágio - a Supervisão qualifica a formação e o trabalho” (2017) e que tinha como objetivo da campanha “destacar, junto à categoria profissional, a relevância político-pedagógica do estágio supervisionado no processo de formação e no exercício profissional em Serviço Social.

Demonstrando, assim, a preocupação dos espaços coletivos - ENESSO, ABEPSS, CFESS/CRESS - do Serviço Social com uma ação necessária e que compõe o processo de formação dos futuros profissionais, haja visto que sem o estágio, o estudante fica impedido de concluir a graduação. Esta preocupação também se fez presente nas discussões e deliberações dos Fóruns de Supervisores de Estágio de SC e Regional Sul, dos quais participei, como ouvinte, no segundo semestre de 2023.

No entanto, observei que não havia representatividade nem de estudantes, nem de docentes, nem de instituições que executam a formação em Serviço Social na modalidade EaD no Fórum de Supervisores de Estágio da Região Sul e de Santa Catarina no ano de 2023 e, isto é um indicador que traz preocupação, haja visto que tornar-se importante pensar na resolução dos problemas e não somente na

problemática. É mais que fundamental superar o preconceito e entender que a qualidade do ensino não depende somente da modalidade, para além disso busca os aprimoramentos dos serviços e a resolução das dificuldades.

Nos debates do Fórum de Supervisão em Serviço Social de Santa Catarina de 2023, não houve indicação de pauta incluindo o EaD e no Fórum de Supervisão de Estágio da Região Sul, com representatividade dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, na apresentação das pautas e deliberações de cada estado, o Rio Grande do Sul foi o único que trouxe indicativos sobre o ensino EaD, sendo seguido depois pela manifestação de um representante do estado de Santa Catarina, afirmando a necessidade de chamar os estudantes das instituições EaD para estas mobilizações.

Diante deste cenário é imprescindível destacarmos a **condição de sujeito do acadêmico em estágio obrigatório supervisionado** no sentido de conectá-lo a realidade, construindo conhecimento, conhecendo as contradições que permeiam a profissão e que, por certo, irão impactar no exercício profissional futuro, que fomente o desejo de conhecer e comprometer-se com os princípios fundamentais do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Neste sentido os **instrumentos pedagógicos**, tais como: acolhida, diálogos, leituras, planejamentos, entre outros e utilizados pelos assistentes sociais/supervisores de campo deve ter como base uma educação de caráter, autenticamente, reflexivo que implica atos permanentes de exposição da realidade, sendo o estágio a oportunidade que o assistente social/supervisor de campo e estudante, em estágio obrigatório, tem de se aproximarem da realidade, das concepções e inovações dentro do Serviço Social, dos fatos que alimentam as lutas cotidianas dos trabalhadores, buscando romper e superar com a visão individualista e competitiva imposta pelo sistema capitalista e absorvida pelas instituições.

Ainda aprendemos nos moldes do século passado e assim também ensinamos, embora sejamos outros seres humanos que carregam essa história, a realidade está mais complexa, apresenta desafios maiores, estamos sendo invadidos por paradigmas que nos afastam da essência humana cada vez mais, então a educação é um caminho e, para isto precisa ser voltada para princípios e valores que não coadunam com este sistema social, político e econômico vigente.

3. 4.1.3 A ação pedagógica da supervisão

No terceiro e último bloco de discussão do grupo focal, tratamos de pensar a ação pedagógica na função da supervisão de estágio obrigatório em Serviço Social e os desafios para a formação e exercício profissional diante da mercantilização da educação, da contrarreforma da educação e precarização do mundo do trabalho.

Essa questão é bem complicada, porque você compreender assim a que momento você tem caráter pedagógico!? Acho que o caráter pedagógico ele tem sempre, tem a partir da intenção, mesmo que seja uma intenção técnico-operativo. Você tem essa ação porque acaba ensinando. Você mostra. Eu sempre falo para os estudantes que por mais ruim que o estágio seja, você sempre vai aprender. Em último caso, vai aprender o que não fazer como assistente social. Porque tudo na vida tem um caráter pedagógico, então se você às vezes pode ter um discurso maravilhoso e ter uma prática descolada desse discurso e, isso acontece. Então, o caráter pedagógico é você aprender sempre, a gente vive aprendendo, a vida é aprender, um eterno aprendizado, só que no estágio você consegue compreender só depois de um tempo na prática (SC-4)

Todas as participantes compreendem a **ação pedagógica como um ação educativa de construção da identidade profissional**¹³, havendo um compromisso mútuo, conforme Lewgoy (2010) explica que existe uma agenda comum entre alunos, assistente social e professor:

A construção do conhecimento implica ação compartilhada, já que é por meio dos outros que as relações entre os sujeitos e o objeto de conhecimento são estabelecidas. Nesse sentido, apresenta-se como instância de dimensão política do processo de supervisão a articulação entre aluno, supervisor de campo e acadêmico. [...] Afirmamos que o protagonismo deste processo de ensino-aprendizagem, quer seja o professor, o aluno ou o assistente social supervisor, todos são beneficiados, pois a observação direta da faculdade no cotidiano do estágio pode significar avanços na formação profissional do aluno e orientação profissional do assistente social supervisor (Lewgoy, 2010, p. 157)

¹³ A Resolução n.15/2002 do CNE/CES Profissional diz que o perfil profissional do assistente trata-se daquele profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. . No entanto, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1999 diz que o perfil do assistente social refere-se a um: Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social, ofertando um conceito e uma diretriz para a formação da identidade profissional pautados no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Esta foi uma realidade apresentada pelas assistentes sociais do grupo focal, principalmente quando apontam que o estágio às retira da “zona de conforto”, provoca-lhes um olhar diferenciado para o cotidiano e rotinas institucionais e identificam o diálogo como inerente ao processo relacional no campo de estágio, de modo que seja fecundo e crítico. Freire (1985, p. 43) diz que “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização”.

A ação pedagógica, na supervisão de estágio obrigatório em Serviço Social precisa estar ancorada nesta humanização e, recorreremos novamente a Paulo Freire (1921-1997) que apresenta uma concepção de educação com base na necessidade daquele que aprende como uma prática de libertação e da emancipação onde requer que isso ocorra de modo constante, observando: o cultivo da prática; as práticas horizontais mediadas pelo diálogo; atos de leitura do mundo; problematização deste mundo; ampliação do conhecimento que se detém sobre o mundo problematizado; a interligação dos conteúdos; o compartilhamento do mundo conhecido e a reconstrução do conhecimento.

A ação pedagógica passa pelo acolhimento, por compreender quem é esse aluno, quem é essa pessoa, as limitações que ela possa ter, às vezes ele é muito mais esperto e sabido que nós. A ação pedagógica passa pela compreensão de situar essa pessoa no fazer da instituição, qual objetivo da instituição, né? (SC-3)

Os componentes apontados por Guerra e Braga (2009) “como uma atribuição socioprofissional e mediação fundamental à formação e à capacitação profissional”: indissociabilidade do trabalho e formação; mediação da questão social; vinculação teórica, ética e política e, unidade entre teoria e prática fortalecem a ação pedagógica, colocando a supervisão de estágio obrigatório na arena e na agenda das discussões coletivas, incluindo o contexto, as forças de poder e os espaços de formação, pois somente diante destes enfrentamentos firmaremos posturas comprometidas com a justiça e equidade social, com os direitos humanos e com a valorização da vida em todas as suas expressões.

Visto que a transformação, no processo da ação pedagógica, passa pela formação da consciência e vem carregada de intencionalidade, não se tratando de dominar ou manipular o conhecimento e o outro, mas de realizar, o que Paulo Freire

chama de “radical democracia”, que refere-se a uma ação que liberta, onde a relação se estabelece no campo da responsabilidade, da autonomia e da emancipação, “almejando a diretividade e a liberdade ao mesmo tempo, sem nenhum autoritarismo” (Shor; Freire, 1986, p.104).

O Grupo focal, neste sentido, discute a importância de situar o estudante em estágio obrigatório em Serviço Social no campo, identificando as possibilidades de exercer essa liberdade, dialogando e acolhendo-o também em suas demandas, inseguranças e medos. O assistente social/supervisor neste íterim possui, aqui esta competência relacional, humanizando a relação, fazendo o intercâmbio de um critério curricular para o campo da vivência e de transformação da consciência desses sujeitos. Superando

A distância social existente e característica das relações humanas no grande domínio não permite a dialogação. O clima desta, pelo contrário, é o das áreas abertas. Aquele em que o homem desenvolve o sentido de sua participação na vida comum. A dialogação implica na responsabilidade social e política do homem. (Freire, 1967, p.70)

Então, esta relação de domínio que impede o diálogo e com o incentivo da fragmentação das interações sociais, que impactam diretamente na produção e reprodução das relações sociais, há de considerarmos que a supervisão em estágio obrigatório ao manter, como eixo fundante, a vivência in loco no cotidiano funciona como uma força contrária e de resistência.

E, isto permite estender o entendimento para um quadro de profissionais que, hoje, tem um número expressivo, já formados/as pela modalidade EaD, atuando nos mais variados espaços sócio ocupacionais. Se considerarmos também um comportamento histórico de participação mínima nos espaços de construção coletiva por parte dos profissionais e a precarização do mundo do trabalho, é fundamental a discussão, atualização e fortalecimento das Diretrizes Curriculares do Ensino e Diretrizes Nacionais para o Estágio em Serviço Social, com atenção no currículo mínimo, mas também para a ampliação deste, focalizando no Projeto Ético-Político e no Perfil dos profissionais que se busca formar, independente do sistema de ensino.

Deste modo o entendimento do grupo focal a respeito da **formação na graduação em Serviço Social na modalidade EaD**, apresentou como posicionamento o fortalecimento da educação pública e laica, mas percebem um grande potencial no ensino a distância, visto que muitos assistentes sociais, após

formados optam por continuar na cidade de origem, com isso consideram a expansão do Serviço Social em locais que antes não se alcançava, apontando a necessidade de estratégias para que a distância territorial não seja um fator gerador do isolamento deste profissional da categoria profissional, assim como dos espaços coletivos da categoria.

Consideram que um curso EAD, mesmo que existam as aulas presenciais por meios dos recursos tecnológicos e outros momentos, não suprime os momentos de vivência presencial, onde os debates acontecem de forma dinâmica e com trocas que se estendem para além da sala de aula. Enfatizaram que esta vivência, nenhuma tecnologia poderá suprir, a humanização do processo ensino-aprendizagem se dá pela presença, pelo olho no olho, onde se cria o afeto e o vínculo. “Seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento” (Freire, 1987, s.p)

No entanto, asseveram que passaram pelo período do preconceito e, algumas superaram, outras em processo de compreensão desta modalidade de ensino, mas não compreendem que seja um elemento limitador na formação crítica a modalidade EaD.

Confesso que eu tinha um receio, né? Dessa questão, porque claro o presencial do Serviço Social, a gente costumava fazer muita roda, discutir, né? Tu passa a faculdade inteira com um caderno, anotando tudo. Mas eu me surpreendi totalmente com as três estagiárias que eu tive. Duas eram EAD e eram muito boas. Sabiam, estavam por dentro de todos os assuntos, né? Me surpreendi e tirei todo esse preconceito referente ao EAD. Foi muito positivo (SC-5)

Apesar de eu ter algumas críticas com relação ao EAD, eu acho que o EAD ele ainda perde um pouco na discussão, assim aquela discussão acalorada no grande grupo, né? Porque quando você está em um grande grupo em sala de aula é empolgante, irritante e traz muita reflexão. Todo mundo junto são muito ricas, se tornam mais produtivas. Mas a minha experiência com os profissionais que eu conheci e que vieram do EAD, são positivas. E, hoje me chama muito a atenção a estagiária que eu tenho e que está frequentando um curso EAD. Extremamente comprometida. Acredito que isso tem muito a ver com o perfil da pessoa, assim o quanto ela deseja aquilo e do comprometimento dela com as escolhas que fez para própria vida. Os desafios, o meu medo e na verdade mais um preconceito e meio que já caiu por terra (SC-2)

Eu acho que o EAD veio para ficar e eu acho que tem que melhorar muito, mas o EAD por ser uma modalidade mais jovem, eu acho que tem coisas para serem modificadas, mas parando para pensar no campo da oportunidade, eu acho que traz mais cidadania, mais pertencimento e traz mais igualdade né? (SC-1)

Firmar as reflexões da formação e do exercício profissional única e exclusivamente no ensino presencial e público é negar uma realidade que está na sala de visita do Serviço Social,

A expansão dos cursos, presenciais e à distância, vem provocando um processo de renovação dos quadros profissionais, majoritariamente formados em cursos de instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos em modalidade presencial, conforme revelam as respostas de 44.212 assistentes sociais participantes, que correspondem a 25% do total de inscritas/os ativas/os nos CRESS em dezembro de 2019 (CFESS, 2022, p.49)

Portanto, problematizar e criar agenda de discussão nos espaços coletivos envolvendo os sujeitos que estão nestes espaços, possibilita garantir o exercício profissional e “também a qualidade dos serviços prestados pelo assistente social, pois numa formação precarizada, o profissional não se apropria das mediações necessárias para fazer a leitura das demandas imediatas com a totalidade social” (Manfroi et al, 2021, p.44), onde será possível superar posturas imediatistas, assistencialistas e clientelistas, assim como desenvolver uma postura crítica e análise conjuntural dentro da dimensão interventiva e investigativa do Serviço Social.

Deste modo, a ação pedagógica, na supervisão de campo tem como um dos seus elementos fundantes: o alinhamento da apreensão da realidade através de um diálogo reflexivo construído a partir da articulação entre IES e Campos de Estágios Obrigatório, tendo como sujeitos principais: Aluno, supervisor acadêmico e supervisor de campo.

Figura 5 - Representação gráfica dos elementos intrínsecos à ação pedagógica da supervisão em serviço social no estágio obrigatório



Fonte - TRUPPEL, MAS. (2023)

A ação pedagógica na supervisão em Serviço Social no estágio obrigatório requer uma articulação permanente do exercício profissional com as questões sociais e

A formação profissional não pode simplesmente conformar-se às demandas do mercado de trabalho, que sob a retórica da especialidade, da competência, do rigor técnico, na realidade exigem determinadas ações profissionais que são atividades socialmente condicionadas. Por outro lado, não podemos desconsiderar tais demandas, pois a universidade tem a responsabilidade de formar profissionais qualificados para a inserção no mercado de trabalho (Lewgoy, 2010, p. 153)

É necessário se envolver, conhecer, e apropriar-se dos fundamentos do Serviço Social com base no Código de Ética de 1993 com a finalidade de aprofundar o conhecimento da Teoria Crítica em Marx, vertente teórica que embasa o Serviço Social brasileiro nestes tempos.

Diante de uma realidade diversificada de IES que, ao expandirem as grades curriculares para além do currículo mínimo, apresentam como foco da graduação a produção de mão de obra técnica e qualificada, atendendo ao que o mercado solicita e não ao projeto profissional e ético-político do Serviço Social, é necessário criar mecanismos de fortalecimento da legislação e dos espaços de construção coletiva da profissão, a fim de superar a venda de força de trabalho intelectual e física do

assistente social, garantido que a supervisão não seja um peso, uma tarefa a mais, um desfoco da atividade laboral, uma tomada de tempo no/do cotidiano profissional.

Um destes mecanismos pode ter como indicadores alguns conhecimentos que precisam ser aprofundados já na graduação, a exemplo de disciplinas como: Pesquisa 1, 2 e 3. Hoje o conhecimento da Teoria Social em Marx, por exemplo, está concentrada na pós-graduação e diluída em doses homeopáticas nas disciplinas da graduação, assim como a Supervisão em Serviço deve estar contemplada nos currículos, a fim de que esta atribuição privativa seja preparada na/ e durante a formação acadêmica.

3. 5 PASSOS NO CAMINHAR

Esta dissertação de mestrado assumiu como objetivo compreender a concepção de ação pedagógica na perspectiva dos supervisores de campo.

Para tal, esta análise apoiou-se num conjunto de reflexões tendo como base a Supervisão de Campo como elemento/ ação indissociável do processo de formação e exercício profissional, que nos faz pensar como compreendemos o Serviço Social nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, visto o fomento e consolidação do Projeto Ético-Político.

É fundamental a retomada desse tema de forma crítica, na perspectiva dialética, visando a superação de uma prática rotineira, empiricista, fragmentada, desarticulada e de uma teoria apreendida apenas de forma mecanicista. É fundamental, também, a retomada da noção de indissociabilidade entre a teoria e a prática.

De modo que fatores como a precarização do trabalho, o aligeiramento e a mercantilização da educação precisam estar constantemente na pauta dos espaços de construção coletiva com a finalidade de problematizar, contextualizar e resgatar a trajetória histórica do Serviço Social como uma profissão que compõe a divisão sócio-técnica do trabalho na conjuntura brasileira e coloca os assistentes sociais como trabalhadores assalariados, os quais não se pode negar o impacto dessa condição para a ruptura da profissão com o legado conservador de sua origem e, ainda persistente na estrutura institucional e nas práticas profissionais contemporâneas.

O referencial teórico utilizado, neste estudo, possibilitou uma compreensão ampliada da atividade privativa do assistente social, a Supervisão de Campo e, alinhando esta a ação pedagógica, visto que é no cotidiano, nas contradições reais, objetivas e subjetivas do exercício profissional que o ensino-aprendizagem acontecem.

Compreendo que a supervisão se configura como um elemento fundante da formação em Serviço Social há de se considerar a função da teoria como um condutor da prática, onde é possível encontrar as bases para a compreensão da profissão no contexto do qual está inserida e suas construções históricas.

Assim, como na supervisão teoria e prática são indissociáveis, na pesquisa não é diferente. No enfrentamento da realidade com as produções escolhidas, para embasar os estudos e reflexões, há de se considerar a complexidade e dinamicidade

da vida que, muitas vezes, não são traduzidas na escrita de um acervo bibliográfico, mas é um movimento necessário e fundamental para que se compreenda as muitas faces do cotidiano e seus impactos no exercício profissional.

No tocante a pesquisa, é nesse processo dialético de apreensão da realidade e no enfrentamento teórico que as análises vão proporcionando os saberes, colocando desafios que possam contribuir com questões práticas e objetivas da Supervisão de Campo em estágio obrigatório da formação em Serviço Social.

Neste contexto as pesquisas já mencionadas, na introdução e no desenvolvimento da dissertação, proporcionaram uma aproximação com o objeto deste estudo de uma forma concreta, sendo possível estender o entendimento para uma dimensão crítica e alinhada à realidade vivida no sistema capitalista.

Realidade, esta, baseada na classificação dos seres humanos, na exploração e coisificação do trabalhador, no incentivo ao tecnicismo, ao profissional multifaces/multiutilidades e empreendedor, no crescimento do trabalho uberizado, individualizado, terceirizado e home office. Uma realidade onde as fronteiras físicas são superadas pelas tecnologias, pela velocidade do conhecimento e ao mesmo tempo, por uma minimização do Estado na vida social e humana, expansão da desigualdade social e econômica, assolada por guerras bárbaras e primitivas que destroem cidades, e vidas.

E, embora já tenhamos um considerável acervo bibliográfico do Serviço Social, que apresenta e discute a supervisão em Serviço Social, ainda é necessário ampliar o entendimento do significado desta disciplina para o processo de formação e do exercício profissional, particularmente sobre os cursos EaD que já fazem parte integrante desse processo.

Mediar o conhecimento e, através dele, vivenciar situações reais do exercício profissional é um desafio não só para aquele que está em processo de formação acadêmica, mas sobretudo por parte daquele que é o mediador deste ensino-aprendizagem, especialmente porque trata-se de uma instância de passagem e atravessa escolhas.

E, precisamos ser coerentes com a realidade, a supervisão é um assunto pouco discutido, não está contemplado enquanto disciplina na grade curricular da graduação, assim como várias outras disciplinas que não se abre mão. Aparecem como temas transversais e, alguns currículos preocupam-se em formar um perfil de profissional voltado a continuar atendendo às demandas do mercado. Tensionar este cenário é

urgente e necessário, a ponto de não existir mais campos de estágio e, o Serviço Social não progredir com seu Projeto Ético-Político.

Dentre as reflexões que aprimorei nas leituras, aulas e outras atividades por conta do Mestrado, refiz um pensamento. Os acadêmicos que chegam me perguntam: “o Serviço Social é uma profissão que sempre vai existir?” e, sempre respondia que sim, pois olhando para nossa intervenção que tem na questão social a espinha dorsal da sua práxis, dizia que sim. Hoje, além dessa resposta, acrescento que para nos fortalecermos como profissão e como trabalhadores necessitamos compreender a nossa ação pedagógica na formação dos futuros assistentes sociais e quiçá em nosso próprio cotidiano profissional, considerando a dimensão formativa do Serviço Social.

Neste contexto o ensino a distância, hoje já abrange um número maior de acadêmicos do que os cursos presenciais, precisa ser incluído como espaços de formação e, visto que acaba compondo a própria história do Serviço Social na contemporaneidade, apresenta todas as contradições da educação. Mas hoje é uma realidade que precisa ser considerada e problematizada, não com a simples prerrogativa da aceitação pela aceitação, mas através de um viés crítico e comprometido com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e com o ensino laico e público, pois a legislação é enfática quando determina e orienta como deve ser o estágio obrigatório e não obrigatório, devendo ser atualizada em consonância com a realidade objetiva, para que as posturas críticas sejam fortalecidas.

No início desta pesquisa e estudo a busca foi compreender a ação pedagógica da Supervisão de Campo em estágio obrigatório em Serviço Social, mas o estudo se torna angustiante e ao mesmo tempo motivador, pois a compreensão do que a Supervisão de Campo significa na formação acadêmica ultrapassa as concepções pedagógicas, mesmo as críticas, quando se coloca no campo da realidade e na formação do perfil profissional do futuro assistente social que, neste ato do estágio confronta-se com as contradições da realidade, na construção e reconstrução das relações sociais, que é por onde passa a construção do ser social, pois a ação pedagógica no estágio supervisionado é uma ação do cotidiano.

A tríade que compõe os sujeitos da supervisão em estágio obrigatório: supervisores acadêmico e de campo e estudante, estão inseridos em um contexto institucional de trabalho e ensino, institucionalizando esta ação pedagógica, são relações indissociáveis e que precisam estar articuladas com o projeto pedagógico do Serviço Social. Considerando que são instâncias que perpassam a construção do

sujeito, a análise contextual, dentro de uma conjuntura sócio-político-econômico e cultural, onde é necessário construir-se como assistente social e, por isso a Supervisão de Campo como caminho pedagógico, interventivo, prático necessário à formação e ao exercício profissional.

Diante destes aspectos, reforçamos a existência do EaD como espaço de formação em Serviço Social que precisa ser estudado, pesquisado e analisado em suas contradições, pois, a partir de nossa pesquisa, identificamos que:

1. A Supervisão de Campo é uma atividade que exige o desenvolvimento de habilidades e competências do assistente social, assim como as demais atribuições privativas da profissão e, sendo assim, precisa ser qualificada no processo de formação e exercício profissional;
2. O estágio obrigatório é fundamental para a formação em Serviço Social, pois através desta atividade curricular o estudante tem a possibilidade de vivenciar o cotidiano e o exercício profissional da futura profissão;
3. O Assistente social no exercício da supervisão de campo não é um professor, ele é um/a trabalhador/a formando outro/a trabalhador/a;
4. As condições objetivas e subjetivas de trabalho interferem diretamente na supervisão, assim como na inserção de estudante em campos de estágio obrigatório;
5. As TIC's fazem parte do cotidiano e do exercício profissional, assim da vida como um todo, é urgente superar o modelo tradicional de educação para vislumbrar-se possibilidade de transformação e produção das/nas relações sociais;
6. É urgente incluir discentes e docentes do EaD nos espaços de construção coletiva do Serviço Social, abrindo pauta para discussões que levem a compreender, problematizar e refletir sobre as diversas modalidades de ensino no contexto brasileiro;
7. O desconhecimento e as atitudes negacionistas referente ao EaD mistifica, segrega, criando medos e aversões que não estão congruentes com a realidade vivenciada e que impacta diretamente no Projeto profissional e ético-político do Serviço Social;

8. Tanto supervisão como estágio precisam estar inseridos no contexto institucional dos espaços sócio-ocupacionais dos assistente sociais, assim como nas IES;
9. Se faz necessário ampliar as frentes de debates, nos diversos espaços coletivos do Serviço Social, a respeito das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, assim como colocar em pauta a Política Nacional de Estágio em Serviço Social, também aos cursos EaD;
10. É necessário abrir pauta nas agendas de discussão para as novas configurações de espaços sócio-ocupacionais para o Serviço Social, tais como: assessoria, consultoria, secretarias executivas de Conselhos de direitos, pessoa jurídica, entre outros, pesquisas, educação popular, movimentos sociais e que podem ser excelentes campos de estágio obrigatório;
11. A ação pedagógica da supervisão de estágio obrigatório está relacionada a função pedagógica de trabalhadores(as) formando trabalhadores/as, então a condição ideal para realização do estágio é aquela que está na realidade, faceando as contradições no cotidiano;
12. É necessário pensar nos impactos das TIC's na supervisão e no estágio obrigatório, visto as modificações que trazem para a formação e exercício profissional.
13. Independente da modalidade de educação, seja presencial ou à distância, a ação pedagógica da Supervisão de Campo é inerente ao processo de estágio obrigatório, visto que acontece in loco.
14. O projeto profissional e ético-político do Serviço Social se vê ameaçado com a escassez , progredindo a passos largos para uma extinção, de campos de estágio para estudantes do Serviço Social, pois não há como conceber a graduação sem o estágio obrigatório.

Estes pontos demonstram uma síntese do que foi a análise desta dissertação que tem como objeto de pesquisa a ação pedagógica da Supervisão de Campo na perspectiva do assistente social na modalidade EaD, com a certeza de que não se trata de um esgotamento, mas talvez, de muitos pontos de interrogações que nos levam a pensar em favor de quem exercemos a Supervisão de Campo? Em favor do que exercemos a Supervisão de Campo?

Neste sentido a ação pedagógica assume uma condição que difere da Supervisão Acadêmica, mas que se completa, alinhadas com um mesmo objetivo que trata de consolidar o projeto profissional e ético-político do Serviço Social na realidade brasileira.

Então, a ação pedagógica configura-se como uma mediação que implica na mediação do conhecimento, considerando as dimensões do Serviço Social e, que tem como objetivo o desenvolvimento integral do estudante em estágio obrigatório. Esta mediação que está correlacionada ao conhecimento, proporciona um crescimento mútuo, um contato direto com a realidade e com a práxis profissional.

A mediação configura-se como um exercício de comunicação com o outro, com o mundo e consigo mesmo, possibilitando a construção da identidade profissional, o desenvolvimento de competência e habilidades alinhados a um conhecimento teórico apreendido na universidade.

Esta foi uma das pautas que apareceu no grupo focal e, o qual enfatizaram que independente da modalidade de educação, a supervisão é uma oportunidade de se desafiar, de quebrarem com as rotinas e a burocracia institucional, de estarem em contato com o novo e renovam-se, encontrando outras perspectivas para o exercício profissional. E neste âmbito, dois aspectos aponto como destaques, a questão das TIC,s e da modalidade de ensino e suas interações no exercício e formação profissional.

Quanto às TIC's cabe pontuar que estão presentes e ativas na educação, no entanto não basta apenas inseri-las ou transformar uma modalidade que era presencial e à distância. É necessário uma nova concepção de educação, dos papéis dos discentes e dos docentes, modificando metodologias de ensino, buscando meios que de fato seja adequados aos recursos tecnológicos, onde seja possível explorar de maneira inteligente, inclusiva e integrativa todos os sujeitos, os quais precisam ser preparados para esta realidade.

Olhar para as vantagens como: a facilidade que as atividades on-line possibilitam; acesso rápido à informação, bibliotecas virtuais; alcance; entre outros, nos faz olhar, também para os desafios que estão postos na realidade brasileira como: as condições objetivas da vida dos discentes e docentes, referente ao acesso à equipamentos, internet e sistema de ensino desigual, além da desigualdade econômica e social que interferem diretamente no uso das TIC's pelos cidadãos.

No entanto, é inegável que as TIC's abrem um universo imensurável de conhecimento e aproxima as pessoas de realidades das quais elas não conseguiram de forma tão acessível. Por exemplo, nas aulas de pós-graduação, em uma das disciplinas tivemos um colega de classe, assistindo aula e participando diretamente da África e, em dado momento da aula, a professora o convidou para falar de sua história, dos sistemas de saúde e assistência daquele lugar de onde ele vive e, isso tem aberto muitas outras possibilidades, pois ferramentas como: chats e fóruns on-line, aplicativos educacionais; e-book's multimídia como recursos didáticos, vídeo aulas, webinários, lives, sala de aula invertida, redes sociais, além de outros recursos, transformam a internet em um acervo infinito, não suprimindo, em momento algum a figura do/a professor/a, mas trazendo inovação e desafios, dos quais somos resistentes e temerosos.

Referente a modalidade de ensino apontam que recebem estudantes que precisam de estágio obrigatório de qualquer IES, mas o que de fato faz a diferença é o comprometimento, o desempenho e o querer do acadêmico que chega, é que vai determinar os caminhos que a supervisão vai tomar no cotidiano do estágio obrigatório e supervisionado e, neste ponto concordo com os participantes do grupo focal, visto que não há como investir tempo e conhecimento, aos que demonstram somente estar no estágio para cumprir uma carga horária ou uma grade curricular. O estágio é o tempo de desafiar-se, de jogar-se na busca de construir a identidade profissional e aproximar-se da profissão que está escolhendo.

Nestes nove anos como tutora de um curso de Serviço Social na modalidade EaD, convivi com muitos estudantes de Serviço Social e não foram poucos os que mudaram seus cursos, pois foram verificando a incompatibilidade com o que buscavam e o que de fato era a profissão como assistente social. Neste ponto o EaD, traz um distanciamento e, mesmo que sejam feitas as conversas individualizadas, através de aplicativos ou salas virtuais, a distância traz estranhamento, especialmente porque o exercício de compreender o lugar do outro, passa pela vivência do/no território, por isso a visita do supervisor acadêmico aos campos de estágios são fundamentais.

Depois de um passo sempre vem outro passo, assim seguimos, acreditando que não se pode abrir mão de uma ação privativa da profissão que é a supervisão do estágio obrigatório e que este deve ocorrer de forma presencial, no entanto é imprescindível, que nos espaços coletivos do Serviço Social sejam debatidas as novas

configurações de educação e como isso reverbera na formação e no exercício profissional, assim como no projeto profissional e ético-político. Não se trata de responsabilidades unilaterais e desarticuladas, mas de um conjunto de elementos que atravessam o mundo do trabalho e as condições objetivas e subjetivas do trabalho humano, onde se manifesta a construção do ser social e, a partir dali se constituem as relações sociais.

Por fim, a ação pedagógica da supervisão de estágio obrigatório é uma ação educativa e também política, é uma mediação do conhecimento e também da realidade, é por onde passa a vivência e construção da identidade profissional do futuro assistente social, quiçá o fortalecimento do próprio Serviço Social.

5. REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 30 de mai 2021.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Resolução No 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 31 mai 2021

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Política Nacional De Estágio Da Associação Brasileira De Ensino E Pesquisa Em Serviço Social. 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em: 28 agost. 2023.

ABREU, Nelsio; BALDANZA, Renata Francisco; GONDIM, Sônia M. Guedes. OS GRUPOS FOCAIS ON-LINE: DAS REFLEXÕES: conceituais à aplicação em ambiente virtual. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação: Journal of Information Systems and Technology Management, Bahia, v. 6, n. 1, p. 05-24, 30 abr. 2009. TECSI. <http://dx.doi.org/10.4301/s1807-17752009000100001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jistm/a/7B4hf9XhN96G7RNdJ6kCSPx/#>. Acesso em: 01 set. 2023.

ALBIERO, Célia Maria Grandini. Dimensão Investigativa. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 73 - 80.

ALVES, Eunice Maria. Supervisão de campo. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 186 - 192.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI*, Valéria Lerch. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. O Mundo da Saúde, São Paulo, p. 438-442, nov. 2011. Disponível em: https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf. Acesso em: 15 out. 2023

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ Secretaria de Educação à Distância. Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_graduacao_documento.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 31 mai 2021.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm . Acesso em: 31 mai 2021.

BRASIL. Lei n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o Art. 80 da Lei N O 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.. Brasília.. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_graduacao_decreto.pdf Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Decreto 9.057/2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em 15 set 2023

BRASIL. Ministério Da Educação/Conselho Nacional De Educação. Parecer Cne/Ces 492/2001. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 31 de mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Ensino a distância cresce 474% em uma década. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada>. Acesso em 15 set 2023

BRASIL. PPGSS/UFSC. Área de Concentração e Linhas de Pesquisa. 2023. Disponível em: <https://ppgss.ufsc.br/pb/o-curso/area-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa/> . Acesso em: 10 out. 2023.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CABARCAS, Einer Jesus Castro. Serviço Social e trabalho: por onde caminha o debate? 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Espírito Santo, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/stela/Downloads/ekeys,+01424+Servi%C3%A7o+social+e+trabalho+-+por+onde+caminha+o+debate.pdf> . Acesso em 02 dez. 2023.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; GRANERMANN, Sara; BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: novos subsídios para o debate. Caderno ABESS n. 7 Brasília. 2017. Disponível em: [03-caderno-abess-n7-proposta-basica-para-o-processo-de-formacao-201702011414494824610.pdf](https://www.abess.org.br/03-caderno-abess-n7-proposta-basica-para-o-processo-de-formacao-201702011414494824610.pdf). Acesso em: 19 set. 2023.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; NUNES, Heloíse Helena Pereira; RODRIGUES, Terezinha de Fátima. Serviço social e formação permanente: possibilidades de superação de cotidianos de alienação. Revista Katálysis, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 72-80, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p72>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/qFKscmJy4ydKM8pD5VwhNgz/#> . Acesso em: 8 out. 2023.

CARTAXO, Ana Maria Baima; MOREIRA, Maria Regina de Ávila; SANTOS, Maria Teresa dos. Estágio supervisionado em serviço social: contradições do tempo presente In: HILLESHEIM, Jaime; MANFROI, Vania Maria; BAIMA, Ana Maria (org.). Estágio supervisionado em serviço social: contradições no cotidiano de trabalho. Florianópolis: Emais, 2022. p. 93-121.

CAPUTI, Leslieane. Supervisão de estágio em Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2021. 212 p.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. 6ª edição Editora: Pearson Education do Brasil, 2007.

CFESS. Cartilha Estágio Supervisionado: Meia Formação não garante um direito. Gestão 2011-2014. Brasília, 2014.

CFESS. Perfil de Assistentes Sociais no Brasil:: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, 2022. 69 p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: 10 set. 2023.

CFESS (Brasil). ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL: em questão. 1ª Edição Ampliada. Brasília: Cfess, 2012. 78 p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta no Serviço Social. Brasília: 2008.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução n. 493, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4932006.pdf . Acesso em 25 set. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Cartilha Estágio Supervisionado: Meia Formação não garante um direito. Gestão 2011-2014. Brasília, 2014.

CFESS (org.).BARROCO, Lucia Silva. TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social: comentado. São Paulo: Cortez, 2012. 264 p.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

FREIRE, Paulo. Tema 2: Prática didático-pedagógica no processo de formação profissional. In: Maria Lúcia Rodrigues (org.). Ensino de Serviço Social: polêmicas. São Paulo: Educ, 1992.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. , 1967.

FREIRE, Paulo. FAUDEZ, Antonio.Por uma Pedagogia da Pergunta. Coleção Educação e Comunicação. v 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra. , 1985.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra. , 1996.

GONÇALVES, Patrícia Palmeira; SILVA, Claudia Neves da. Educação a distância e formação profissional do/da assistente social: elementos para o debate. Revista Katálysis, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 90-100, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p90>.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS;ABEPSS (org.) Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília:2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf> . Acesso em: 25 ago.2023

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 104, p. 715-736, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282010000400008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/gBbcBnHcQnzf7xWNTGBP8rw/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 01 out. 2023.

GUERRA, Yolanda. Dimensão Técnico-operativo. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 66-72.

GUERRA, Yolanda. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. Katálysis: Universidade Federal de Santa Catarina:Centro

Sócio Econômico. Departamento de Serviço Social, Florianópolis:UFSC , v. 8, n. 2, p. 147-154, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6094/5655>. Acesso em: 20 out. 2023.

GONÇALVES, André de Menezes. Instrumentos Privativos do Trabalho Profissional. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social. Fortaleza: Socialis, 2019. p.119 -124.

HILLESHEIM, Jaime *et al* (org.). Estágio supervisionado em serviço social: contradições no cotidiano de trabalho. Florianópolis: Emais, 2022. 271 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 495 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 128, p. 13-38, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.091>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhjd6LzNSSXWzCvdR/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 30 set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

KROPF, Paula. DIRETRIZES CURRICULARES E CULTURA: sobre formação e prática profissional. Temporalis, Brasília (DF), n. 40, p. 64-76, jul/dez. 2020. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/30286/22566> Acesso em: 05 nov. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. Temporalis, Brasília, v. 25, n. 13, p. 63-90, 2013. Jan-Junh. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/9EKbSiTI4wl79N0dO3D9.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Estágio Supervisionado. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 104 -109.

MARTINELLI, Maria Lúcia. REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: palestra promovida pelo departamento de serviço social da universidade estadual de Ponta Grossa, pr, em 10/11/2005. transcrição de jussara ayres bourguignon, em março de 2006. Emancipação, Ponta Grossa, p. 09-23, 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67> . Acesso em: 12 ago. 2023.

MANFROI, Vania Maria et al. As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais. Projeto de Pesquisa 2018 – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

MANFROI, Vania Maria; RODRIGUES, Aline de Andrade; CARAVACA, Nalá Ayalén Sanchez. Os desafios e alternativas no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais: um diálogo entre universidade e campos de estágio em contexto de crise capitalista. In: HILLESHEIM, Jaime; MANFROI, Vania Maria; BAIMA, Ana Maria (org.). Estágio supervisionado em serviço social: contradições no cotidiano de trabalho. Florianópolis: Emais, 2022. p. 193 -219.

MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. Boitempo: São Paulo, 1984.

MÉSZÁROS, István. Educação para além do capital. 2d. São Paulo: Boitempo, 2008.

MESQUITA, André Pacheco de. Supervisão Acadêmica. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 179-185.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015. 108 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo. Hucitec, 1993.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do Método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>. Acesso em 30 out. 2021.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde:: Formação e Trabalho Profissional/Capacitação em Serviço Social e Política Social, Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB., p. 1-22, nov. 1999. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticipolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, 2ª edição, Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Cláudio de; MOURA, Samuel Pedrosa; SOUSA, Orientador: Prof.Ms. Edinaldo Ribeiro de. TIC'S NA EDUCAÇÃO: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. *Pedagogia em Ação*, Minas Gerais: PUC, v. 7, n. 1, p. 75-95, nov. 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11019/8864>. Acesso em: 02 nov. 2023.

ORTIZ, Fátima Grave. Estágio Curricular Obrigatório. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). *Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social*. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 98 - 103.

PACIEVITCH, Thais. Infoescola. Tecnologia da Informação e Comunicação. Disponível em: <https://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. Dimensão Educativa do Serviço Social. In: MESQUITA, André Pacheco de; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes (org.). *Dicionários Crítico: estágio supervisionado em serviço social*. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 46-52.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade. I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, Londrina, p.1-10, jul. 2015. Disponível em: https://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/10_as_dimensoes_teorico....pdf . Acesso em: 15 out. 2023.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Campos de Estágio. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). *Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social*. Fortaleza: Socialis, 2019. p.29 -35.

SALAZAR, Silvia Neves; NICÁCIO, Natália S. 41 anos do Congresso da Virada do Serviço Social brasileiro: a importância da consolidação teórico-prática e do projeto ético político em nossa história. 2020. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/41-anos-do-congresso-da-virada-do-servico-social-brasileiro-a-importancia-da-consolidacao-teorico-pratica-e-do-projeto-etico-politico-em-nossa-historia/> .Acesso em: 28 set. 2023.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Supervisão Direta. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). *Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social*. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 193 - 201.

SANTOS, Rita de Cássia Barbosa dos; SILVA, Lucas Wellington da Silva; SENA, Maria Gabriela de Andrade de. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO: algumas notas. IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/242786/63%201132.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 30 set. 2023.

SANTOS, Madson Cléber dos. O PRECONCEITO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: a visão dos discentes de um curso de letras ead. VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade, Sergipe, p. 1-14, set. 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10172/41/40.pdf> Acesso em: 03 nov. 2023.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação/. 4. ed. atualizada e revisada. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SCHLESENER, Anita Helena; MASSON, Gisele; SUBTIL, Maria Jose Dozza (org.). Marxismo(s) & educação. Ponta Grossa: Uepg, 2016.

SOUZA, Maria do Socorro Pontes de; PEREIRA, Rogelma Viveiros; BEZERRA, Lourayne Natiely Vanderlei; SILVA, Elizângela Samara da; CLEMENTINO, Milca Oliveira; SILVA, Salyanna de Souza; COSTA, Cibelly Michalane Oliveira dos Santos; NÓBREGA, Monica Barros da; SOUSA, Cleônia Maria Mendes de; CARNEIRO, Thaísa Simplício. O PERFIL DISCENTE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA: aspectos socioculturais e acadêmicos. XVIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XIV Encontro Latino Americano de PósGraduação e IV Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba, Paraíba, p. 1-6, 2014. Jun. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2014/anais/arquivos/0829_0719_01.pdf . Acesso em: 8 ago. 2023.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 116 p. Tradução de Adriana Lopez.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético político do Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2016.

TEIXEIRA, Rodrigo. Dimensão Teórico-Metodológico. In: MESQUITA, André Pacheco de *et al* (org.). Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 73 - 80.

VIEIRA, Denise da Silva; GERBER, Luiza Maria. Pesquisa em Serviço Social. Indaial: Uniasselvi, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 138, p. 207-213, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.209>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/3k9rXGbp3TSLjKCrBw9tkC/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

ZACARIAS, Inez Rocha; HILLESHEIM, Jaime. Condições laborais, estágio e supervisão:: subsídios para pensar os dilemas entre os objetivos da formação em serviço social e a agenda do mercado de trabalho. In: HILLESHEIM, Jaime; MANFROI, Vania Maria; BAIMA, Ana Maria (org.). Estágio supervisionado em serviço social: contradições no cotidiano de trabalho. Florianópolis: Emais, 2022. p. 35-64.

6.

APÊNDICE A

05/11/2023, 11:49

Grupo focal: A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO ...

Grupo focal: A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO ASSISTENTE SOCIAL

1. Nome Completo

2. E-mail

3. CPF

4. CRESS

5. Aceita participar do grupo focal fazendo parte da Pesquisa de Mestrado com tema? A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO ASSISTENTE SOCIAL QUE ACEITA SER SUPERVISOR DE CAMPO

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não

05/11/2023, 11:49

Grupo focal: A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO ...

6. Melhor horário para participar do grupo focal - que tem a perspectiva de um encontro

Marque todas que se aplicam.

Manhã

Tarde

Noite

7. Qual a melhor forma de realização

Marque todas que se aplicam.

Presencial

On line

sugestão:

8. Outras sugestões

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B

- 1.
- 7.
8. PERGUNTAS NORTEADORAS APLICADAS AO GRUPO FOCAL
- 9.
10. **BLOCO 1 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS E PARTICIPANTES**
11. 1. IDADE
12. 2. SEXO
13. 3. TEMPO DE FORMAÇÃO
14. 4. ESTÁ COMO SUPERVISORA DE CAMPO NO MOMENTO (POIS PODE SER QUE ALGUMAS ESTEJAM SEM ESTAGIÁRIAS NO MOMENTO, MAS TIVERAM HÁ POUCO TEMPO)
15. 5. TEM ALGUMA FORMAÇÃO NA ÁREA DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO?
16. **BLOCO 2 - SOBRE SUPERVISÃO**
17. 1. O QUE VOCÊ COMPREENDE COMO SUPERVISÃO DE ESTÁGIO
18. OBRIGATÓRIO?
19. 2. O QUE É SER UM SUPERVISOR DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO?
20. 3. PARTICIPA DE ALGUM NÚCLEO DE ESTUDO SOBRE SUPERVISÃO DE
21. ESTÁGIO?
22. 4. COMO VOCÊ VÊ A ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA DE SUPERVISÃO DE
- ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL?
23. **BLOCO 3 - SOBRE A AÇÃO PEDAGÓGICA**
24. 1. COMO VOCÊ COMPREENDE A FORMAÇÃO MEDIANTE AS
- DIMENSÕES DO
25. SERVIÇO SOCIAL: TEÓRICO-METODOLÓGICO/TÉCNICO-OPERATIVO E
- ÉTICO-
26. POLÍTICO?
27. 2. QUAIS SÃO OS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS QUE UTILIZA NA
28. SUPERVISÃO?
29. 3. DE QUE FORMA PODEMOS CARACTERIZAR A AÇÃO PEDAGÓGICA
- COMO
30. UMA MEDIAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA SUPERVISÃO DE
- ESTÁGIO?
31. **BLOCO 4 - SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O ENSINO EAD**

32. 1. QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA FORMAÇÃO SUPERIOR NA MODALIDADE EAD?
33. 2. QUAIS SÃO AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS QUE SE APRESENTAM NO
34. COTIDIANO DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO?

35. ANEXO I

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ E/OU REGISTRO DE IMAGENS (FOTOS E/OU VÍDEOS)

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO ASSISTENTE SOCIAL QUE ACEITA SER SUPERVISOR DE CAMPO que tem como pesquisador responsável MARISTELA APARECIDA DA SILVA TRUPPEL Esta pesquisa pretende COMPREENDER A CONCEPÇÃO DE AÇÃO PEDAGÓGICA DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA SUPERVISÃO DE CAMPO. O motivo que nos leva a fazer este estudo centra-se na possibilidade de provocar um debate a respeito da SUPERVISÃO DE CAMPO AO CONTEXTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ALINHANDO A COMPREENSÃO DA AÇÃO PEDAGÓGICA ÀS DIMENSÕES E PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL. Gostaríamos de solicitar sua autorização para efetuar a gravação de voz e/ou o registro de fotos e/ou vídeos, concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados com os seguintes direitos:

1. Ter acesso às fotos e/ou vídeos e/ou à gravação e transcrição dos áudios;
2. Ter a garantia que as fotos e/ou vídeos e/ou áudios coletadas serão usadas exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas e eventos científicos;
3. Não ter a identificação revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas, utilizando mecanismos para este fim (tarjas, distorção da imagem, distorção da voz, entre outros).
4. Ter as fotos e/ou vídeos e/ou áudios obtidos de forma a resguardar a privacidade e minimizar constrangimentos;
5. Ter liberdade para interromper a participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse das fotos e/ou vídeos.

Você não é obrigado a permitir o uso das suas fotos e/ou vídeos e/ou áudios, porém, caso aceite, será de forma gratuita mesmo que imagens sejam utilizadas em publicações de livros, revistas ou outros documentos científicos.

As fotos e/ou vídeos e/ou áudios coletados serão: **SERÃO USADOS SOMENTE A TRANSCRIÇÃO DOS DIÁLOGOS.**

Consentimento de Autorização de Uso de Imagens (fotos e/ou vídeos)

Após ter sido esclarecido sobre as condições para a minha participação no estudo, eu, _____

autorizo o uso de:

Minhas imagens (fotos e/ou vídeos)

minha voz

minhas imagens (fotos e/ou vídeos) e minha voz

Florianópolis, 10 de agosto de 2023

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

- ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS; UMA FICARÁ COM O PARTICIPANTE E OUTRA COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL.
- NA EXISTÊNCIA DE MAIS DE UMA PÁGINA, ESTAS DEVERÃO SER NUMERADAS E